

**1ª REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOCHETE**



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relatório Ambiental

SETEMBRO 2026

Ficha Técnica

1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOCHETE
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
RELATÓRIO AMBIENTAL

Câmara Municipal de Alcochete

Elaboração:

GIBB Portugal, Consultores de Engenharia, Gestão e Ambiente, S.A.
Alameda António Sérgio nº 22, 9º A, 1495-132 Algés
gibb@gibb.pt
www.gibb.pt

Equipa Técnica:

Maria Helena Nascimento (Engenheira do Ambiente)
Pedro Gomes (Lic. Tecnologias do Ambiente do Mar. Mestre em Ecologia e Gestão Ambiental)
Tiago Santos (Engenheiro do Ambiente)
Fátima Sardinha (Engenheira do Ambiente)

Data: setembro de 2026



ÍNDICE DE TEXTO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE.....	3
3	ANÁLISE DE ALTERNATIVAS	8
4	ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL	9
5	OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	11
5.1	ÁREA DE INTERVENÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	11
5.2	ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM.....	14
6	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	22
6.1	QUESTÕES ESTRATÉGICAS.....	23
6.2	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	24
6.3	FATORES AMBIENTAIS.....	29
7	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD	35
7.1	FCD 1 – VALORIZAÇÃO DOS SISTEMAS NATURAIS	35
7.1.1	Situação Atual	35
7.1.2	Análise de Tendências	45
7.1.3	Efeitos Esperados com a Proposta de Plano.....	45
7.2	FCD 2 – ATRAÇÃO E FIXAÇÃO HUMANA	47
7.2.1	Situação Atual	47
7.2.2	Análise de Tendências	69
7.2.3	Efeitos Esperados com a Proposta de Plano.....	70
7.3	FCD 3 – IDENTIDADE CULTURAL E DINÂMICA ECONÓMICA	72
7.3.1	Situação Atual	72
7.3.2	Análise de Tendências	82
7.3.3	Efeitos Esperados com a Proposta de Plano.....	83
7.4	FCD 4 – RISCOS, ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	85
7.4.1	Situação Atual	85
7.4.2	Análise de Tendências	96
7.4.3	Efeitos Esperados com a Proposta de Plano.....	97
8	DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	99
9	ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO.....	101
10	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	104

11	CONCLUSÕES	106
	BIBLIOGRAFIA	107

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Faseamento de elaboração da 1.ª Revisão do PDMA e da AAE	7
Figura 2 - O concelho de Alcochete na AML	11
Figura 3 - Unidades de Paisagem	45
Figura 4 - Evolução da População e peso de cada município na AML	47
Figura 5 - Edifícios concluídos entre 2011 e 2017.....	67
Figura 6: Evolução do número de fogos concluídos em construções novas.....	68
Figura 7 - Suscetibilidade sísmica na AML	87
Figura 8: Suscetibilidade de inundação por tsunamis na AML.....	88
Figura 9 - Perigos Tecnológicos na AML.....	91
Figura 10 - Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Alcochete.....	93
Figura 11 - Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPPRA).....	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas	9
Quadro 2 – Outras entidades consultadas.....	9
Quadro 3: Articulação entre Eixos Estratégicos e Operações Estruturantes	20
Quadro 4 – Fatores Críticos para a Decisão e respetiva relevância	23
Quadro 5 - Convergência entre as QE do PDMA e os FCD selecionados	24
Quadro 6 – Quadro de Referência Estratégico para o PDMA	25
Quadro 7 – Convergência entre os instrumentos do QRE com as QE do Plano	27
Quadro 8 – Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD	30
Quadro 9 – Efeitos esperados sobre o FCD1 – Valorização dos Sistemas Naturais: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação	46
Quadro 10 – Efeitos esperados sobre o FCD2 – Atração e Fixação Humana: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação	71
Quadro 11 – Efeitos esperados sobre o FCD4 – Riscos, Energia e Alterações Climáticas: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação	98
Quadro 12 - Medidas de Planeamento e Gestão.....	99
Quadro 13 - Indicadores por FCD.....	102
Quadro 14 – Quadro de governança	104

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMA	Câmara Municipal de Alcochete
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
FCD	Fator Crítico para a Decisão
IAE	Indicadores de Avaliação da Execução
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
LBSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
MA	Massas de Água
PDMA	Plano Diretor Municipal de Alcochete
RA	Relatório Ambiental
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNT	Resumo Não Técnico

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental (RA)** da **1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete (PDMA)**, elaborado para dar cumprimento ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos, Programas e Políticas tem sido um requisito obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe os requisitos legais europeus da Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente).

A aplicação da AAE aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), como é o caso da revisão do PDM de Alcochete, encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O processo de AAE, no âmbito da elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) reporta-se essencialmente à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização do Plano possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito, considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

De acordo com o referido enquadramento legal, o responsável pela AAE, que corresponde à entidade responsável pela elaboração do Plano, deverá proceder à determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA), à consulta de entidades sobre o âmbito e alcance da AAE, à elaboração do RA, às respetivas consultas institucional e pública e à elaboração e disponibilização da Declaração Ambiental.

No Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), objeto de consulta institucional às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERA), foram identificados os Fatores Críticos que consubstanciam a avaliação ambiental.

A estrutura adotada para o Relatório Ambiental respeita a legislação referenciada, assim como orientações metodológicas constantes do Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2012) e organiza-se da seguinte forma:

- No Capítulo 2 são apresentados os objetivos e metodologia da AAE;
- No Capítulo 3 é apresentado envolvimento público e institucional;
- No Capítulo 4 é apresentado o objeto de avaliação, ou seja, a Proposta de Revisão do PDM de Alcochete, no que concerne à identificação dos desafios e questões estratégicas;
- No Capítulo 5 é apresentada a formulação dos FCD, considerando o cruzamento do quadro de referência estratégico, questões ambientais e de sustentabilidade e questões estratégicas;
- No Capítulo 6 procede-se à AAE do modelo territorial, estruturada pelos FCD, na qual é feita a análise da evolução prevista na ausência de plano, dos efeitos decorrentes da implementação do plano e das respetivas oportunidades e riscos;
- No Capítulo 7 é apresentado são apresentadas as diretrizes para o seguimento através da identificação das medidas de planeamento e gestão;
- No Capítulo 8 são apresentadas das medidas de controlo que devem consubstanciar o programa de monitorização;
- No Capítulo 9 é apresentado o Quadro de Governança;
- No Capítulo 10 são apresentadas as conclusões.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

A orientação dada pelo preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho refere que *“a Avaliação Ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”*

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa três objetivos muito concretos (APA, 2007):

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de política;
- Detetar oportunidade e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

O procedimento de AAE garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação. A avaliação contempla assim a análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que o plano possa produzir no ambiente, permitindo a integração e adequação dos resultados da avaliação ambiental nas opções ao nível do uso, transformações e ocupação do solo.

Desta forma, a AAE será integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um processo paralelo ou autónomo. Assim, cada uma das etapas da AAE será articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do plano a que respeita e com as respetivas metodologias.

Tendo presente o objetivo de estabelecer uma programação articulada com o procedimento de elaboração do plano, distinguem-se as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental. Numa primeira fase procedeu-se à descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes, bem como à identificação das características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano, com base nos estudos de caracterização e diagnóstico e nos

objetivos do plano.

Foi efetuada a identificação dos objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos e todas as outras questões ambientais foram tomados em consideração durante a sua preparação. O relatório deve ainda contemplar uma proposta de critérios a aplicar na avaliação dos efeitos significativos no ambiente.

O Relatório de Fatores Críticos para a Decisão foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

2ª Fase – Elaboração do Relatório Ambiental (presente fase). Esta fase é concretizada através da elaboração do relatório ambiental, bem como da realização de consultas, da ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e da divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

A elaboração do relatório Ambiental traduz-se a identificação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do plano, considerando os fatores ambientais selecionados e na inter-relação entre os mesmos, bem como na identificação das medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa.

No RA são apresentadas as razões que justificam as opções e alternativas escolhidas para atingir os objetivos propostos, e descritas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação da 1.ª Revisão de PDM.

Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação do Plano.

2.ª Fase. Etapa 1 – Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar

O RA constitui o documento síntese de todo o processo de AAE para a 1.ª Revisão do PDMA, onde se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação deste Plano, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Na elaboração deste RA preliminar devem ser considerados os comentários/observações pertinentes para o

desenvolvimento do Plano, formulados pelas ERAE consultadas na Fase 1 da AAE.

Os conteúdos e a metodologia a seguir para a elaboração do Relatório Ambiental deverão ter em consideração o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O procedimento de aprovação do Relatório Ambiental seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 78.º e 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

2.ª Fase. Etapa 2 – Consulta de Entidades

Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental preliminar, deverá ser promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da 1.ª Revisão do PDMA. O RA a submeter a consulta pública deverá ter em consideração os contributos das ERAE.

2.ª Fase. Etapa 3 – Relatório Ambiental Final e Discussão Pública

Esta etapa corresponde à apresentação do Relatório Ambiental Final, que teve em consideração os contributos das ERAE resultantes da etapa anterior.

Será então concluída a elaboração do Plano, acompanhado pelo RA e respetivo Resumo Não Técnico (RNT), procedendo-se à sua submissão a discussão pública.

Após discussão pública, a proposta de plano será submetida pela Câmara Municipal à aprovação da Assembleia Municipal, devendo ainda ser acompanhada pela Declaração Ambiental (DA), da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais do RA foram integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e institucional (elaborada sobre o Relatório Ambiental e correspondente proposta de plano) e os resultados da respetiva ponderação;
- O resultado das consultas realizadas, nos termos do artigo 8.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio;
- As razões que levaram à aprovação da proposta de Plano, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A DA será desenvolvida numa redação clara, sucinta e autossuficiente, e incluirá, para além da abordagem acima referida, uma súmula sobre o processo de Avaliação Ambiental, abordando a forma como as considerações ambientais foram integradas no plano.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, e disponibilizada ao público, para consulta.

3ª Fase – Seguimento/Monitorização

3.ª Fase. Etapa 1 – Avaliação e Controlo

A Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do Plano, avalia e controla os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, devendo proceder à divulgação dos resultados deste controlo nos termos da legislação vigente.

Esta fase corresponde ao seguimento da AAE do Plano e não se confunde com a monitorização da execução urbanística do PDM. Integra a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, a verificação da adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental e a identificação atempada de efeitos negativos imprevistos. A articulação com os relatórios de monitorização da execução do PDM deve ser assegurada sempre que existam indicadores comuns, preservando-se, contudo, os objetivos próprios do seguimento da AAE.

Desta fase deverá resultar um programa de ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que deverá incluir indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade, e um quadro institucional articulado com o quadro de governança para a implementação do Plano.

A AAE desenvolvida no âmbito da Revisão do PDMA segue, metodologicamente, as linhas de orientação constantes do “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2012), que constitui uma versão revista e atualizada do anterior Guia publicado em 2007 pela APA (APA, 2007), e no documento de Orientação elaborado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

Apresenta-se seguidamente o fluxograma de atividades e a articulação entre o procedimento de elaboração do Plano e o procedimento de AAE.

Figura 1: Faseamento de elaboração da 1.ª Revisão do PDMA e da AAE



3 ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

No âmbito da 1.ª Revisão do PDM de Alcochete, pretendeu-se essencialmente proceder à adequação do Plano ao quadro legal e regulamentar entretanto vigente, bem como à atualização das respetivas disposições em função das exigências atualmente aplicáveis ao ordenamento do território.

Atendendo à natureza e aos objetivos subjacentes ao processo de revisão, não foram equacionadas alternativas de planeamento ou modelos territoriais alternativos. A Avaliação Ambiental Estratégica incidiu, assim, sobre a proposta de Plano desenvolvida no âmbito do procedimento de revisão e sobre os seus potenciais efeitos ambientais e de sustentabilidade.

4 ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

De acordo com os n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º do RJAAE, a entidade responsável pela elaboração do plano sujeito a avaliação ambiental solicita parecer sobre o âmbito da AAE e sobre o alcance da informação a incluir no RA às entidades ambientais às quais, em virtude das suas ERAE, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, cujos pareceres devem ser emitidos no prazo de 20 dias.

Sem prejuízo de outras que possam vir a ser propostas para o acompanhamento da AAE da Revisão do PDM de Alcochete, as ERAE, tal como definidas pelo n.º 3 do artigo 3.º do RJAAE correspondem às entidades indicadas no quadro seguinte.

Quadro 1 – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas

Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDR LVT, I.P.); Direção-Geral da Saúde (DGS); Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); Património Cultural, I.P.; Municípios confinantes: Benavente, Montijo, Palmela e Vila Franca de Xira.

Quadro 2 – Outras entidades consultadas

Outras Entidades relevantes (incluindo entidades da Comissão de Consultiva da revisão do PDM de Alcochete)
Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP); SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.; ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.; Direção-Geral do Território (DGT); Entidade competente em matéria de energia e geologia, de acordo com a orgânica vigente à data da consulta; IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Turismo de Portugal, I.P.; Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT); Outras entidades setoriais cuja consulta se revele necessária em função da matéria.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, foi solicitado parecer sobre o RFCD, datado de janeiro de 2011 (1ª Fase do processo de AAE) às ERAE, bem como às restantes entidades que constituem a Comissão Consultiva da Revisão do PDMA, tendo as observações constantes dos pareceres sido consideradas no que se considerou pertinente, face ao tempo decorrido desde a elaboração do RFCD e à atualização das Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica.

Concluída a elaboração da proposta de Plano, a Câmara Municipal promoveu uma segunda consulta às ERAE, para emissão de parecer sobre o Relatório Ambiental Preliminar e restantes elementos do Plano, de acordo com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

A apreciação do Relatório Ambiental Preliminar originou contributos relevantes, designadamente da

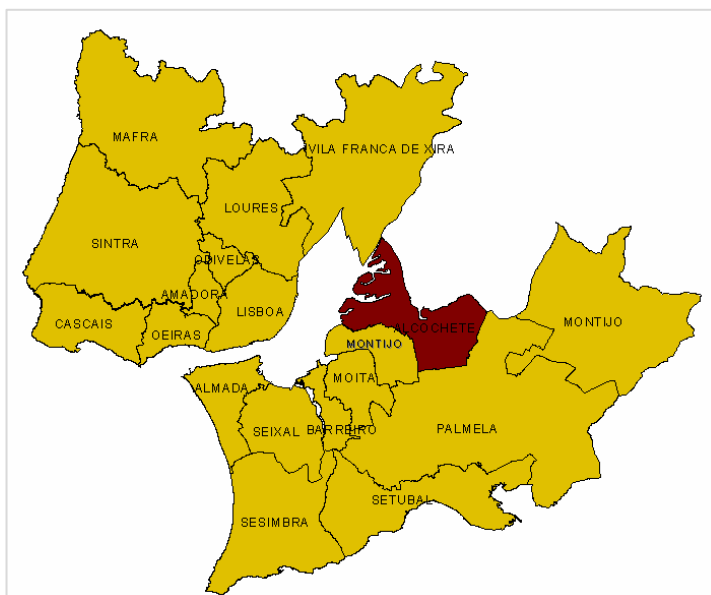
ANEPC, APA, CCDR LVT, entidade competente em matéria de património cultural e IMT. Esses contributos incidiram, entre outros aspetos, na avaliação dos riscos naturais e tecnológicos, atualização do QRE, dados demográficos, resíduos e atividades agrícolas/florestais, ambiente sonoro, património arqueológico, análise de alternativas, definição de indicadores e programa de seguimento. O Anexo 1 apresenta a ponderação detalhada dos pareceres.

Concluído o período de acompanhamento, a Câmara Municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de Aviso a publicar no Diário da República, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas. Em termos de comunicação, todas as informações sobre a consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, a proposta de revisão do Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como, os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77º).

5 OBJETO DE AVALIAÇÃO

5.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

O concelho de Alcochete encontra-se integrado na região urbana nacional de maior complexidade e dinamismo (social, económico, territorial...), a Área Metropolitana de Lisboa (AML), beneficiando, em complemento, de uma situação privilegiada do ponto de vista ambiental e paisagístico, fruto do seu posicionamento marginal ao Tejo e da sua integração na Reserva Natural do Estuário do Tejo, uma das mais importantes zonas húmidas da Europa. De destacar ainda, pelo seu potencial natural, paisagístico e até económico, o ecossistema do montado, uma vez que constitui a principal área agro-silvo-pastoril da Área Metropolitana de Lisboa possuindo uma excecional diversidade biológica e valor ecológico.



Fonte: NRV/PROT

Figura 2 - O concelho de Alcochete na AML

Relativamente ao que foram as recentes dinâmicas metropolitanas, nomeadamente a urbanística, verificou-se, por um lado, a compactação de algumas áreas urbanas que se encontravam menos consolidadas alicerçada na afirmação de alguns polos, e por outro, a manutenção do aparecimento de processos de fragmentação e dispersão da ocupação urbana que se pretendia conter, desta feita sustentado na concretização de um conjunto de infraestruturas rodoviárias e na consequente atratividade do transporte individual face ao coletivo. Esta é uma realidade transversal a um vasto conjunto de concelhos da AML, sendo Alcochete um bom espelho desta realidade.

A posição relativa de Alcochete e do Montijo alterou-se significativamente com a enorme redução da sua distância-tempo a Lisboa, decorrente da expressiva melhoria da acessibilidade rodoviária regional e

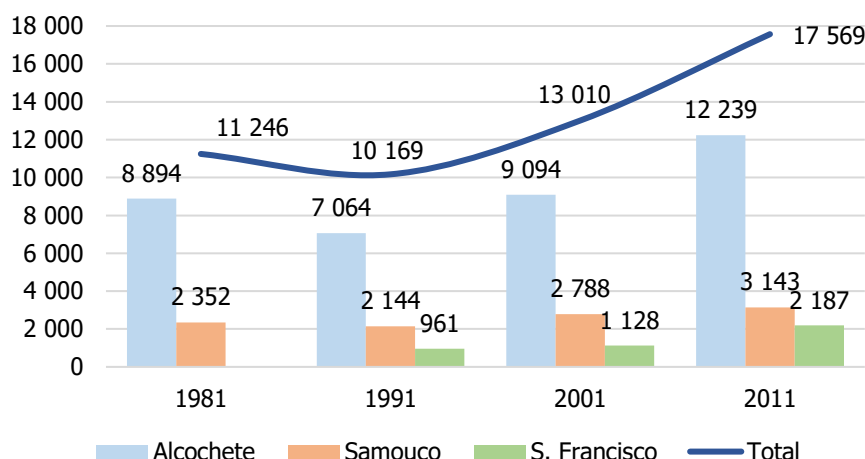
nacional, o que veio criar novas condições ao desenvolvimento urbano desses concelhos. Para além deste facto, também uma certa saturação que ocorreu no Arco Ribeirinho Oeste, foi fator determinante na dinâmica demográfica e urbanística do concelho nas últimas décadas. Com a construção da Ponte Vasco da Gama e do troço do IC32 Alcochete – Coina, o eixo Setúbal-Montijo (que integra os concelhos de Alcochete, Montijo, Palmela e Setúbal) tem vindo a ser palco de mudanças significativas nos padrões de ocupação territorial.

Alcochete, apesar da dinâmica construtiva e demográfica sem precedentes, tem-se revelado capaz de manter a sua identidade, preservando uma imagem associada à qualidade paisagística, às características naturais proporcionadas pela frente ribeirinha e à ruralidade do território agroflorestal.

O concelho ocupa uma área de cerca de 128,4 km² e é constituído por três freguesias: Alcochete, Samouco e São Francisco. Os Censos 2021 confirmam a continuidade da dinâmica demográfica positiva, com cerca de 19,1 mil residentes, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 9% face aos 17 569 residentes recenseados em 2011. A atualização confirma, simultaneamente, a necessidade de compatibilizar a atratividade residencial com a contenção da dispersão, a capacidade das infraestruturas, a oferta de equipamentos e a proteção dos valores naturais e paisagísticos.

De notar, porém, que este facto não decorre apenas do forte efeito polarizador da sede concelhia, mas também da freguesia de Alcochete ser aquela que possui um território mais vasto, ocupando cerca de 93,1% da área total do concelho, contrastando com os 3,7% e 3,2% de Samouco e São Francisco.

Os resultados dos Censos 2021 substituem as estimativas demográficas anteriormente utilizadas no RA. O crescimento registado entre 2011 e 2021 foi positivo, embora inferior ao observado na década anterior, confirmando um abrandamento do ritmo de expansão demográfica e reforçando a pertinência de uma estratégia de consolidação urbana, qualificação do parque habitacional e adequação da oferta de serviços e equipamentos.



Fonte: INE – Portugal, Censos 1981 a 2011

Gráfico 1 - Evolução da População Reside no concelho de Alcochete (1981/2011)

Além da vila de Alcochete que é, indubitavelmente, o maior centro urbano do concelho (em 2011 residia na vila cerca de 60,7% da população total do concelho), na rede urbana destacam-se os aglomerados de Samouco e São Francisco. As restantes povoações constituem núcleos ainda com características rurais, muitos deles com origem em antigos Montes agrícolas, apresentado uma dimensão populacional pouco expressiva, embora se note em alguns deles uma crescente tendência de consolidação de dinâmicas territoriais (por exemplo em Fonte da Senhora ou no Passil).

Embora se registe alguma pressão sobre o território rural a população residente, recenseada em 2011, fora dos aglomerados urbanos é residual (apenas 0,7%), não se observando fenómenos de dispersão preocupantes quando comparado com alguns concelhos limítrofes.

O parque edificado do concelho contabilizava, em 2011, 4.575 edifícios (65% só na freguesia de Alcochete) é relativamente recente, havendo apenas 15% de edifícios construídos antes de 1945 e 25% construídos após o ano 2000. De destacar neste contexto o facto de 94% dos edifícios recenseados serem exclusivamente residenciais, o que traduz o perfil monofuncional dos centros urbanos concelhios.

O número de alojamentos, que praticamente duplicou entre 1991 e 2011, situava-se, em 2011, nos 8.829 (70% situados na freguesia sede de concelho); destes 76% eram alojamentos de residência habitual, 14% encontravam-se vagos, e 10% seriam então de segunda residência.

A par destas dinâmicas Alcochete viu reforçada a sua rede de serviços e dotação de equipamentos coletivos, tendo também revelado capacidade de atrair novas empresas, em setores tão diversos como a

floricultura/horticultura, as grandes superfícies comerciais, e a logística/distribuição, com claros contributos, quer para a consolidação da base económica concelhia e para a autonomia funcional ao nível da dotação de emprego, quer para a melhoria generalizada da qualidade de vida dos seus residentes.

Alavancado pela melhoria da acessibilidade não apenas a Lisboa (Ponte Vasco da Gama) mas a toda a região metropolitana e ao sul do país (IC32, A12 e A13) o território concelhio foi sendo palco de expressivas transformações ao longo das últimas duas décadas, destacando-se o desenvolvimento urbano exponencial da frente ribeirinha, a crescente ocupação do espaço rural, a criação de áreas vocacionadas para a instalação de atividades económicas em setores como a logística e a distribuição, o crescente aproveitamento do potencial produtivo dos solos agrícolas, e a consolidação do papel do concelho enquanto espaço de elevado valor natural e paisagístico.

A significativa melhoria registada na acessibilidade ao exterior não foi acompanhada pela melhoria da rede interna que apresenta constrangimentos assinaláveis, sobretudo no que se refere à qualidade dos pavimentos e ao perfil transversal de alguns troços viários atualmente marcados por elevada intensidade de tráfego. A maior fragilidade relaciona-se contudo, e à semelhança do que acontece na generalidade dos concelhos metropolitanos mais periféricos, com os padrões de mobilidade da população, que se mantêm fortemente suportados no transporte individual, no caso de Alcochete resultado de uma pouco atrativa e insipiente oferta de transporte público.

Um dos desafios que se coloca a este território prende-se com a necessidade de consolidar as dinâmicas sociais, económicas e territoriais entretanto criadas, mantendo o seu efetivo populacional e incrementando a sua autonomia funcional, em particular em matéria de oferta de emprego, promovendo a atratividade residencial, a revitalização económica e a melhoria da qualidade do ambiente urbano, quer nos núcleos antigos (mais despovoados e degradados), quer nas áreas de urbanização recente (ainda desprovidas de funções urbanas).

5.2 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM

Decorridos cerca de 25 anos após a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal, ratificado pela ratificação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/97, de 22 de Agosto, a Câmara Municipal de Alcochete (CMA) entendeu desencadear o processo de revisão do Plano Diretor Municipal em 1999, decorridos apenas dois anos desde a sua entrada em vigor, ainda ao abrigo do D.L. n.º 380/99 de 22 de setembro, em virtude das significativas transformações ocorridas no contexto local no final da década de 90 do século passado.

Por questões de ordem diversa os trabalhos de revisão do plano apenas tiveram início em 2006, tendo desde então conhecido diversos avanços e retrocessos, entendendo o município estarem agora reunidas as

condições necessárias ao reinício dos trabalhos, que se pretende levar desta feita a termo, dotando o concelho de Alcochete de um instrumento de planeamento que responda às necessidades e expectativas, do executivo municipal, dos seus técnicos, e sobretudo dos seus munícipes.

De referir que, tendo em consideração o longo historial do processo de revisão do PDM de Alcochete, foram recentemente efetuados novos estudos de caracterização (2019), de suporte à proposta de ordenamento agora desenvolvida.

A 1ª Revisão do PDM de Alcochete deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para promover uma reflexão profunda e integrada acerca daquilo que se ambiciona a médio/longo prazo para o concelho e do papel que se pretende que este desempenhe no contexto metropolitano. Trata-se de um processo que se pretende pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades-problema do concelho.

Para além do prazo de vigência previsto na lei do Plano já ter sido ultrapassado e a Câmara Municipal ter dado início ao processo de revisão por considerar necessária, para garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade do concelho e da região em que este se insere e das alterações operadas nos últimos anos, a 1ª revisão do PDM de Alcochete, tem por objetivos:

- Proceder à articulação do PDM com os programas e planos territoriais hierarquicamente superiores, em vigor ou em elaboração, com incidência no município;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento sustentado do município, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Assumir Alcochete como Polo de Valência Turística e Ambiental, tal como definido no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa;
- Assegurar uma estratégia para o território que permita a concretização dos objetivos que presidiram à criação da Reserva Natural do Estuário do Tejo e à classificação das áreas pertencentes à Rede Natura 2000, nomeadamente a ZPE do Estuário do Tejo (PTZPE0010) e o Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo (PTCON0009);
- Ajustar o Plano à realidade do município, nomeadamente através da correção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Proceder à reestruturação da rede viária tendo em atenção as alterações introduzidas na rede, o Plano Rodoviário Nacional 2000 e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;
- Definir a estratégia e modelo de desenvolvimento urbano municipal, tendo em vista a consolidação global do sistema urbano;

- Enquadrar a edificação em solo rústico e ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado, numa ótica de contenção e de consolidação;
- Diversificar a base económica do concelho, promover o desenvolvimento de atividades económicas e avaliar a necessidade de implementação de novos polos e de requalificação das existentes;
- Definir novos critérios de localização e distribuição de atividades turísticas;
- Promover a requalificação e regeneração urbana dos aglomerados existentes;
- Promover o aumento da oferta de habitação a custo moderado e a custos controlados;
- Enquadrar as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de reabilitação urbana;
- Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, arquitetónico e arqueológico, proporcionando, simultaneamente, o desenvolvimento do turismo cultural no concelho;
- Assegurar a preservação dos valores naturais e paisagísticos do município;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos, adequados ao desenvolvimento do município;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os municípios vizinhos e em consonância com o contexto metropolitano, evitando descontinuidades territoriais.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização e de diagnóstico, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades-problema do concelho.

A revisão de um Plano Diretor Municipal constitui um momento fundamental na reflexão acerca do futuro do território a que respeita, já que é o instrumento adequado para resolver problemas suscitados no processo de implementação do PDM anterior, decorrentes de novas acessibilidades, de problemas e emergências sociodemográficas e económicas, de desequilíbrios ambientais, de constrangimentos urbanos, de orientações estratégicas sectoriais, entre outros.

Estes problemas, bloqueios e emergências exigem das novas gerações de IGT a integração de uma componente estratégica, que permita pensar o território em estreita articulação com o desenvolvimento socioeconómico, para a definição de um projeto comum, integrado e coeso.

A convergência de espaços, a partilha das vantagens e uma significativa consensualização permitem introduzir na esfera do modelo de planeamento territorial preocupações que o tornam mais prospetivo e

mais envolvente. Nesta perspetiva impõe-se uma abordagem metodológica, que reflita uma visão ofensiva, ambiciosa, de carácter mais intervencionista, mas contida e segura, que contemple uma postura proactiva ao lado dos atores locais e, em especial, da autarquia, que lidera todo este processo.

A abordagem estratégica é uma importante metodologia de decisão e ação, adequada a contextos de incerteza e mutações aceleradas, como o que vivemos atualmente. Define objetivos, metas e meios para os alcançar, para que estes possam contribuir para a mudança e inovação no plano do ordenamento do território e do desenvolvimento social.

O município de Alcochete tem a estratégia de desenvolvimento do município em curso, assente no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município – “**Alcochete 2030: Visão e Estratégia**”.

Na 1.ª Revisão do PDM faz-se a integração das orientações estratégicas deste documento.

A Estratégia assenta em:

- **Dois pilares**, sobre os quais se ancora e projeta a Visão
- **Três ambições**, sobre os quais se estrutura e organiza a Estratégia
- **Seis operações estruturantes**, que concretizam e realizam o Alcochete 2030

I - PILARES

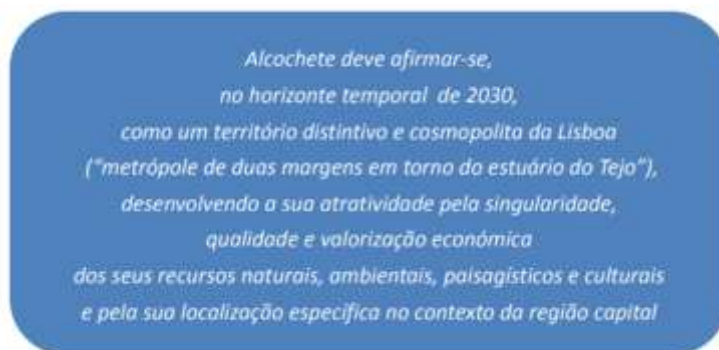
1. Um território de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade, conservação e valorização da natureza e a função de “porta de entrada” da Reserva Natural do Estuário do Tejo;
2. Uma singularidade e forte identidade que permite construir uma atratividade diferenciadora, atribuindo a Alcochete um papel específico no contexto da Lisboa “Metrópole de duas margens”

II - AMBIÇÕES

1. **Afirmar o papel distintivo de Alcochete** pelas funções que desempenhará como espaço de desenvolvimento turístico, fruição e lazer dos residentes e visitantes da região capital;
2. **Fomentar a especialização da base económica em atividades diferenciadoras** que reforcem a afirmação da internacionalização e do cosmopolitismo de Lisboa;
3. **Desenvolver um modelo de vivência residencial distintivo** que privilegie os espaços já urbanizados, promovendo a regeneração e valorização dos núcleos existentes, garantindo e valorizando a sustentabilidade ambiental, a preservação dos espaços agrícolas e florestais,

fortalecendo a coesão social e afirmando a identidade cultural e singularidade da paisagem e do ambiente urbano

Partindo destas 3 ambições, a **Visão** preconizada é:



Às três ambições formuladas e à Visão, correspondem três **Eixos Estratégicos** que organizam as operações estruturantes:

Eixo Estratégico 1– Alcochete espaço de vivência residencial singular e distintivo

- Desafio de dotar o concelho de Alcochete de um modelo urbano diferenciado e sustentável, caracterizado pela elevada qualidade do habitat e do espaço público urbano e ainda pelo ordenamento da rede de serviços e de equipamentos coletivos, promovendo as lógicas associadas à coesão e à inclusão social.
- O modelo de ordenamento territorial do concelho de Alcochete exige um esforço importante no sentido de fortalecer a articulação entre os espaços urbanizados, agrícolas, florestais e zonas húmidas, tendo em vista promover um modelo de ordenamento territorial coeso e sustentável, salvaguardando os diferentes usos e funções e a heterogeneidade espacial do concelho numa lógica de atracção residencial de Alcochete que assenta numa perspetiva de viver num ambiente urbano distintivo, tranquilo e singular

Eixo Estratégico 2 – Alcochete espaço de localização, iniciativa e inovação empresarial

- O reforço da centralidade geográfica e a singularidade do concelho confere a Alcochete um substancial incremento na atratividade empresarial permitindo:
 - um papel diferenciador na especialização da base económica, afirmando a componente de prestação de serviços e de inovação ao longo das cadeias de valor associadas às atividades industriais e logísticas

- potenciar o desenvolvimento de atividades económicas associadas ao aproveitamento e gestão dos seus recursos naturais, integradas na bioeconomia Estuarina /Mar, voltadas para a agricultura e silvicultura inovadoras e agroindústrias.

Eixo Estratégico 3– Alcochete espaço de fruição e lazer dos residentes e dos visitantes da região e da cidade de Lisboa

- Alcochete detém um papel singular no quadro dos concelhos que pertencem à Área Metropolitana de Lisboa;
- A imagem que se encontra associada a Alcochete é a de um território de elevado valor ambiental e paisagístico, fortemente marcada pela sua relação ao rio Tejo e pela singularidade do seu centro histórico ribeirinho;
- O enquadramento cénico singular do Estuário do Tejo é uma marca distintiva que merece ser aproveitado e potenciado;
- Possibilidade de Alcochete se constituir como um polo de lazer e visitação para os residentes da região capital, depende da capacidade em se afirmar como um espaço singular e (re)conhecido, com um património natural e paisagístico único, com um ambiente seguro e tranquilo e onde a qualidade da sua restauração e gastronomia funcionem como elemento adicional de atratividade e de desenvolvimento da atividade turística.

III - OPERAÇÕES ESTRUTURANTES

Esses eixos estratégicos englobam por sua vez, as seguintes operações estruturantes:

- OP-01: Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete
- OP-02: Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos
- OP-03: Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais
- OP-04: Localização, iniciativa e inovação empresarial
- OP-05: Conetividade e mobilidade
- OP-06: Rede de Governança e governabilidade

A articulação destas operações com os eixos estruturantes, tem uma aderência forte ou muito forte (cf. Quadro seguinte).

Quadro 3: Articulação entre Eixos Estratégicos e Operações Estruturantes

	Eixo Estratégico 1	Eixo Estratégico 2	Eixo Estratégico 3
OP-01: Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete	***	**	***
OP-02: Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	***	**	***
OP-03: Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	**	***	***
OP-04: Localização iniciativa e inovação empresarial	**	***	***
OP-05: Conetividade e Mobilidade	***	***	**
OP-06: Rede de Governança e governabilidade	**	**	**

Fonte: CMA, Alcochete2030. Visão e Estratégia

Cada operação estruturante aponta para a concretização dos seguintes objetivos:

OP-01: Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete

- Implementação do Programa de Ação de Regeneração Urbana;
- Valorização paisagística e ambiental da Praia dos Moinhos, Praia do Samouco, Sítio das Hortas e Pinhal das Areias;
- Implementação do Programa de reconversão das antigas secas do bacalhau (antiga FNAD) em equipamento de recreio e lazer;
- Concretização do Programa de Valorização dos Equipamentos e Infraestruturas de Apoio à Atividade Náutica;
- Dinamização económica do centro histórico da vila;

OP-02: Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos

- Renovação e reforço equipamento sociais;
- Equipamentos escolares;
- Espaços públicos;
- Ciclo Urbano da água: Renovação e reforço dos sistemas municipais de captação de água;
- Conclusão dos processos de urbanização e edificação em curso;

OP-03: Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais

- Consolidação da estrutura verde concelhia;
- Criação de corredores ecológicos estruturantes;
- Implementação do Programa de Ação Territorial Rio Frio / Barroca d'Alva;

- Concretização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva e de Rio Frio;
- Valorização patrimonial do sítio arqueológico "Canto das Adegas/ Porto dos Cacos";

OP-04: Localização, iniciativa e inovação empresarial

- Regeneração, reposicionamento e expansão da área empresarial do Batel/ Coutadinha;
- Requalificação da área empresarial do Passil;
- Qualificação e regeneração dos espaços empresariais dispersos;
- Articulação e integração dos espaços empresariais do concelho na rede de parques empresariais e logísticos de escala regional e nacional;

OP-05: Conetividade e mobilidade

- Reforço e beneficiação da rede rodoviária nacional;
- Reforço e beneficiação da rede rodoviária municipal;
- Reforço e beneficiação da rede viária urbana;
- Rede de mobilidade urbana;
- Sistema de transportes coletivos;

OP-06: Rede de Governança e governabilidade

- Articulação das intervenções das instâncias públicas centrais e locais;
- Concertação entre administração pública e restantes protagonistas locais e regionais;
- Desenvolver de uma estratégia de marketing territorial;
- Articulação e compatibilização das estratégias e dos instrumentos de planeamento desenvolvidos nas diferentes escalas territoriais.

6 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

No âmbito da AAE da Proposta de Revisão do PDMA foi apresentado na 1.ª Fase, o Relatório de Definição de Fatores Críticos de Decisão (RFCD), datado de janeiro de 2011, onde foram identificados os Fatores Críticos de Decisão (FCD) e respetivos critérios de avaliação. Esta definição de âmbito foi alvo de consulta por parte das ERAE, conforme referido no capítulo 4.

A AAE da revisão do PDM de Alcochete será suportada em 4 Fatores Críticos de Decisão, que se consideram decisivos para o desenvolvimento da análise.

A identificação dos FCD resultou da integração dos seguintes elementos:

- **Questões Estratégicas (QE)** que definem, de forma clara, os objetivos estratégicos e as linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do PDMA e que contribuem para a definição dos FCD.
- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, que reflete as orientações políticas relevantes estabelecidas formalmente como macro-objetivos de política sectorial, de sustentabilidade ou ambiental, de nível internacional, europeu e nacional, com os quais a Proposta de Plano se deve compatibilizar. Analisa-se a ligação/afinidade do objeto de avaliação com os objetivos estratégicos definidos nos planos e programas que fazem parte do QRE.
- **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)**, que definem o âmbito ambiental relevante para a avaliação, de acordo com o contexto e escala do PDMA, tendo por base as questões legalmente definidas pelo DL 232/2007, alterado pelo DL 58/2011.

Com base nestes elementos e tendo em conta a tipologia do Plano em avaliação, assim como o seu âmbito de intervenção, foram selecionados os **FCD** para a presente **AAE**. No Quadro 4 apresentam-se os **FCD** selecionados, assim como a justificação da sua pertinência para a presente **AAE**.

Quadro 4 – Fatores Críticos para a Decisão e respetiva relevância

FCD	Descrição/Pertinência
1. Valorização dos Sistemas Naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas, como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado.
2. Atração e Fixação Humana	Habitação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial.
3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.
4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas	Prevenção e redução dos riscos naturais, mistos e tecnológicos e proteção da segurança de pessoas e bens, articuladas com a adaptação às alterações climáticas, a eficiência energética nos transportes, edificação e atividades económicas e o aproveitamento de fontes de energia renovável. A avaliação considera a exposição e vulnerabilidade do território, os fenómenos extremos e a compatibilidade das opções de uso do solo com as áreas de perigosidade e com as infraestruturas/atividades de risco.

Para cada FCD foram posteriormente definidos critérios de avaliação e indicadores respetivos, que pretenderam conferir uma dimensão analítica aos FCD, tal como apresentado no subcapítulo 3.1.

6.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

As **Questões Estratégicas (QE)** possuem como objetivo definir as intenções e o alcance do PDM e perceber qual é o seu potencial estratégico com implicações ambientais. Estas são consideradas elementos estruturantes que permitem descrever quais são os principais objetivos do Plano e que contribuem para a definição dos FCD.

Assim, foi identificado um conjunto de QE que visa traduzir a estratégia preconizada para o concelho de Alcochete, que coincide com as opções estruturantes para a revisão do PDM, definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município - “Alcochete 2030: Visão e Estratégia”, conforme referido no Capítulo 5.2.

Assim, as QE consideradas na Proposta de Plano da Revisão do PDM são as seguintes:

- **QE1.** Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete;
- **QE2.** Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos;
- **QE3.** Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais;
- **QE4.** Localização, iniciativa e inovação empresarial;
- **QE5.** Conetividade e mobilidade;
- **QE6.** Rede de Governança e governabilidade.

No Quadro 5 é feita a articulação entre as QE do PDMA e os FCD selecionados para a presente AAE.

Quadro 5 - Convergência entre as QE do PDMA e os FCD selecionados

FCD / Questões Estratégicas do PDMA	1. Valorização dos Sistemas Naturais	2. Atração e Fixação Humana	3. Identidade Cultural e Dinâmica	4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas
QE1. Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete	●	●	●	●
QE2. Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	●	●	●	●
QE3. Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	●	●	●	●
QE4. Localização, iniciativa e inovação empresarial	●	●	●	●
QE5. Conetividade e mobilidade	●	●	●	●
QE6. Rede de Governança e governabilidade	●	●	●	●

● Ligação forte ● Ligação média ● Ligação fraca

Pela análise do Quadro 5 é possível verificar que os FCD selecionados abrangem todas as questões estratégicas do Plano, o que permite aferir que nesta fase da AAE, a avaliação estruturada pelos FCD abrangerá todas as linhas de atuação estabelecidas pelo Plano.

6.2 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Com base num conjunto de documentos estratégicos relevantes, que estão publicados e que fixam políticas, programas e/ou planos sectoriais nacionais e regionais, definiu-se o enquadramento de referência estratégico que estabelece os objetivos e/ou metas de sustentabilidade, aplicáveis à Revisão do PDMA, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Pretende-se identificar potenciais sinergias e/ou conflitos com a Revisão do PDMA, sendo verificada a coerência entre os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos de referência e os objetivos do PDMA.

A lista de documentos de referência considerados pertinentes para a avaliação é apresentada no Quadro 6. Não se pretende aqui listar exaustivamente todos os planos e/ou programas que enquadram potencialmente a Revisão do PDMA, mas apenas aqueles que efetivamente apresentam objetivos e/ou metas relevantes de sustentabilidade para o concelho.

O QRE apresentado para a AAE permite evidenciar a coerência global da Revisão do PDMA com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território. A Revisão do PDMA face ao QRE é objeto de

avaliação estratégica, nomeadamente através de uma avaliação do nível de atendimento dado pelo Modelo Territorial proposto às orientações de sustentabilidade mais relevantes para cada FCD.

Refere-se que face ao tempo decorrido entre a apresentação do RFCD e o presente Relatório Ambiental, procedeu-se à atualização do QRE.

Quadro 6 – Quadro de Referência Estratégico para o PDMA

Instrumento	Publicação
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto
Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza 2030 (ENBCN 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2026, de 17 de junho
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A, de 21 de julho
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro
Diretiva Quadro da Água (DQA)	Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro
Plano Nacional da Água (PNA 2015)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH 5A)	RCM n.º 62/2024, de 3 de abril — PGRH do 3.º ciclo (2022-2027)
Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração RET 13/2019, de 12 de abril, alterada pela Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro e retificada pela Declaração de Retificação n.º 7-A/2022
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6- B/2015, de 4 de fevereiro
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020/2030 (ENAAC 2020/2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho, com vigência prorrogada até 31/12/2026 pela RCM n.º 140/2026, de 29 de junho
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2025, de 9 de outubro
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019 de 2 de agosto
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2025, de 12 de agosto

Instrumento	Publicação
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março
Programa Nacional Para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
Plano Nacional de Saúde 2030 (PNS 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP 2030)	Instrumento nacional de política de proteção civil preventiva, na versão em vigor
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho
Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na redação em vigor
Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Setúbal	Versão em vigor
Plano de Emergência Externo de Alcochete	Versão em vigor
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na AML e concelhos limítrofes	Versão em vigor
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030)	Instrumento estratégico nacional aplicável aos resíduos não urbanos, na versão em vigor
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	Instrumento nacional de programação de investimentos estratégicos
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto
Lei de Bases do Clima	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa (PAMUS-AML)	Versão em vigor
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)	Versão em vigor

O Quadro 7 estabelece a relação entre os documentos estratégicos anteriormente identificados no QRE e a respetiva relevância com o Plano.

Quadro 7 – Convergência entre os instrumentos do QRE com as QE do Plano

QRE	QUESTÕES ESTRATÉGICAS					
	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável(ENDS 2015)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza 2030 (ENBCN 2030)	●	●	●	●	●	●
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	●	●	●	●	●	●
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)	●	●	●	●	●	●
Diretiva Quadro da Água (DQA)	●	●	●	●	●	●
Plano Nacional da Água (PNA 2015)	●	●	●	●	●	●
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH 5A)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)	●	●	●	●	●	●
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	●	●	●	●	●	●
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020/2030 (ENAAC 2020/2030)	●	●	●	●	●	●
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	●	●	●	●	●	●
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	●	●	●	●	●	●
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	●	●	●	●	●	●
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)	●	●	●	●	●	●
Programa Nacional Para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI)	●	●	●	●	●	●
Plano Nacional de Saúde 2030 (PNS 2030)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	●	●	●	●	●	●
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+)	●	●	●	●	●	●

QRE \ QUESTÕES ESTRATÉGICAS	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6
Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	●	●	●	●	●	●
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP 2030)	●	●	●	●	●	●
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)	●	●	●	●	●	●
Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	●	●	●	●	●	●
Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Setúbal	●	●	●	●	●	●
Plano de Emergência Externo de Alcochete	●	●	●	●	●	●
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na AML e concelhos limítrofes	●	●	●	●	●	●
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030)	●	●	●	●	●	●
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030)	●	●	●	●	●	●
Lei de Bases do Clima	●	●	●	●	●	●
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa (PAMUS-AML)	●	●	●	●	●	●
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)	●	●	●	●	●	●

Legenda:

- **Relação Forte** ● **Relação Média** ● **Relação Fraca**

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na revisão do PDM.

A análise do quadro anterior evidencia que os objetivos estratégicos definidos no âmbito do processo de revisão do PDM de Alcochete encontram-se compatibilizados com as grandes opções estratégicas definidas no QRE. Destaca-se, sobretudo, a afinidade dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM com os seguintes instrumentos do QRE: PNPOT e PROT AML.

6.3 FATORES AMBIENTAIS

Os Fatores Ambientais definem o âmbito ambiental relevante e estabelecem o contexto e a escala do objeto de avaliação. De acordo com o art.º 6.º do RJAAE, os FA a considerar no processo de AAE são a Biodiversidade, População, Saúde Humana, Fauna, Flora, Solo, água, Atmosfera, Fatores Climáticos, Bens Materiais, Património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, e Paisagem.

Seguidamente são apresentados os Fatores Críticos para a Decisão selecionados para a AAE da Revisão do PDM de Alcochete, sendo apresentados os Fatores Ambientais relevantes por FCD, de modo a que o processo seja focalizado.

Quadro 7-A – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD

Fatores Críticos para a Decisão	Fatores Ambientais
Valorização de sistemas naturais	Água Solo Biodiversidade Fauna Flora Paisagem
Atração e fixação humana	População Saúde humana Bens materiais Atmosfera Água Solo
Identidade cultural e dinâmica económica	Água Bens materiais Património cultural (arquitetónico e arqueológico) População Paisagem Solo
Riscos, Energia e Alterações Climáticas	População Saúde humana Bens materiais Água Solo Fatores climáticos Atmosfera Paisagem

Da análise do quadro anterior, constata-se que os FA com uma **maior** interligação com as QE da Alteração da 1.ª Revisão do PDMA, são o **Solo**, a **Água**, **População** e **Bens Materiais**. O FA com menor ligação com as QE da Alteração da 1.ª Revisão do PDMA são a **Biodiversidade**, a **Flora** e a **Fauna**.

3.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES

Os FCD estruturam, dão focagem e determinam o alcance da AAE. O seu nível de pormenorização decorre dos critérios de avaliação, respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade e de indicadores que permitam medir os resultados obtidos na implementação da estratégia, permitindo um eficaz acompanhamento do plano na medida em que consubstanciam o referencial em relação ao qual serão avaliados os efeitos das propostas da Revisão do PDM.

De notar que os FCD não pretendem descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes da AAE e avaliar a sustentabilidade das propostas da Revisão do PDMA, contribuindo para uma tomada de decisão mais informada e ambientalmente responsável.

Para cada FCD são assim propostos critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores.

Quadro 8 – Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de informação
FCD 1. Valorização de sistemas naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado	Valorização dos sistemas húmidos - Avaliação da capacidade de valorização económica dos sistemas húmidos numa lógica supra-municipal e como fator potenciador de conservação e recuperação ecológica.	Variação da percentagem de ocupação do território municipal, designadamente área edificada/impermeabilizada, por zonas húmidas e áreas classificadas	%	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
			Nº de iniciativas de dinamização económica e/ou de gestão ativa	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
			Evolução das atividades económicas do sector primário nas zonas húmidas	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
		Valorização dos sistemas naturais não húmidos – Avaliação do potencial de valorização económica dos sistemas naturais não-húmidos como fator potenciador de conservação e recuperação do património natural, incluindo a biodiversidade e as valências paisagísticas.	Variação do nº e área de atividades agrícolas e florestais com elevado interesse ambiental	ha / %	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
			Evolução e diversificação da exploração de novos nichos de mercado	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
			Evolução das rotas turísticas em torno de valores naturais e paisagísticos	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de informação
			Iniciativas municipais de proteção e recuperação da biodiversidade e Paisagem e sua eficácia	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
		Serviços dos ecossistemas – Avaliação da capacidade de oferta de serviços dos ecossistemas, tendo em conta os limiares de alteração aceitável e numa lógica de coordenação e articulação multi-usos.	Evolução dos principais serviços dos ecossistemas e seu aproveitamento.	n.º / índice, conforme indicador	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
FCD 2. Atração e fixação humana	Habitação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial	Habitação – Avaliação das funções residenciais do concelho tendo em conta a relação entre a dinâmica do sector imobiliário, as tendências demográficas e a qualidade da oferta habitacional.	Relação Territorial com AUGI/ construções clandestinas/ áreas degradadas	ha / %	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Variação dos Fogos vagos/ocupados	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Número de fogos por perímetro urbano/ população residente	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Evolução de ocupação fora dos perímetros urbanos	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Procura de habitação por tipologia	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
		Vivência urbana e serviços de proximidade – Avaliação da oferta e acesso aos equipamentos e serviços de proximidade numa lógica de atratividade territorial e vivência urbana.	Evolução da Capacitação das Infraestruturas, equipamentos urbanos e serviços de proximidade (incluir atividades sócio-culturais e lúdicas)	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Evolução da área afeta aos espaços públicos	ha / %	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
		Mobilidade – Avaliação das condições territoriais de promoção da mobilidade suave e do acesso e atratividade do sistema de transportes coletivos.	Evolução da extensão da rede pedonal e da rede de ciclovias	km / n.º	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Evolução do sistema de TP (oferta e procura) e estímulo à transferência modal TI- TP	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
			Modo de transporte utilizado pelos residentes nas deslocações pendulares	%	CMA; INE; APA; operadores/entidade s gestoras
		Qualidade do ambiente municipal - Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano e	Qualidade das massas de água e qualidade do ar; população/área exposta a níveis de ruído superiores aos limites e zonas de conflito acústico.	classe/estado; µg/m³; n.º/ha/%	APA, CMA/Mapa de Ruído

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de informação
FCD 3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica		rural, nomeadamente ao nível do saneamento, gestão de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído bem como da prevenção dos riscos tecnológicos.	Indicador transferido para o FCD4 - risco e segurança de pessoas e bens.	—	—
			Fontes de poluição, áreas degradadas/loais potencialmente contaminados e passivos ambientais formalmente identificados e objeto de avaliação/intervenção.	n.º/ha e € quando disponível	CMA/APA
			População servida por sistemas de abastecimento de água e drenagem/tratamento de águas residuais; desempenho dos serviços de resíduos urbanos.	%	CMA/SIMARSUL/entidade gestora/ERSAR
	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.	Atividades económicas valorizadoras da identidade municipal - Avaliação do potencial de dinamização de atividades económicas que suportem a identidade municipal do concelho.	Variação do número de empreendimentos/capacidade de alojamento de TER	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
			Evolução das atividades associadas à identidade territorial	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
			Incentivos municipais à preservação da identidade municipal	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
		Pólos de empregabilidade - Avaliação da capacidade de atração de novos investimentos e da capacidade de diferenciação do tecido económico do concelho como fatores estruturantes de empregabilidade.	Variação da taxa de atração e repulsão	%	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
			Variação do emprego por CAE	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
			Constituição e dissolução de sociedades	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
			Variação das atividades associadas à I&D	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
		Manutenção e valorização do património cultural – Avaliação do potencial de valorização do património material e imaterial e dinamização cultural.	Património imóvel classificado e em vias de classificação, incluindo intervenções de conservação/valorização.	n.º	CMA/Património Cultural, I.P.
			Variação do número de associações culturais por tipo e nº de associados	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de informação
			Mecanismos de salvaguarda e promoção do património histórico-cultural associados a atividades tradicionais	n.º / índice, conforme indicador	CMA; INE; Turismo de Portugal; Património Cultural, I.P.
	Salvaguardar e valorizar o património cultural, incluindo o património arqueológico.	Património arqueológico - avaliação da cobertura do inventário, da salvaguarda preventiva e da compatibilidade das intervenções com os valores identificados.	Sítios arqueológicos inventariados abrangidos por medidas de salvaguarda e operações suscetíveis de afetação precedidas de avaliação/prospecção arqueológica.	n.º e %	CMA/Património Cultural, I.P.
FCD 4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.	Eficiência energética nos transportes, edificação e atividades económicas – Avaliação do potencial de promoção da eficiência energética, incluindo o sector público.	Varição do consumo de energia elétrica por sector de atividade, em edifícios e iluminação públicos e por habitante	MWh / kWh	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
			Programas/medidas municipais previstas na área da eficiência energética	ha / %	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
		Aproveitamento de FER – Avaliação do potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável.	Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh)	MWh / kWh	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
			Iniciativas municipais para a promoção de FER	n.º / índice, conforme indicador	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
		Adaptação e mitigação às alterações climáticas – Avaliação dos padrões de evolução das emissões de GEE e da vulnerabilidade territorial a fenómenos meteorológicos extremos, tendo em conta os mecanismos de adaptação às alterações climáticas.	Emissões de CO2e por sector de atividade emissora	t CO2e	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
			Iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas	n.º / índice, conforme indicador	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
			Área florestal com potencial de sequestro de carbono	ha / %	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
			Evolução das áreas urbanas inundáveis	ha / %	CMA; APA; ANEPC/SMPC; entidade competente em energia
	Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações e reduzir a exposição e vulnerabilidade territorial.	Riscos naturais e mistos - avaliação da compatibilidade dos usos com cheias/inundações, sismo, tsunamis, incêndio rural e fenómenos meteorológicos extremos.	Ocorrências de risco e projetos/operações localizados em áreas de perigosidade com análise de vulnerabilidade e demonstração de não agravamento do risco.	n.º, ha e %	CMA/SMPC/ANEPC/PA

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de informação
	Prevenir acidentes graves e reduzir a exposição a riscos tecnológicos.	Riscos tecnológicos - avaliação da compatibilidade territorial com instalações/infraestruturas perigosas, designadamente estabelecimento abrangido pelo regime Seveso e gasoduto.	Projetos/operações em áreas potencialmente afetadas por riscos tecnológicos sujeitos a análise de compatibilidade e medidas de prevenção/emergência.	n.º e %	CMA/ANEPC/operadores/entidades competentes
	Reforçar a resiliência climática e a segurança de pessoas e bens.	Adaptação a fenómenos extremos - avaliação da implementação de soluções de retenção, permeabilidade, drenagem, sombreamento e redução de ilhas de calor.	Intervenções que incorporam medidas de adaptação climática previstas no Plano.	n.º/ha/%	CMA

7 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

Nesta fase procede-se à avaliação ambiental e de sustentabilidade da proposta da 1.ª Revisão do PDM de Alcochete, com base na versão atual da proposta de Plano e na ponderação dos contributos recebidos no procedimento de AAE.

Para cada um dos FCD definidos será avaliada a situação atual e tendencial e apresentada a avaliação dos efeitos esperados com a proposta do plano. Para cada um são identificadas as propostas que se pretendem relevantes, os efeitos previstos da sua identificação e as observações que se entendem importantes.

7.1 FCD 1 – VALORIZAÇÃO DOS SISTEMAS NATURAIS

7.1.1 Situação Atual

7.1.1.1 Valores Naturais

Estuário do Tejo – Breve Caracterização Biofísica

O concelho de Alcochete é abrangido por uma área de elevado valor conservacionista: o Estuário do Tejo. O estuário constitui a zona húmida mais extensa do território português e uma das mais importantes da Europa. Ocupa uma vasta área, cerca de 32 500 ha, desde Vila Franca de Xira até à foz do Rio Tejo, composta por lezírias, mouchões, esteiros, pequenas lagunas e uma zona central ocupada por um mar interior de água salobra. As margens apresentam dissimetrias: a margem direita é retilínea enquanto a margem esquerda, onde se localiza o concelho de Alcochete, é mais recortada e mais baixa, apresentando maior área de lodos expostos durante a maré baixa. Salienta-se o facto de o Estuário do Tejo possuir uma considerável área entremarés, de cerca de 13.600 ha. O estuário inclui ainda uma importante e extensa superfície de sapal, sendo as pastagens e prados de lezíria periodicamente alagados, formando charcos temporários.

A conjugação destes fatores confere-lhe uma apreciável diversidade de habitats e espécies, sendo um local de importância internacional para as aves durante as épocas de reprodução, invernada e passagem. Estima-se que ocorrem com regularidade cerca de 100.000 aves aquáticas invernantes, valores que costumam ser ultrapassados nos períodos de passagem migratória.

Na vegetação do Estuário do Tejo destaca-se a casta mancha halofítica que bordeja o estuário. Constituída sobretudo por gramíneas e arbustos de pequeno porte, que colonizam os solos de vasa compactada, nas margens estuarinas onde chegam as marés, representa a continuidade de produtividade primária entre o ambiente aquático e o terrestre.

Estas plantas vasculares constituem os principais produtores primários do estuário, tendo a sua produção anual de biomassa sido estimada em 17.790 toneladas de carbono. As espécies mais significativas são: *Spartina maritima*, *Scirpus maritimus*, *Halimione portulacoides*, *Sarcocornia fruticosa*, *Sarcocornia perenne*, *Arthrocnemum glaucum*, *Suaeda vera*, *Aster tripolium*, *Salicornia nitens*, *Puccinellia maritima*, *Inula crithmoides*, *Limonium vulgare*, *Artiplex halimus*, *Phragmites australis*.

A jusante, onde se inclui a área do concelho em estudo, a *Spartina maritima*, vulgarmente designada com o nome de morraça, é a gramínea pioneira na colonização das vasas consolidadas. Esta espécie, vai criar condições necessárias ao desenvolvimento de outras espécies, de que *Halimione portulacoides* e *Sarcocornia fruticosa* são, sem dúvida, as espécies mais importantes na composição, estrutura e dinâmica do sapal. Nas zonas superiores do estuário, entre Vila Franca de Xira e o Mouchão das Garças, a salinidade das águas é baixa. Aqui a espécie pioneira é *Phragmites australis* que forma uma importante mancha de caniços. Reveste-se de grande importância para a conservação de algumas espécies de aves, nomeadamente os rouxinóis dos caniços *Acrocephalus scirpaceus* e *Acrocephalus arundinaceus*, a garça-vermelha *Ardea purpurea*, a garça pequena *Ixobrychus minutus* e a águia-sapeira *Circus aeruginosus* que os utilizam preferencialmente como local de nidificação.

Junto ao Mouchão das Garças, concretizando a transição entre as duas zonas atrás referidas, existe uma zona de pequena extensão em que a espécie pioneira é o junção *Scirpus maritimus* que é depois sucedido pelo junco das esteiras *Juncus maritimus* e pela tamargueira *Tamarix africana*.

No ambiente aquático, é ainda de referir a existência de fitoplâncton (produção primária estimada em 4.400 toneladas de carbono ano, em toda a área estuarina) do microfitobentos, predominantemente constituído por algas unicelulares do grupo das diatomáceas que proliferam à superfície das vasas e areias, realizando fotossíntese enquanto se encontram expostas à luz durante a maré vazia (produção primária estimada num valor próximo de 11.000 toneladas de carbono por ano, em toda a área estuarina), e de algas macrófitas, representadas sobretudo por *Fucus vesiculosus*, *Ulva lactuca* e *Gracilaria verrucosa* (produção primária estimada num valor próximo de 4.000 toneladas de carbono por ano, em toda a área estuarina).

No ambiente terrestre, mouchões e lezíria, a vegetação natural é constituída sobretudo por espécies herbáceas que crescem espontaneamente nas orlas dos campos cultivados, pastagens naturais, restolhos e fases iniciais de cultivo. Espécies arbustivas e arbóreas desenvolvem-se numa estreita faixa arenosa que atravessa os campos argilosos da lezíria a jusante do Sorraia e na sebe seminatural que delimita os terraços plistocénicos no limite Este da Reserva.

Em relação à fauna ocorrem no estuário 35 espécies de mamíferos, 194 espécies de aves com presença regular, além de 9 espécies de répteis e 11 de anfíbios. Existem referências relativamente à ocorrência de 101 espécies de peixes no estuário, mas o número de espécies com presença regular não ultrapassará as 40.

É a avifauna aquática migradora que atribui ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País e uma das mais importantes do Paleártico ocidental. O estuário acolhe em média cerca de 54% das limícolas, 30% dos antídeos e 4% dos ardeídos invernantes recenseados em Portugal. Alberga mais de 1% da população regional de 14 espécies, sendo por isso local de importância internacional para a sua preservação durante as épocas de reprodução para a garça-vermelha *Ardea purpurea*, a perna-longa *Himantopus himantopus* e a perdiz-do-mar *Glareola pratincola*; de invernada para o alfaiate *Recurvirostra avosetta*, maçarico de-bico-direito *Limosa limosa*, tarambola-cinzenta *Pluvialis squatarola*, pato-trombeteiro *Anas clypeata*, perna-vermelha *Tringa totanus*, garça-branca-pequena *Egretta garzetta*, ganso comum *Anser anser*, marrequinha *Anas crecca*, pilrito-comum *Calidris alpina* e piadeira *Anas penelope*; de passagem: flamingo *Phoenicopterus ruber* e maçarico-de-bico-direito *Limosa limosa*. A população invernante de sisão *Tetrax tetrax* tem bastante significado a nível nacional, tendo quase atingido 1% da população reprodutora nacional de águia-sapeira *Circus aeruginosus*.

Os estuários são importantes para a manutenção dos stocks de pescado costeiros e este não é exceção. Constitui zona de nursery preferencial para o robalo *Dicentrarchus labrax* e para os linguados *Solea solea* e *Solea senegalensis*, ocorrendo ainda outras 16 espécies que o utilizam nessa função. Apresenta condições para a desova e crescimento de espécies como a corvina *Argyrosomus regius* e efetivos da população costeira do biqueirão *Engraulis encrasicolus*. Alberga populações de espécies residentes de importância comercial como o charroco *Halobatrachus didactylus* e o biqueirão. É zona de transição importante para peixes diádromos onde se incluem a lampreia-do-mar *Petromyzon marinus*, a lampreia-do-rio *Lampetra fluviatilis*, o sável *Alosa alosa* e a savelha *Alosa fallax*, assim como a enguia *Anguilla anguilla*. O seu troço terminal é local privilegiado de alimentação de espécies marinhas costeiras como a carta-imperial *Arnoglossus imperialis*, o peixe-rei *Athrina presbyter*, o rodovalho *Scophthalmus rombus* ou como a raia-lenga *Raja clavata* e a raia-curva *Raja undulata*, havendo registo de um total de cerca de 60 espécies.

A riqueza deste estuário é preservada graças à manutenção das zonas entre marés. A matéria vegetal em decomposição, maioritariamente produzida pelo sapal e as microalgas que se desenvolvem à superfície dos substratos são consumidas por inúmeros seres bentónicos (invertebrados e pequenos peixes). Eles constituem, por sua vez, a base alimentar de peixes na maré cheia e de aves na maré vazia. Várias dessas espécies desempenham um papel fundamental nas cadeias alimentares estuarinas. É o caso da minhoca *Hediste diversicolor*, da hidróbia *Peringia ulvae*, da lambujinha *Scrobicularia plana*, do isópode *Cyathura*

carinata, do anfípode *Melita palmata*, da camarinha *Palaemonetes varians*, do camarão comum *Cangron cangron*, do caranguejo-verde *Carcinus maenas* e do caboz-da-areia *Pomatoschistus minutus*.



Fotografia 1 : Zona de Proteção Especial, zona ribeirinha em Alcochete



Fotografia 2: Salinas, Samouco

Fonte: NRV.2019

Atendendo às características referidas e aos valores naturais presentes na área o Estuário do Tejo encontra-se classificado com diversos estatutos de conservação, são eles a nível:

Nacional

DL n.º 565/76, de 19 de julho: cria a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

DL n.º 280/94, de 5 de novembro: cria a Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens “Estuário do Tejo” - PTZPE0010 (esta ZPE integra diretamente a rede Natura 2000).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto: cria o Sítio “Estuário do Tejo” - PTCON0009 (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - Rede Natura 2000).

Internacional

Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa: “Estuário do Tejo” (área atualmente integrada na ZPE e Sítio “Estuário do Tejo” - rede Natura 2000).

Lista de Sítios da Convenção de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional): “Estuário do Tejo” (24 novembro 80).

Montado

As áreas de montado de sobreiro e de azinho são indiscutivelmente um importante valor patrimonial. Predominam abundantemente na zona Este do concelho. Os montados são sistemas agroflorestais extensivos, que combinam uma elevada importância socioeconómica com uma excecional diversidade biológica, deles dependendo populações de diversas espécies ameaçadas a nível nacional e europeu. O que torna os montados extraordinários é precisamente a forma como as atividades humanas moldaram, a partir dos bosques de carvalhos mediterrâneos originais, um sistema de uso múltiplo da terra tão rico do ponto de vista biológico, conciliando economia e ambiente. Os montados de sobreiro, em particular, garantem a produção da cortiça, elemento importante dos recursos naturais renováveis nacionais, de cuja

exploração depende a sustentabilidade de todo o sistema e, portanto, a sua biodiversidade. Para além disto estão legalmente protegidos, pelo DL n.º 169/01 de 25 de maio (alterado pelo 155/2004 de 30 de junho).

Neste contexto é importante salientar a possibilidade de eventuais intervenções neste território. São áreas potencialmente agro-silvo-pastoris, que suportam outros usos, designadamente o turístico, desde que correspondam a projetos perfeitamente integrados na paisagem e que não coloquem em causa os referidos valores.

Salinas

Trata-se de um importante valor natural por se localizarem nos sapais das zonas húmidas e funcionarem como locais de refúgio e abrigo para aves aquáticas, contribuindo para a conservação de espécies sensíveis e ameaçadas. A grande diversidade de aves que se pode observar nas salinas está intimamente ligada à estrutura dos seus tanques e canais de água. Tanto nos viveiros das salinas como nos cristalizadores, as salinas apresentam um gradiente de colunas de água que disponibiliza condições de habitat ótimas para diversas espécies, desde aquelas que habitam os profundos viveiros das marinhas até às outras que se alimentam nos baixos tanques cristalizadores.

No estuário do Tejo, as salinas de Alcochete servem de abrigo e refúgio às dezenas de milhares de aves aquáticas invernantes que anualmente percorrem os extensos campos de lama para se alimentarem antes de prosseguirem as suas rotas migratórias. Na época de nidificação as salinas são o habitat privilegiado para outras espécies, vindas de África, que encontram nelas as condições ideais à reprodução. Em Alcochete, o borrelho de coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), a andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*) e o perna longa (*Himantopus himantopus*) procriam ainda com regularidade nas salinas do Samouco.

Sapais

São sistemas vulneráveis e altamente produtivos, de elevada biodiversidade e muito dinâmicos devido à influência da orla costeira e do escoamento fluvial. A vegetação do sapal contribui para a retirada de humidade dos solos e a fixação de sedimentos, consolidando o solo. Este facto atrai muitas espécies, de ambos os biótopos (terrestre e aquático) para além das espécies que lhe são exclusivas. Assume especial importância o facto de os sapais serem zonas por excelência de alimento, nidificação e pouso para avifauna.

Arrozais

De entre as zonas húmidas artificiais, os arrozais são um dos sistemas mais interessantes para a conservação da natureza. Situados nas zonas baixas das principais linhas de água do concelho constituem um biótopo que aumenta sobremaneira a diversidade de habitat, seja para as aves aquáticas, seja para os anfíbios e répteis, ou mesmo para alguns mamíferos que os percorrem em busca de alimento, como é o caso da lontra. Acresce ainda que os arrozais têm vindo a funcionar como habitat de substituição das salinas por estas estarem gradualmente a desaparecer por abandono. Os tabuleiros de cultivo de arroz, com o seu ciclo anual de inundações, introduzem na lezíria extensas zonas húmidas interligadas por canais de abastecimento de água que contactam com a rede hidrográfica, introduzindo para o interior da lezíria a biodiversidade de outros ecossistemas.



Fotografia 3: Ermida de Santo António da Ussa



Fotografia 4: Rio Tejo, Sapal das Hortas

Fonte: NRV.2019

Locais com interesse paisagístico

No concelho existem alguns “Locais com interesse paisagístico”, que se evidenciam pela morfologia do território, pela vegetação, pelas vistas e/ou, pela presença de elementos patrimoniais de destaque. Estas áreas apresentam elevada aptidão para pontos/zonas de recreio e lazer. Destacam-se:

Praia dos Moinhos, é uma praia fluvial de extenso areal em que o seu nome advém de ter respetivamente 3 moinhos de vento ao longo do areal (já desativados).

Praia do Samouco, praia fluvial com uma grande extensão de areia que fica localizada entre Alcochete e a Ponte Vasco da Gama. O acesso pode ser feito pelas Salinas do Samouco.

Sapal das Hortas, zona privilegiada de contacto entre o rio e a zona terrestre, com ótimas condições para se tornar numa excelente zona de recreio e lazer e integrar um posto de observação de aves.

Ermida de Santo António da Ussa, localizada no meio de uma lagoa na Herdade da Barroca d'Alva, esta enigmática ermida encontra-se inserida numa paisagem de alto valor cénico, com o plano de água e o montado, acrescido de um elevado valor ecológico;

Porto dos Cacos, localizado nas margens da Vala da Amieira é uma zona onde proliferam diversos vestígios arqueológicos, principalmente relacionados com o aglomerado industrial romano com a mesma designação. Acresce a sua importância pela envolvente de montado e manchas significativas de folhosas de zonas húmidas.

Vistas panorâmicas

O concelho apresenta um relevo bastante plano e homogéneo, sendo escassos os pontos de vista dominantes para a paisagem envolvente. No entanto, consegue-se distinguir algumas situações, de “Vistas panorâmicas”, das quais se destacam:

Monte do Pontão, localizado na confluência da Vala da Amieira e da Ribeira Vale dos Vinte e Um, proporcionando uma excelente vista para o troço final desses talwegues com os arrozais e o montado a dominarem a paisagem;

São Francisco, situado a uma cota ligeiramente superior em relação à zona envolvente são diversos os pontos neste aglomerado onde se avista o rio Tejo e a sua margem Norte, apesar de se tratar de vistas relativamente contidas.



Fotografia 5: Margem Norte do Tejo, São Francisco



Fotografia 6: Vista para o Paul do caranguejo, Monte Pontão

Fonte: NRV.2019

Percursos com interesse paisagístico

Para além de pontos específicos de observação de vistas panorâmicas já mencionadas, existem “Percursos” ao longo de algumas estradas e caminhos, a partir dos quais é possível perceber o território e a

paisagem. No entanto, considera-se que os trajetos que oferecem maior riqueza e diversidade paisagística são:

- O percurso entre a rotunda da antiga EN 118 (junto ao Passil) e a Barroca d'Alva, com vista para os arrozais, salinas e montado;
- EM 501 do Samouco até ao Centro Histórico de Alcochete, pela sua proximidade ao rio e usufruto de vista para a margem Norte;
- CM 1002 pela sua proximidade ao rio;
- Caminho nas salinas entre a Marinha do Solve e a Marinha da Atalaia;
- EN4 a partir de Rilvas até ao limite de concelho inserido numa paisagem plena de montado;
- O percurso entre o Alto dos Cavaleiros e a Malhada das Meias que passa por importantes manchas de montado.

7.1.1.2 Unidades de Paisagem

A definição de Unidades de Paisagem (UP) surge da análise conjunta de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macrounidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização.

Para além destas considerações, consultou-se uma obra de referência nesta área: “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, Universidade de Évora, DGOTDU, Volume IV, 2002. Segundo este documento, o concelho de Alcochete insere-se em duas Unidades de Paisagem:

UP 80 – Outra Banda Interior, parte do concelho de Alcochete insere-se numa subunidade “Zona Pinhal Novo/Palmela/Alcochete”: superfície plana, com características rurais dominantes (embora variadas, desde foros a propriedades de grandes dimensões, sistemas de sequeiro e de regadio, algumas manchas florestais) e povoamento tradicionalmente disperso. A construção de novas acessibilidades tem vindo a alterar o padrão da paisagem preexistente, vindo juntar-se à dispersão relacionada com as explorações agrícolas, habitações recentes, grandes unidades industriais, as mais variadas fábricas, armazéns e depósitos de materiais ao ar livre espalhados por entre vinhas, pomares, hortas e “pivots”. Nesta subunidade, Alcochete tem uma relação muito especial ao estuário – profundidade e grandeza da paisagem fluvial dominada a partir da sua faixa marginal, apresenta-se já com um carácter muito ribatejano. Quanto à “riqueza biológica”, ela será reduzida em toda a unidade, com exceção da zona mais a norte, junto a Alcochete, incluída na ZPE/SIC do Estuário do Tejo, com valores muito diversificados ao nível da flora e da fauna, com especial destaque para a avifauna, uma vez que é uma das 10 zonas húmidas

mais importantes da Europa para aves aquáticas migratórias. Uma das **orientações de gestão a promover** nesta unidade para a zona de Alcochete será o controlo do processo de edificação dispersa nas áreas rurais e conter o emparcelamento da propriedade através de medidas regulamentares dos planos de ordenamento. Tal controlo passará também pela seleção de áreas aptas para a construção de moradias em grandes lotes, canalizando-a para locais adequados em termos de rede urbana e respeitando os solos mais férteis, as zonas de recarga de aquíferos, as áreas com usos agrícolas e florestais interessantes em termos económicos e ambientais assim como as superfícies indispensáveis à circulação das águas superficiais.

UP 86 – Charneca Ribatejana – A charneca ribatejana é, no geral, uma paisagem muito tranquila, por vezes monótona, com um relevo ondulado muito suave, a que está associado o montado de sobro. No essencial, trata-se de uma paisagem florestal, cortada por pequenos e médios vales que, tradicionalmente tinham uma utilização agrícola. A charneca apresenta-se com baixa densidade populacional e povoamento concentrado (grandes aldeias e vilas periféricas na sua maior parte, fora do concelho de Alcochete, assentos de lavoura de média e grande dimensão), ao contrário do que se passa noutras áreas do sul do país, não se verifica um abandono significativo. Domina a grande propriedade, sobretudo com uma exploração do solo extensiva, tanto ligada ao montado como a plantações extremes (de pinheiros e de eucaliptos), ou ainda, a povoamentos mistos destas espécies. Como exceção, ocorrem na charneca usos agrícolas intensivos, tirando partido da disponibilidade de água no subsolo. Surgem assim clareiras com “pivots” de rega e outras manchas de regadio que contrastam fortemente com os maciços florestais dominantes. Até há alguns anos, os fundos dos vales planos, com aluviões, encontravam-se maioritariamente com arrozais, com outras culturas anuais ou pastagens. Grande parte destes vales têm vindo a ser invadidos por matos e matas. Os usos são em geral coerentes e sustentáveis, sobretudo no que diz respeito aos montados de sobro e às matas mistas. No geral, esta unidade de paisagem apresenta-se com uma “riqueza biológica” média a elevada, domínio de sistemas de uso extensivo e bem adaptados às situações biofísicas presentes, ocorrência de habitats e de espécies com interesse para a conservação. Uma das orientações a ter em conta, tanto em termos de diversidade da paisagem como da produção agrícola e sobretudo pecuária, é que se mantivesse um uso diferenciado dos vales, com culturas anuais, pastagens ou mesmo povoamentos florestais que tirassem partido das condições de maior fertilidade. Por outro lado, devem ser prevenidos potenciais impactos ambientais sobre os aquíferos, a partir das culturas intensivas possibilitadas pelo uso de “pivots” ou outras técnicas de rega.



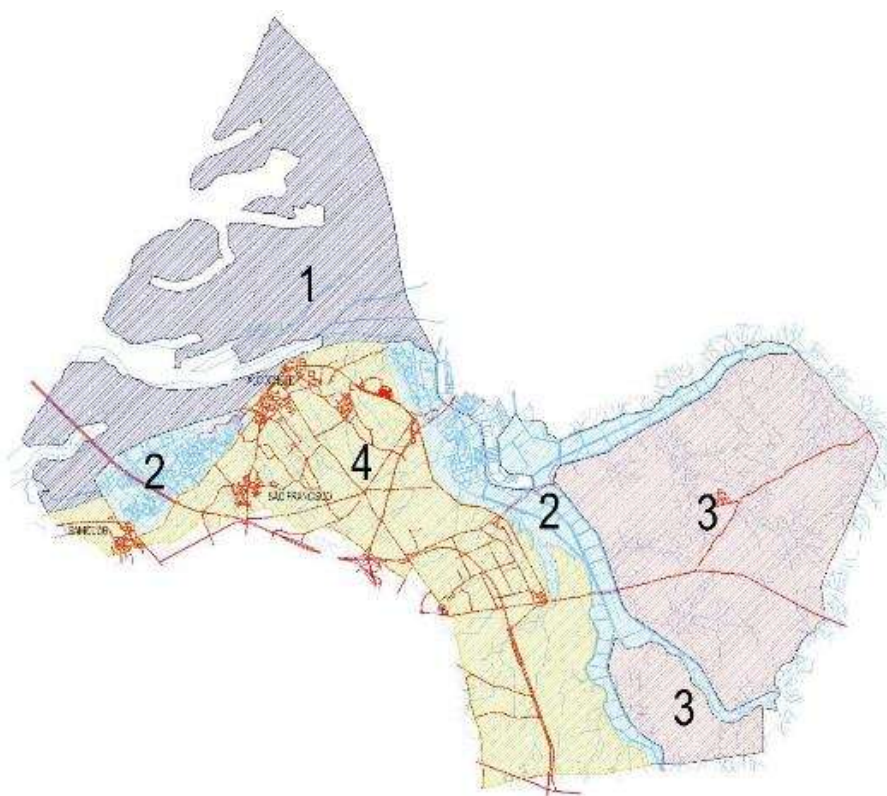
Fotografia 7: Mosaico urbano-agrícola



Fotografia 8: Vale e Salinas

Fonte: NRV. 2019

Analisando especificamente o concelho, é possível constatar que, dentro destas unidades distinguem-se duas subunidades “Vale e Salinas” e o “Rio Tejo”. Para a “Outra Banda Interior” optou-se pela designação de “Mosaico urbano-agrícola”, por se adequar melhor a realidade/escala de Alcochete para aquela zona.



Legenda:

UP1 – Rio Tejo – elemento singular e preponderante na paisagem de Alcochete, marca indelevelmente o concelho;

UP2 - Vale e Salinas - zona de transição entre o ecossistema fluvial e o ecossistema terrestre, salientam-se pela sua importância ecológica associada à Vala da Amieira e à Ribeira Vale dos Vinte e Um e às zonas de Salinas do Sapal das Hortas e do Samouco;

UP3 – Charneca Ribatejana – corresponde a um relevo suave e ondulado com quase exclusividade de ocupação por manchas de montado e agricultura extensiva associada a explorações pecuárias;

UP4 - Mosaico Urbano-agrícola – ocupa a zona Oeste do concelho desde a ER5 até aos aglomerados próximos do rio. Trata-se de povoamento disperso, com parcelas agrícolas essencialmente de reduzida dimensão, onde se cultivam hortícolas. Na zona urbana destaca-se os centros históricos de Alcochete e do Samouco.

Fonte: Atlas do Ambiente

Figura 3 - Unidades de Paisagem

Na avaliação da proposta atual assumem particular relevância as pressões associadas às atividades agrícolas e florestais e ao turismo em áreas sensíveis. Para além da ocupação do solo e da fragmentação ecológica, devem ser considerados os resíduos não urbanos, incluindo plásticos agrícolas, efluentes de atividades pecuárias, poluição por nitratos e eficiência hídrica. O Regulamento de 2026 estabelece, na Estrutura Ecológica Municipal, o cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas para proteção da água contra a poluição por nitratos, devendo esta orientação ser complementada por medidas de prevenção e monitorização de resíduos e consumo de água.

7.1.2 Análise de Tendências

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
Sem implementação do Plano	Forças	Fraquezas
	Valores naturais intrínsecos ao Estuário do Tejo e à frente ribeirinha; Área considerável de montado; Pluralidade de funções do território: agrícola, florestal e natural.	Pressão urbanística na área envolvente ao Estuário do Tejo; Frac utilização do rio Tejo como elemento dinamizador de vivências; Dispersão de unidades agropecuárias (em particular suiniculturas) pelo território concelhio.
Com implementação do Plano	Oportunidades	Ameaças
	Valorização das características singulares da paisagem; Valorização dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas como equipamento natural metropolitano; Valorização dos recursos agro-florestais e o montado.	Continuação de ocupação desordenada e dispersa; Descaracterização da paisagem.

7.1.3 Efeitos Esperados com a Proposta de Plano

Seguidamente apresenta-se a análise de Oportunidades e Riscos da Proposta de Revisão do PDMA, no que se refere ao **FCD1 – Valorização dos Sistemas Naturais**, à luz dos critérios de avaliação estabelecidos.

Quadro 9 – Efeitos esperados sobre o FCD1 – Valorização dos Sistemas Naturais: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1 Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete QE2 Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	(++) A valorização paisagística e ambiental da Praia dos Moinhos, Praia do Samouco, Sítio das Hortas e Pinhal das Areias, terão um contributo significativo para a proteção e valorização ambiental e paisagística destes locais. (+) A reconversão das antigas secas do bacalhau (antiga FNAD) em equipamento de recreio e lazer, terão igualmente um contributo positivo para a valorização ambiental e paisagística deste local, atualmente muito degradado.	(-) Intervenções de requalificação na frente ribeirinha podem gerar efeitos temporários ou permanentes sobre habitats, zonas húmidas e dinâmica hídrica; a aplicação dos regimes de proteção, das condicionantes e das medidas de minimização é determinante.
QE3 Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	(++) O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção e valorização efetiva dos recursos florestais. (++) A consolidação da estrutura verde concelhia e a criação de corredores ecológicos estruturantes terão um contributo significativo para a proteção e valorização ambiental. (++) No modelo territorial, a Estrutura Ecológica Municipal é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística do solo rústico e solo urbano. (++) Os Espaços Naturais e Paisagísticos, abrangem as áreas com maior valor natural e paisagístico, em que o uso dominante não seja agrícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos e geológicos ou que apresentem reconhecido potencial para vir a integrar espaços de salvaguarda mais restritiva.	(-) A intensificação de atividades agrícolas/florestais ou turísticas pode gerar pressão sobre habitats, água e solo, incluindo consumo hídrico, nitratos, resíduos não urbanos e perturbação de áreas sensíveis, caso as condicionantes e medidas de gestão não sejam aplicadas.
QE4 Localização, iniciativa e inovação empresarial	(0)	(-) O aumento da atividade industrial poderá refletir-se num aumento das emissões para a atmosfera.
QE5 Conetividade e mobilidade	(0)	(0)
QE6 Rede de Governança e governabilidade	(0)	(0)

7.2 FCD 2 – ATRAÇÃO E FIXAÇÃO HUMANA

7.2.1 Situação Atual

7.2.1.1 Caracterização Demográfica

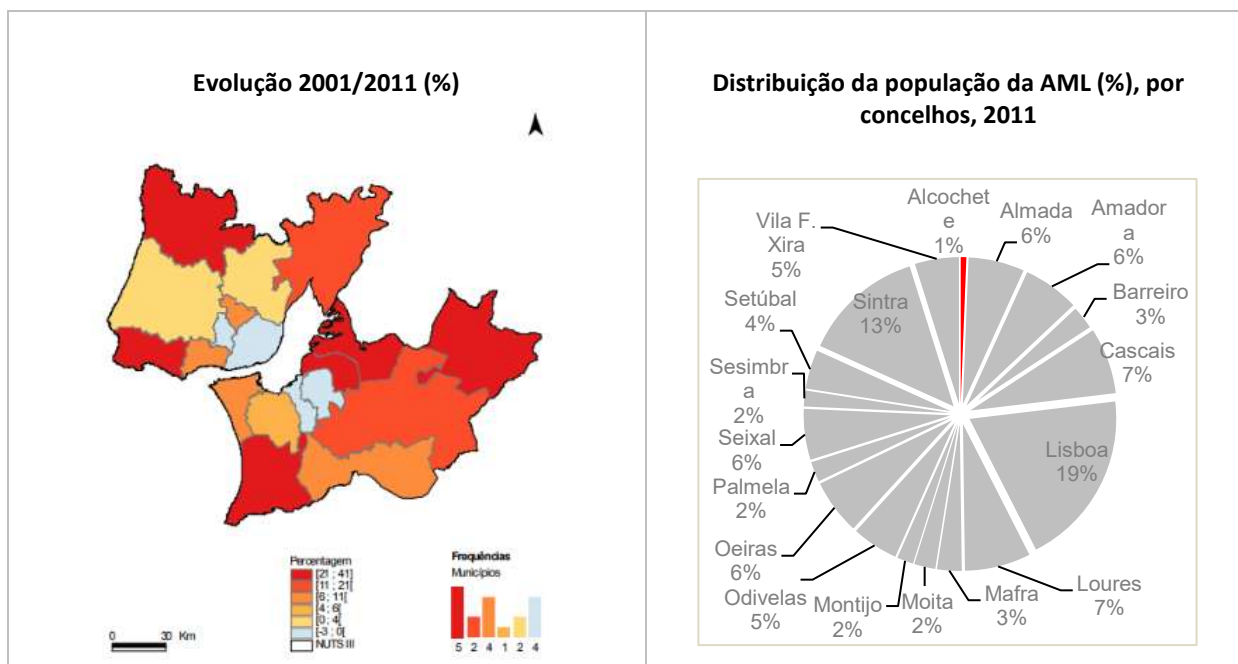
População

Em 2011, a população da Área Metropolitana de Lisboa, onde o município de Alcochete se integra, totalizava 2 821 876 indivíduos, representando 27% da população do país. Alcochete é o mais pequeno município em dimensão populacional da AML, com um peso de 0,6%.

Na última década censitária a população da AML aumentou 6% (em 2001 era de 2 661 850), o que se traduziu num crescimento três vezes superior à média nacional. Neste contexto, os concelhos da 2ª coroa metropolitana, onde Alcochete se insere, foram os que cresceram mais e o município de Alcochete teve um crescimento quase seis vezes superior à região em que se integra.

Dos 18 municípios que compõem a AML, apenas 4 perderam população na última década: Lisboa (-3,0%), Moita (-2,1%), Amadora (-0,4%) e Barreiro (-0,3%). Os restantes observaram um forte crescimento populacional, face a 2001, contrariando a tendência verificada numa parte significativa do território. Só Mafra (+41%) antecedeu Alcochete (+35%), seguindo-se Sesimbra (+32%), Montijo (+31%) e Cascais (+21%) na lista dos municípios que apresentaram um maior crescimento populacional entre 2001 e 2011.

Figura 4 - Evolução da População e peso de cada município na AML



Fonte: INE-Portugal, RGP - Volume da Região de Lisboa, 2011

Os Censos 2021 confirmaram o crescimento demográfico do concelho de Alcochete na última década intercensitária, em contraste com a redução observada no conjunto nacional e com uma evolução mais moderada no contexto metropolitano. Esta evolução reforça a atratividade residencial do concelho, mas exige que a expansão da procura seja compatibilizada com a consolidação urbana, a oferta de habitação, a capacidade das redes e equipamentos e a proteção dos valores ambientais.

- **Continuação do crescimento, mas com desaceleração:** municípios de Alcochete, Cascais, Mafra, Palmela, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Municípios com maiores ritmos de crescimento:** Alcochete, Montijo, Odivelas e Mafra
- **Municípios com perda de vitalidade/declínio populacional:** Almada, Barreiro, Lisboa, Moita e Setúbal
- **Municípios que manterão crescimentos moderados e relativamente estabilizados** – Amadora, Loures, Oeiras e Sintra.

Alcochete estará a registar uma **redução da taxa de crescimento anual médio (TCAM)**: o ritmo de crescimento anual de **3%**, verificado entre 2001 e 2011 terá reduzido **para 1,6%/ano**, entre 2011 e 2017.

Quadro 1: População na Área Metropolitana de Lisboa, por município (1991 a 2017)

Unidade Territorial	População				Taxa de Variação			TCAM (%)		
	1991	2001	2011	2017	1991/01	2001/11	2011/17	1991/01	2001/11	2011/17
Alcochete	10169	13010	17569	19285	27,9	35,0	9,8	2,5	3,0	1,6
Almada	151783	160825	174030	169152	6,0	8,2	-2,8	0,6	0,8	-0,5
Amadora	181774	175872	175136	179942	-3,2	-0,4	2,7	-0,3	0,0	0,5
Barreiro	85768	79012	78764	75715	-7,9	-0,3	-3,9	-0,8	0,0	-0,7
Cascais	153294	170683	206479	211714	11,3	21,0	2,5	1,1	1,9	0,4
Lisboa	663394	564657	547733	506088	-14,9	-3,0	-7,6	-1,6	-0,3	-1,3
Loures	192143	199059	205054	209442	3,6	3,0	2,1	0,4	0,3	0,4
Mafra	43731	54358	76685	83289	24,3	41,1	8,6	2,2	3,5	1,4
Moita	65086	67449	66029	64616	3,6	-2,1	-2,1	0,4	-0,2	-0,4
Montijo	36038	39168	51222	56305	8,7	30,8	9,9	0,8	2,7	1,6
Odivelas	130015	133847	144549	157829	2,9	8,0	9,2	0,3	0,8	1,5
Oeiras	151342	162128	172120	175224	7,1	6,2	1,8	0,7	0,6	0,3
Palmela	43857	53353	62831	64230	21,7	17,8	2,2	2,0	1,6	0,4
Seixal	116912	150271	158269	165971	28,5	5,3	4,9	2,5	0,5	0,8
Sesimbra	27246	37567	49500	51282	37,9	31,8	3,6	3,3	2,8	0,6
Setúbal	103634	113934	121185	116330	9,9	6,4	-4,0	1,0	0,6	-0,7
Sintra	260951	363749	377835	386038	39,4	3,9	2,2	3,4	0,4	0,4
Vila F. Xira	103571	122908	136886	141227	18,7	11,4	3,2	1,7	1,1	0,5
AML	2520708	2661850	2821876	2833679	5,6	6,0	0,4	0,5	0,6	0,1

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População / Censos 1991, 2001, 2011 e 2021; séries históricas complementares quando aplicável.

De concelho periférico da AML a vários níveis, Alcochete verificou um salto demográfico entre 1991 e 2001 (um acréscimo populacional de 28%) e desde então tem vindo a crescer (35% entre 2001 e 2011) a ritmos superiores aos da AML, sendo, aliás, dos que mais tem crescido. Em 20 anos ganhou 7400 novos residentes (+73%).

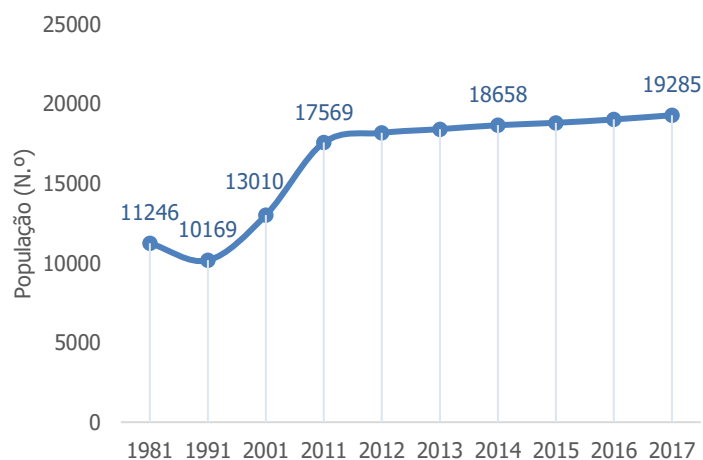
Não só a abertura da Ponte Vasco da Gama, em 1998, que permitiu um enorme ganho em termos acessibilidade (distância-tempo), não só à AML, mas a todo o país (com a A33, A12 e A13) e as próprias dinâmicas sociais e económicas da capital do país, vieram induzir mudanças significativas na ocupação territorial de toda a AML, com particular influência em Alcochete. Por outro lado, a disponibilidade territorial, o carácter rural e os baixos volumes demográficos anteriores à década de 90, contribuíram para que se sentisse com maior evidência as transformações demográficas e urbanísticas neste concelho.

Alcochete, apesar de se manter como o concelho com menor dimensão demográfica da AML, tem vindo a ganhar escala, importância e centralidade no seio da região metropolitana.

Em 2011, Alcochete possuía 17 569 residentes. Os Censos 2021 registam cerca de 19,1 mil residentes, traduzindo um crescimento de aproximadamente 9% na década. Este valor substitui as estimativas provisórias anteriormente utilizadas e deve constituir a principal referência censitária para a caracterização demográfica desta AAE.

Os Estudos de Caracterização de julho de 2021 antecedem a consolidação dos resultados dos Censos 2021 e, por esse motivo, mantêm parte da caracterização demográfica, habitacional e da mobilidade assente nos Censos 2011, complementada por dados intercalares disponíveis até 2017/2019. Na presente AAE, os Censos 2021 são utilizados para atualizar a população residente; os restantes indicadores históricos são mantidos quando não existe, nos elementos disponibilizados, uma série equivalente mais recente, devendo a respetiva data de referência ser explicitada e os valores atualizados sempre que essa informação esteja disponível na consolidação final e no seguimento da AAE.

Gráfico 1 - Evolução da população do concelho de Alcochete (1981 a 2017)



Fonte: INE-Portugal, RGP 1981 a 2017

O crescimento demográfico em curso continuará a exigir um enorme esforço de gestão das pressões geradas neste território, de forma a não comprometer, mas também a expandir de forma sustentável e equitativa, as enormes potencialidades que se abriram ao desenvolvimento de Alcochete.

Distribuição territorial da população

A justificar o crescimento de 35% da população concelhia entre 2001 e 2011, ou seja, os cerca de 4500 novos habitantes, estão as grandes transformações ocorridas no concelho, fruto essencialmente da melhoria generalizada das acessibilidades. As consequências mais diretas desta abertura à AML e ao resto do país foram o desenvolvimento urbano, a ritmos incomparáveis, das três sedes de freguesia, mas com maior expressão relativa, São Francisco.

A freguesia de Alcochete, a maior em termos demográficos (e territoriais), foi a que mais cresceu em termos absolutos, tendo registado um acréscimo de cerca de 3145 habitantes, o equivalente a 35%. Em 2011 contava com 12.239 habitantes e concentrava 70% da população do concelho.

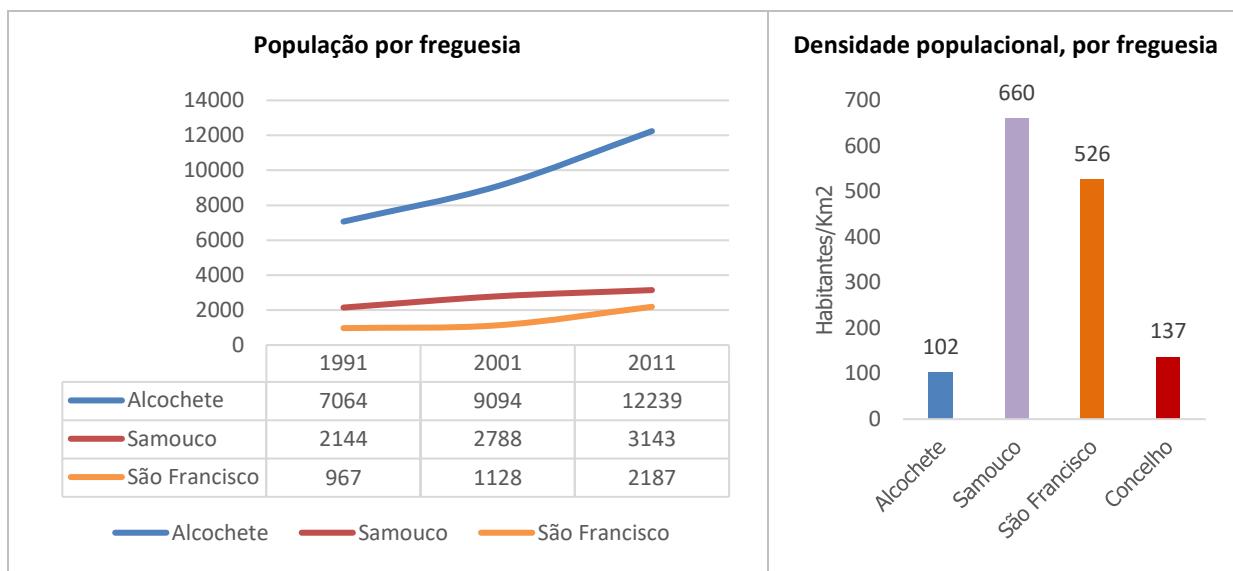
A freguesia de São Francisco, a mais pequena em volume populacional foi, contudo, a que mais cresceu nos últimos dez anos. Ganhou mais de mil habitantes e o equivalente a 94%, ou seja, quase que duplicou a sua população. Em 2011 contava com 2187 habitantes, representando 12% da população total.

Samouco, a freguesia mais pequena em termos territoriais, e a segunda do concelho em termos demográficos, registou um aumento de 13%, correspondente a 355 novos habitantes. Em 2011, possuía 3143 habitantes, concentrando 18% da população concelhia.

A pressão exercida sobre o território de Alcochete, lida através da densidade populacional, reflete a existência de enormes antagonismos que derivam sobretudo das diferenciações das áreas territoriais da freguesia de Alcochete (119 km²) relativamente a Samouco (4,8 km²) e São Francisco (4,2 km²). A freguesia

de Alcochete, apesar de concentrar mais de 2/3 da população do concelho, possuía 102 habitantes/km². Ao invés, Samouco e São Francisco, com dimensões demográficas incomparáveis, possuem densidades populacionais de 660 e 526/habitantes/km², respetivamente.

Gráfico 2 - Volume populacional das freguesias, 1991/2011 e densidade populacional (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 1991 a 2011;

Neste contexto, o destaque vai para a freguesia de São Francisco que, tendo registado o maior crescimento interno, esse teve implicações óbvias sobre a pressão humana exercida nesta freguesia, que passou de 271 habitantes/km² para quase o dobro (526 habitantes/km²), em apenas 10 anos. Ainda assim, Alcochete possui uma densidade concelhia de 137 habitantes/km², circunstância que lhe confere uma particular especificidade no contexto da principal centralidade o país, a densamente ocupada AML, de quem está muito próxima, mas não se constituindo como área suburbana periférica.

Este indicador, apesar de ser um valor médio e necessitar de cuidado na sua interpretação, convoca, contudo, o município, a dar a devida atenção à capacidade de carga das freguesias, sobretudo para a sua compatibilidade com as condições de conforto e bem-estar social da população residente.

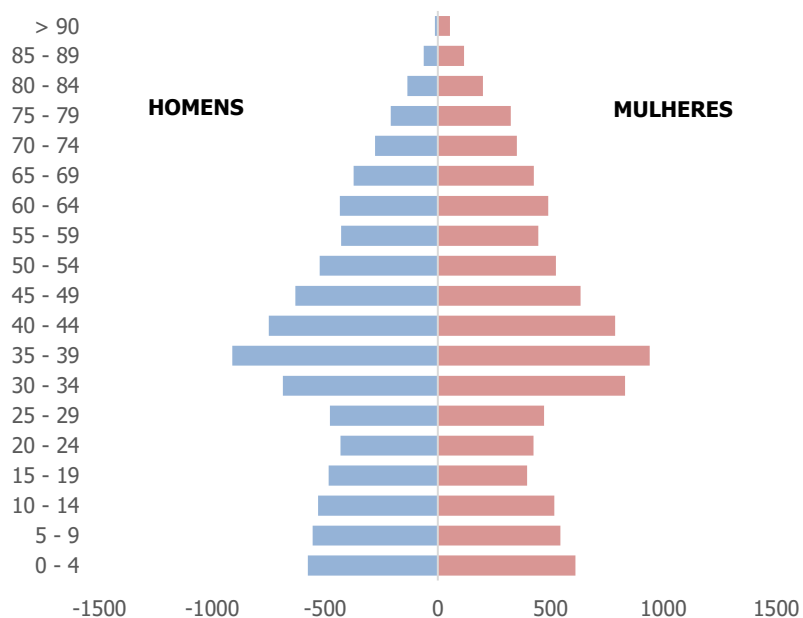
Estrutura etária, grupos funcionais e índices-resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que as diferentes saliências ou reentrâncias refletem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, para se ter uma visão rápida da estrutura populacional, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem), 15-64

anos (população em idade ativa) e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida ativa.

Gráfico 3 - Pirâmide etária de Alcochete (2011)

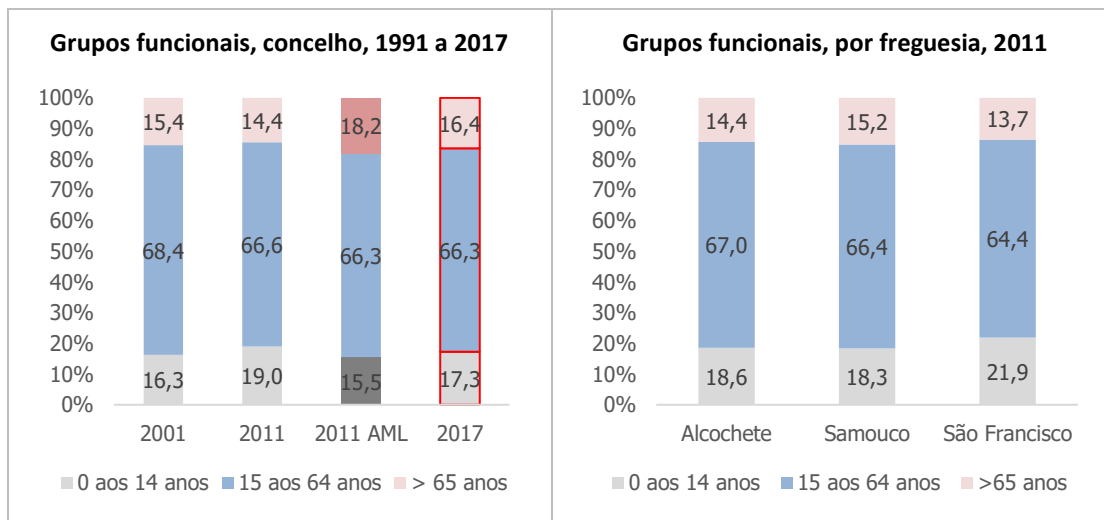


Fonte: INE-Portugal, RGP 2011 (elaboração própria)

Contrariando a tendência maior do país, que está a envelhecer duplamente (a proporção dos jovens está a diminuir e a proporção dos idosos a aumentar), o concelho de Alcochete apresentava, em 2011, um perfil jovem e em crescendo:

- Entre 2001 e 2011, o peso da população jovem aumentou (passou de 16% para 19%) e o peso dos idosos recuou um ponto percentual;
- os idosos representavam 14% da população, enquanto os jovens (0 aos 14 anos), representavam 19%;
- Alcochete a, ainda em 2011, era duplamente mais jovem que a AML;
- Internamente, as freguesias apresentavam um comportamento estruturalmente semelhante, ainda que se destacasse a Freguesia de São Francisco com uma proporção de jovens superior à média concelhia;
- A distribuição por género não é totalmente equitativa, ou seja, 48% da população é do sexo masculino e 52% do sexo feminino, o que determina que o índice de Masculinidade se situe nos 94%.

Gráfico 4: Grupos funcionais e índices-resumo



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População / Censos 1991, 2001, 2011 e 2021; séries históricas complementares quando aplicável.

A relação existente entre os diferentes grupos etários expressa-se através dos **índices-resumo das estruturas populacionais**. Estes índices-resumo, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os níveis de dependência e envelhecimento. Os índices de dependência são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não ativas e a população em idade ativa. Os índices de envelhecimento e de juventude são os indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento.

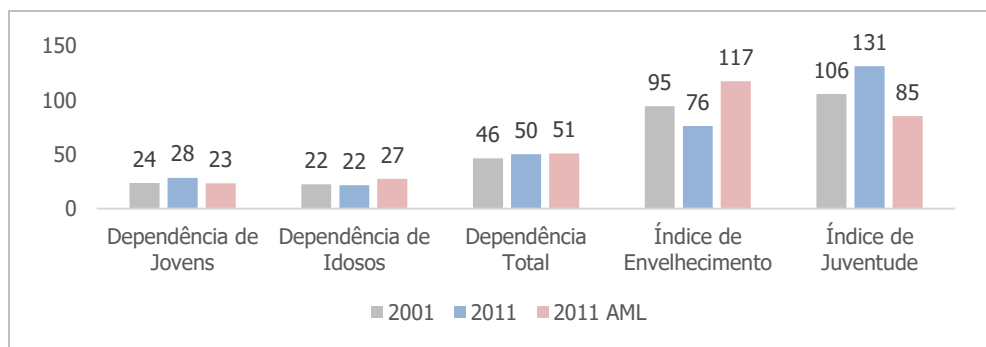
Estes indicadores para Alcochete, representados no gráfico seguinte, poem em evidência:

- Os esperados baixos índices de dependência de jovens, idosos e total (50 jovens + idosos por cada 100 ativos);
- O índice de envelhecimento¹ (76%) em 2011 inferior ao de 2001 e significativamente distanciado do índice da AML (117%);
- Ao invés, o índice de juventude² (131%), também superior em 2011, relativamente a 2001 e bastante superior à AML (85%).

¹ Idosos (> 65 anos) / Jovens (0-14 anos) * 100

² Jovens (0-14 anos) / Idosos (> 65 anos) * 100

Gráfico 5: Índices-resumo da estrutura etária, concelho de Alcochete (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 2001 a 2011

Estes índices refletem as transformações sociodemográficas que Alcochete tem vindo a registar, nomeadamente a sua capacidade de atração de casais jovens com filhos pequenos, a qual tem influenciado e contribuído para o rejuvenescimento da população de Alcochete.

A leitura da estrutura etária deve ser atualizada com os resultados dos Censos 2021 e acompanhada no seguimento da AAE. A atratividade residencial não elimina a tendência estrutural de envelhecimento demográfico, devendo a execução do Plano articular habitação, acessibilidade, equipamentos, saúde, espaços públicos e mobilidade de proximidade de forma adequada às diferentes faixas etárias.

A avaliação destas tendências é especialmente importante quando é necessário prever e dimensionar equipamentos e infraestruturas a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, tanto para o sistema de proteção social de apoio aos idosos, como na previsão dos equipamentos de apoio à população jovem.

Componentes do crescimento: crescimento natural e migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de atuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, consequentemente, diferentes alterações na estrutura etária.

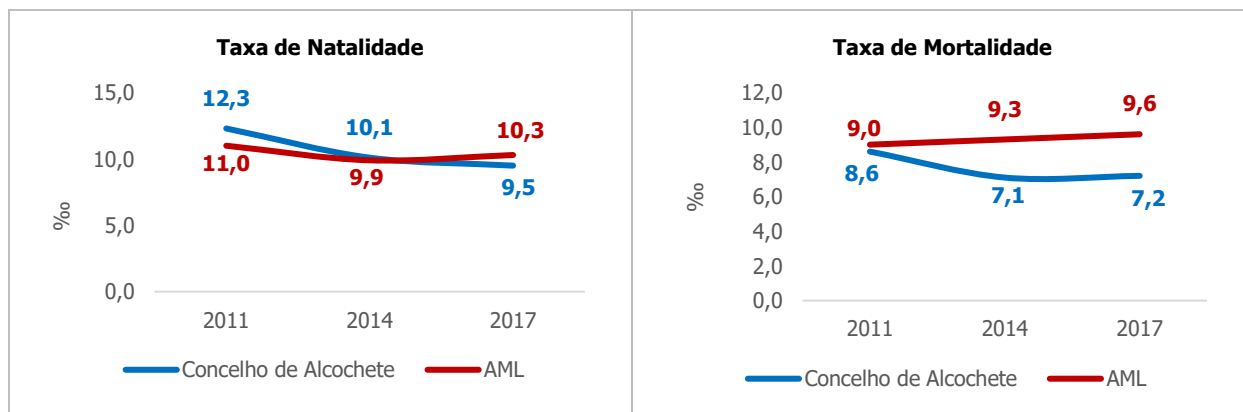
A fórmula que fornece a estrutura da evolução demográfica envolve, assim, duas dimensões:

- a respeitante às variáveis de natalidade e mortalidade registadas no interior do concelho, e
- a relativa às entradas e saídas de população (para e do) concelho.

Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o crescimento migratório indica até que ponto determinado concelho é ou não atrativo ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

O saldo natural tem sido positivo desde a década de 80, embora pouco expressivo, isto é, a natalidade não tem sido significativamente superior à mortalidade. Dados posteriores a 2011, confirmam a manutenção de valores de crescimento natural relativamente estabilizados e pouco expressivos, no entanto, destaca-se também a diminuição significativa tanto da taxa de natalidade como de mortalidade: a taxa de natalidade passa de 12,5‰, em 2011, para 9,5‰, em 2017 e a taxa de mortalidade passa de 8,6‰, em 2011, para 7,2‰, em 2017.

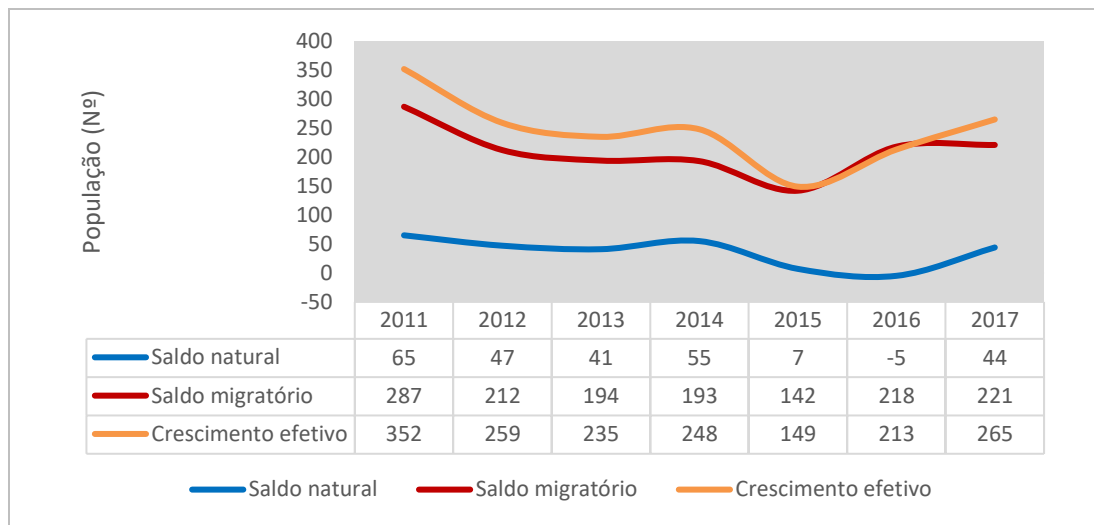
Gráfico 6 - Taxas de Natalidade e Mortalidade (‰), Alcochete e AML (2011 a 2017)



Fonte: INE-Portugal, Anuários Estatísticos

Neste contexto, é o crescimento migratório o grande responsável pelo crescimento efetivo que se tem verificado no município de Alcochete, confirmando-se a efetiva capacidade atrativa deste município no seio da AML.

Gráfico 7 - Saldo Natural e Migratório (N.º) no concelho de Alcochete (2011 a 2017)



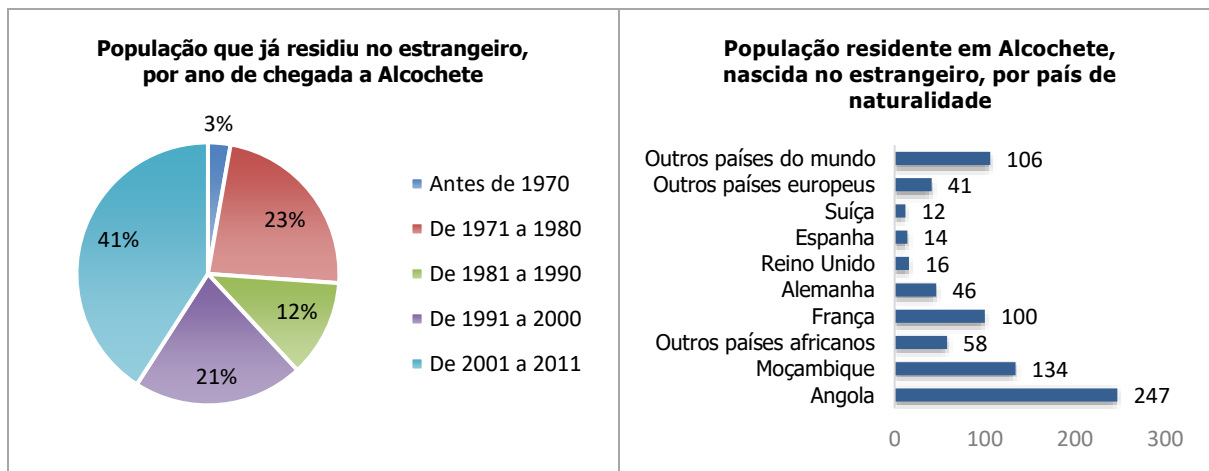
Fonte: INE-Portugal

População estrangeira

Em 2011, dos 17.569 indivíduos residentes em Alcochete contavam-se 2523 que já residiram no estrangeiro. Destes, quase 2/3 chegaram a Alcochete após a década de 90 e, neste período, o maior volume de chegadas ocorreu já no século XXI. A grande maioria é proveniente da Europa (1191 residentes), mas também de África (633 residentes) e da América (486 residentes) e da Ásia e Oceânia (os restantes 213 residentes). Da Europa, são provenientes principalmente de França (28%), Alemanha (16%), Espanha (10%), Reino Unido (10%) e Roménia (10%).

Complementarmente, outros dados sobre população que residia em 2011 em Alcochete mas que tinha nascido no estrangeiro - 774 residentes – dão conta que a principal proveniência é Angola, Moçambique e França. Estes representavam cerca de 1/3 da população que já residiu no estrangeiro, mas agora está a residir no município de Alcochete.

Gráfico 8: População residente em Alcochete que já residiu ou nasceu no estrangeiro (2011)



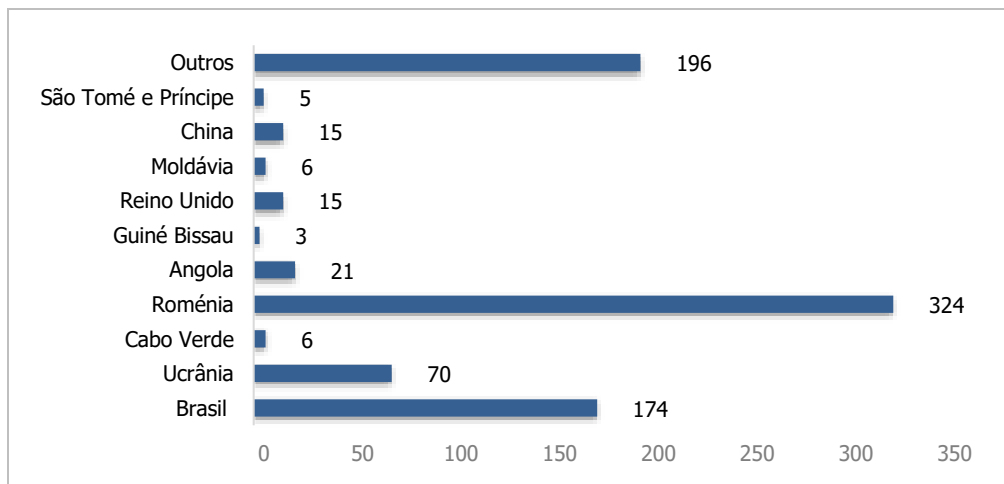
Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

A mobilidade geográfica de população proveniente do estrangeiro para Alcochete não foi muito expressiva na última década censitária. Assim, em 2011, do total de habitantes do município (17.569 indivíduos), apenas 363 pessoas residiam no estrangeiro em 2005 e apenas 127 pessoas, em 2009.

Dados mais recentes de **2017**, dão conta da existência de **835 estrangeiros no concelho de Alcochete, com estatuto de residência válido**, que representam 4,3% da população (% aferida com os dados estimados de população residente: 19 285 residentes). As nacionalidades dominantes da população estrangeira de Alcochete são a romena (39%), a brasileira (21%) e a ucraniana (8%).

Uma parte significativa desta comunidade imigrante, encontra-se no centro de Alcochete, na área urbana de Valbom, onde persistem problemas sociais de várias ordens sendo um deles a dificuldade de integração desta comunidade. Esta realidade tem expressão e impacto no conjunto da população residente sendo, por isso, intenção da autarquia a criação do Movimento Associativo de Imigrantes.

Gráfico 9 - População estrangeira com estatuto de residente, segundo principais nacionalidades (2017)



Fonte: INE, IP – Portugal, Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa, 2017 (edição 2018)

7.2.1.2 Caracterização Socioeconómica

Emprego e ocupação dos ativos

A condição da população perante a atividade económica pode ser globalmente enquadrada por três grandes grupos: a população ativa (empregados e desempregados), a população inativa (estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho) e a população jovem (sem idade para trabalhar e que corresponde à população até aos 14 anos).

Esta distribuição no concelho de Alcochete é relativamente favorável ao município, na medida em que a população ativa corresponde a mais de metade da população concelhia e os inativos a 29%, numa proporção significativamente inferior à AML.

Quadro 2 - População residente, segundo a condição perante o trabalho (2001 e 2011)

População	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
População ativa	6607	100	9109	100
População desempregada	481	7,3	1099	12,1
População empregada	6126	92,7	8010	87,9
População sem atividade	4288	100,0	5128	100
Estudante	645	15,0	954	18,6
Doméstica	546	12,7	446	8,7
Reformada	2585	60,3	3060	59,7
Incapacitada	203	4,7	163	3,2
Outra situação	309	7,2	505	9,8

Fonte: INE - Portugal, Censos 2001 e 2011

Da análise dos dados relativos a 2011, verifica-se que a população ativa (empregada e desempregada) no concelho de Alcochete totalizava, nessa data, os 9109 indivíduos (mais 2502 indivíduos do que em 2001), valor este que correspondia a uma taxa de atividade de 51,9%, superior em 2 pontos percentuais a taxa de atividade da AML. A sua dimensão em 2011 e evolução recente serão consequência do expressivo acréscimo populacional verificado entre 2001 e 2011.

Por sua vez, a taxa de atividade feminina era relativamente inferior à masculina, apesar de se ter verificado uma evolução expressiva na última década censitária (passou de 46,4% para 49,6%) indicando a crescente e salutar integração das mulheres no mercado de trabalho.

Do total da população ativa, **12% encontrava-se desempregada** (taxa de desemprego), em 2011, mais cinco pontos percentuais da registada em 2001 sendo, aliás, o que era expectável de acordo com a conjuntura económica vivida em Portugal sobretudo nos últimos anos da primeira década do séc. XXI.

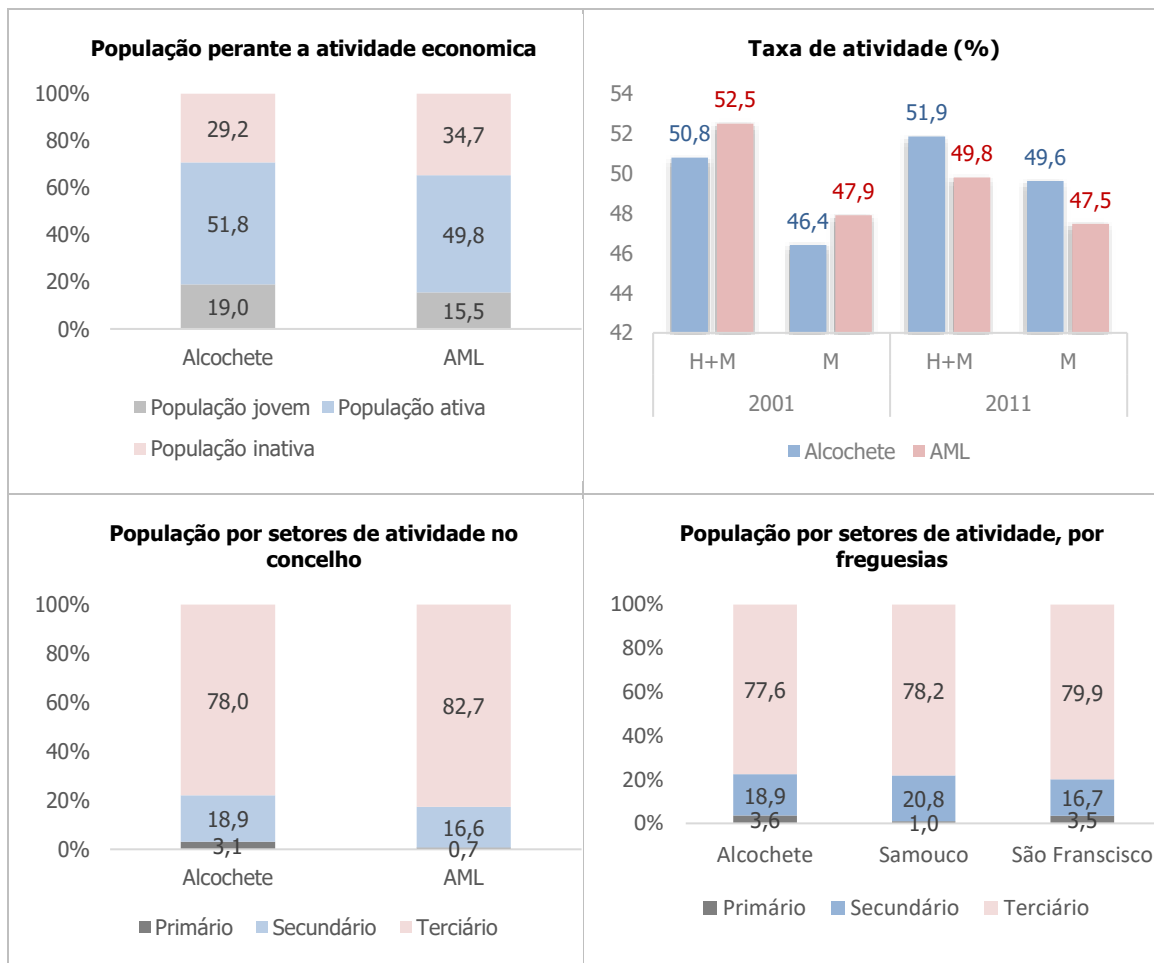
Sobre a **população inativa (29%)**, destacava-se, em 2011, por um lado, o elevado número de reformados (3060 indivíduos) que não são contabilizados como fazendo parte da mão-de-obra disponível para trabalhar (60%) e, por outro, o número de estudantes (19%) enquanto potencial de recursos humanos disponíveis/aptos a empregar. As domésticas (geralmente população feminina) apenas representavam 9% dos inativos, o que reforça a ideia da real integração da mulher no mercado de trabalho. Não sendo, assim, muito elevada a proporção de domésticas, ainda assim é importante realçar que estas são, quase sempre, uma mais-valia para o desenvolvimento e consolidação de atividades de carácter social, designadamente as terciárias vocacionadas para a ação social, como, p.e., o apoio a crianças e idosos.

A avaliação da distribuição da população pelos setores de atividade tradicionais é um clássico em abordagens nesta natureza, mesmo que esta divisão possa ser posta em causa pela menor adequação à realidade atual, muito diferente da época em que esta classificação surgiu (1930, a *Teoria dos três setores*, de Colin Clark).

Em 2011, os 9109 indivíduos que constituíam a **população ativa** do concelho de Alcochete, distribuíam-se em termos estruturais de forma semelhante à AML.

Esta estruturação expectável é comum ao modelo económico pós-industrial, no qual se verificava uma maior relevância do setor terciário. Com efeito, naquela data, o **setor terciário afetava 78%** da população ativa concelhia. Apesar da ruralidade emblemática de Alcochete, o setor agrícola, afetava uma população residual em 2011 (3,1%), não sendo muito divergentes as afetações aos três setores de atividade nas três freguesias concelhias.

Gráfico 10 - População segundo a sua condição perante a atividade económica (2011)



Fonte: INE-Portugal, RGP, 2001 e 2011

População por grandes grupos de Profissões

De acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões (CPP, 2010), o município de Alcochete possuía 8010 indivíduos empregados, em 2011, cujas ocupações dominantes por grandes grupos de profissões eram: Especialistas das atividades intelectuais e científicas (19%), Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18%) e Técnicos de profissões de nível intermédio (15%).

A evolução ocorrida em apenas uma década (2001/2011) traduz uma evolução muito positiva ao nível das qualificações dos residentes em Alcochete, sendo que globalmente aumentaram as profissões mais exigentes em conhecimentos e qualificações elevadas, em detrimento das profissões menos exigentes.

Assim, foi especialmente importante a evolução ocorrida nos três grupos de profissões dominantes (no seu conjunto passaram de 32%, em 2001, para 52% em 2011) mas também na redução expressiva do emprego nos grupos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, Trabalhadores não qualificados” e Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”.

Esta evolução, veio culminar em 2011, numa distribuição estrutural da população empregada de Alcochete, pelos grandes grupos de profissões, muito aproximada da verificada pela AML.

Quadro 3 - População residente empregada, por grupos de profissões (2011)

Grupos de Profissões (CPP, 2010)	Concelho de Alcochete		AML
	2001	2011	2011
Profissões das Forças Armadas	1,7	2,2	1,2
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	6,5	9,6	8,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	7,7	18,8	18,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	9,5	15,2	14,4
Pessoal administrativo	12,4	10,1	10,9
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	14,5	17,7	20,7
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	4,9	2,6	0,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	20,1	9,7	9,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	7,0	3,8	3,7
Trabalhadores não qualificados	15,7	10,5	11,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2001 e 2011

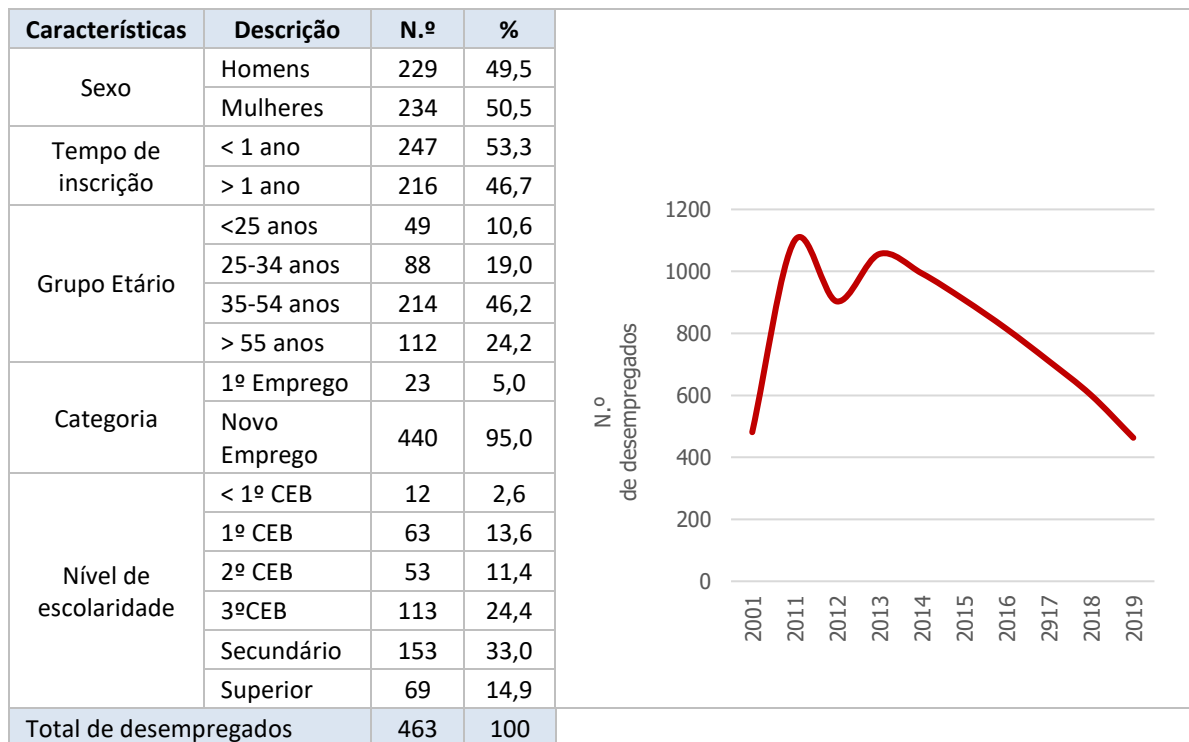
Desemprego e perfil da população desempregada

No concelho de Alcochete a **taxa de desemprego atingia os 12,1%, em 2011**, quase o dobro da taxa registada dez anos antes (7,3% em 2001), a qual encontra resposta na crise económica que assolou o país.

Dos **1099 indivíduos que em 2011** faziam parte da população ativa desempregada de Alcochete, 613 eram homens e 486 mulheres. Oito anos volvidos sobre os Censos 2011, os dados mais recentes do desemprego dão conta da descida muito significativa do volume do desemprego (um total de 463 desempregados em março de 2019).

O gráfico seguinte faz uma análise retrospectiva do número de desempregados do concelho, desde 2001 até 2019, inscritos no IEFF. Em **março de 2019**, os desempregados inscritos no IEFP totalizavam os 463 indivíduos (menos 636 do que em 2011), sendo que o **perfil do desemprego** neste concelho se caracteriza globalmente pelo seguinte: i) % semelhante do desemprego masculino e do feminino; ii) peso+ idêntico do desemprego com duração inferior e superior a um ano; iii) a grande maioria está à procura de um novo emprego (95%); iv) estrutura etária maioritariamente superior a 35 anos; v) nível de habilitações predominantemente baixo, embora 15% possua ensino superior.

Quadro 4 - Características do desemprego (2019)/Evolução do n.º de desempregados (2001/2019)



Fonte: IEFP – Concelhos: Estatísticas mensais (www.iefp.pt)

Nível de instrução

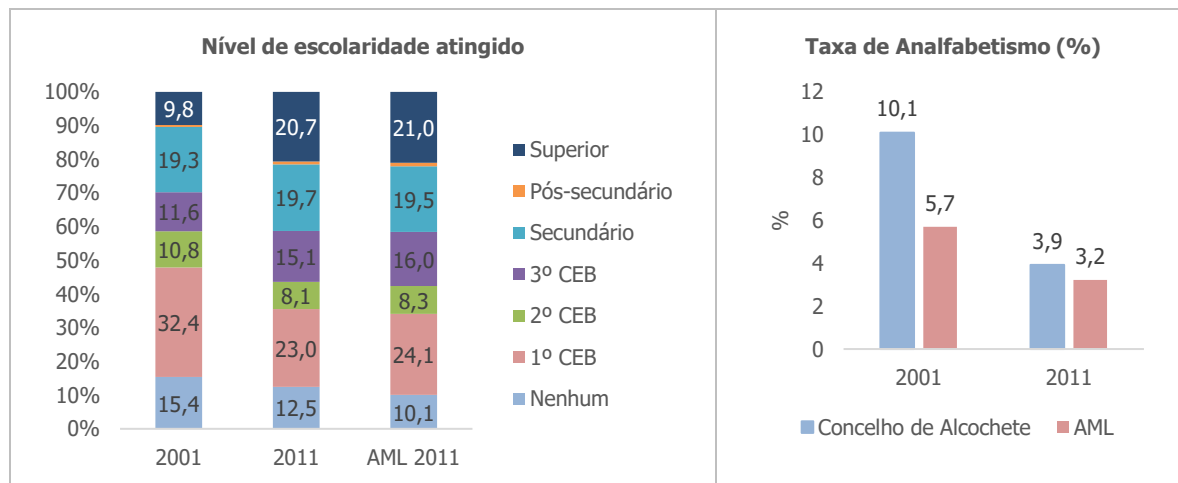
O nível das habilitações literárias da população possui uma estreita relação com a forma como a população ativa se distribui pelos diferentes setores de atividade, sendo um fator determinante para impulsionar e sustentar o desenvolvimento socioeconómico de um território.

A **taxa de analfabetismo** é o primeiro indicador do nível de instrução de um território. Em 2011 era de **3,9% no município de Alcochete** (menos 6,2% do que em 2001), apenas ligeiramente superior à AML (3,9%). Assim, em 2011, no concelho de Alcochete, 4 pessoas (com 10 ou mais anos) em cada 100 (com 10 ou mais anos) não sabiam ler nem escrever. É expectável que deixe de ter expressão, associada que está, presentemente, às camadas mais velhas da população.

O nível de escolaridade médio da população de Alcochete é satisfatório. Entre 2001 e 2011 registou uma evolução muito favorável, aproximando-se do padrão da AML. Entre 2001 e 2011:

- a população com nenhuma instrução e/ou com instrução até ao 1º CEB recuou cerca de 12 pontos percentuais, tendo passado de 48% para 36%;
- a população com instrução igual ou superior ao ensino secundário aumentou significativamente, destacando-se sobretudo, neste grupo, a população que atingiu o ensino superior, que em 2011 representava 21% da população (mais 11 pontos percentuais que em 2001).

Gráfico 11 - Nível de escolaridade atingido e taxa de analfabetismo (2001 e 2011)



Fonte: INE. Censos (2001/2011)

Apesar do crescimento exponencial que Alcochete registou nos últimos anos, tem-se vindo a revelar capaz de atrair uma população mais jovem e qualificada, embora esta procure habitação fora dos núcleos urbanos tradicionais nas áreas de expansão.

É de fundamental importância relacionar os níveis de instrução da população com os equipamentos educativos e formativos de um território na medida em que a disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial em mão de obra qualificada é um aspeto de importante relevância em qualquer território.

No concelho de Alcochete, a oferta de equipamentos educativos e formativos é satisfatória, embora seja predominantemente o sistema formal de ensino aquele que desempenha o maior protagonismo na oferta de recursos e competências. A proximidade a Lisboa continuará a justificar a inexistência de ensino superior ou mesmo de formação complementar ao ensino formal até ao fim da escolaridade obrigatória.

Mobilidade geográfica e complementaridades regionais

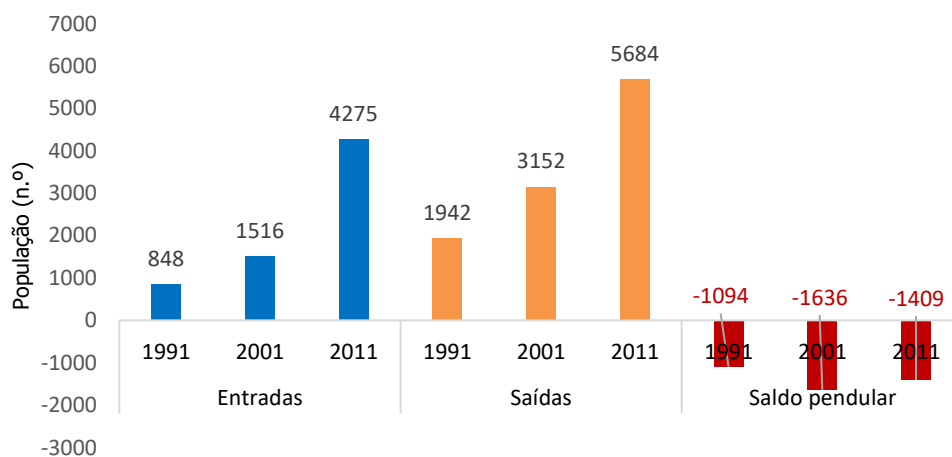
O grau de integração de um território, avaliado entre outros aspetos, pelas interdependências territoriais com a envolvente é uma análise essencial para a compreensão dos domínios económico, social e até urbanístico. Essa avaliação pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional. Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas intermunicipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A avaliação da mobilidade no presente caso, nomeadamente através da análise das deslocações pendulares, é feita utilizando os dados estatísticos do INE (Censos), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente". Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

A evolução registada ao nível da mobilidade geográfica pendular (movimentos casa/trabalho) desde 1991 até 2011 tem revelado uma intensificação das relações de complementaridades, tanto ao nível do mercado de trabalho como ao nível da procura de instituições de estudo, e da integração regional do município de Alcochete na AML. Com um saldo pendular sempre negativo, isto é, o volume de saídas é sempre bastante superior ao volume de entradas, refletindo-se na **dependência de Alcochete relativamente à envolvente regional e sobretudo a Lisboa**, tanto para trabalhar como para estudar, a evolução global, apesar disso, tem evoluído em sentido positivo.

A inexpressividade dos relacionamentos e integração de Alcochete com a envolvente regional verificada em 1991 registou uma enorme evolução até 2011, isto é, após a abertura da ponte Vasco da Gama registou-se o maior saldo pendular (-1636 pessoas), contudo, é na primeira década do século XXI que se confirma a efetiva integração de Alcochete, com a quase triplicação (182%) das entradas diárias em Alcochete (4275 indivíduos) versus um aumento menor de saídas (80%), materializando-se numa redução do saldo pendular (passou de -1636 pessoas, em 2001, para -1409 pessoas, em 2011).

Gráfico 12: Entradas, saídas e saldo pendular relativos ao município de Alcochete (1991 a 2011)

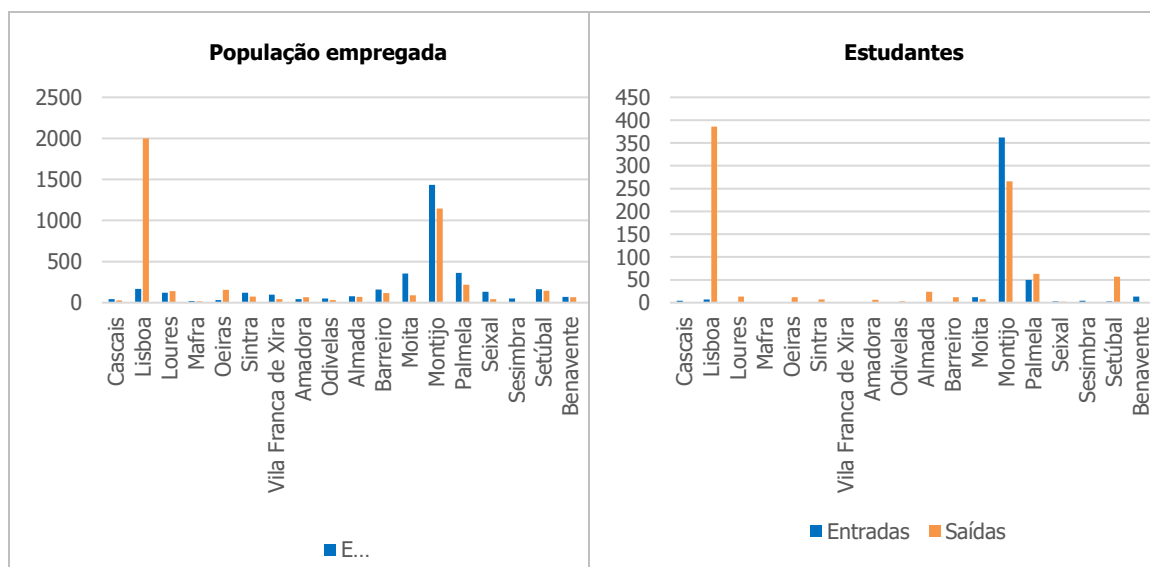


Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 1991 a 2011

Os relacionamentos de proximidade nos dois sentidos são expressivos, ainda que, tanto as saídas para trabalho como para estudo, são liderados, naturalmente, por Lisboa. As relações estabelecidas são ligeiramente distintas conforme se referem ao trabalho ou ao estudo:

- Dos 8010 habitantes **empregados residentes em Alcochete**, apenas 40% (3248 indivíduos) trabalhavam em Alcochete e os restantes 60% noutros concelhos, sobretudo em **Lisboa (2000)**, **Montijo (1146 pessoas)**, **Palmela (220 pessoas)** e **Setúbal (143 pessoas)**. Contudo, diariamente também se deslocavam para trabalhar no concelho de Alcochete 3795 pessoas, evidenciando a sua capacidade de polarização, oriundas, sobretudo, do Montijo (1436 pessoas), Palmela (364 pessoas) e Moita (356).
- As **deslocações de estudantes para o exterior de Alcochete** são predominantemente para Lisboa (386 estudantes) e Montijo (266 estudantes). Em sentido contrário, entram diariamente 862 estudantes em Alcochete, dos quais maioritariamente do Montijo (362 estudantes) e Palmela (50 estudantes).

Gráfico 13: Entradas em Alcochete e Saídas de Alcochete, para trabalho ou estudo (2011)



Fonte: INE, IP – Portugal, RGP 2011

Em suma, Alcochete tem uma **grande dependência total (trabalho e estudo) de Lisboa**, observável no saldo negativo de 2211 pessoas. Contudo, o destaque é dado aos **saldos positivos** que estabelece com vários municípios da AML, sobretudo **com Montijo (+386 pessoas)**, **Moita (+271 pessoas)**, **Palmela (+131 pessoas)**, **Seixal (+91 pessoas)**, **Vila Franca de Xira (+54 pessoas)**, **Sesimbra (+47 pessoas)** e **Benavente (+16 pessoas)**, revelando a **sua crescente capacidade de polarização**.

7.2.1.3 Estrutura Económica e Empresarial

De acordo com os *Principais Indicadores das Empresas (INE)*, o peso económico do concelho de Alcochete na Área Metropolitana de Lisboa é (em 2019) diminuto, situação que se tem mantido estável nas últimas décadas. Corresponde ao concelho com o menor número de empresas (0,5 % do total da AML), menos pessoal ao serviço (0,4%) e menor VAB (0,4%). O volume de negócios apresenta-se igualmente como um

dos menos representativos (0,8%), apesar de apresentar um peso superior ao dos concelhos do Barreiro (0,4%), Sesimbra (0,3%) e Moita (0,3%).

Em 2019, encontravam-se registadas no concelho 1.979 empresas o que representa um acréscimo de 17% (mais 292 empresas) face a 2011, repartidas da seguinte forma:

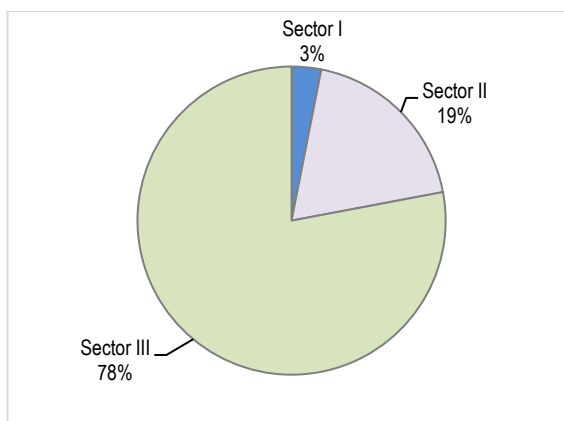
Quadro 5: Principais indicadores das empresas do concelho (2019)

Sectores de Atividade	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	VAB
	(nº) / %	(nº) / %	(€) / %	(€) / %
Total	1.979	5.460	1.479.019.991	191.344.761
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	107 (3,4%)	439 (8,0%)	2,6	4,5
Indústrias transformadoras	85 (4,3%)	573 (10,5%)	5,4	13,6
Comércio e serviços	1.787 (90,3%)	4.448 (81,5%)	92,0	82,0

Fonte: INE

O peso do sector terciário na estrutura produtiva do concelho – quer pelo número de empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB - é determinante. Os Censos de 2011 já refletiam essa situação com 78% da população empregada nesse sector.

Gráfico 14: População Empregada por sectores de atividade (2011)



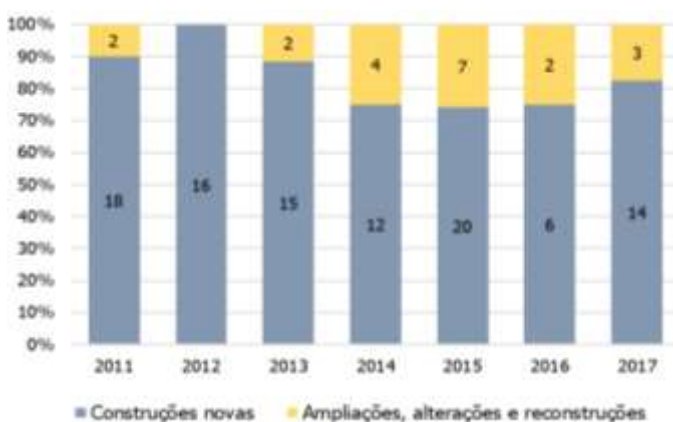
Fonte: INE

7.2.1.4 Dinâmica Urbanística

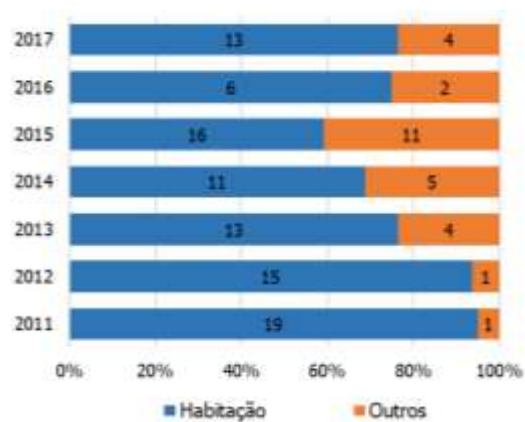
De forma a obter-se uma perceção quantitativa do que tem sido a evolução urbanística da ocupação do concelho de Alcochete, para além do conhecimento que se adquire da observação in loco, recorreu-se à informação disponibilizada pela Câmara Municipal, bem como aquela sistematizada pelo INE. A análise que seguidamente se desenvolve deverá ser complementada com a abordagem efetuada no contexto da caracterização do parque habitacional concelhio.

As séries de edifícios e alojamentos apresentadas neste capítulo mantêm utilidade para a leitura histórica da dinâmica construtiva, mas devem ser interpretadas em conjunto com a informação censitária de 2021 e com a evolução urbanística mais recente. Para efeitos de avaliação estratégica, assume especial relevância a capacidade da proposta de 2026 para promover a consolidação urbana, a reabilitação e o aumento da oferta de habitação a custo moderado e a custos controlados, evitando a dispersão da edificação e a sobrecarga de infraestruturas.

Por tipo de obra



Por destino da obra



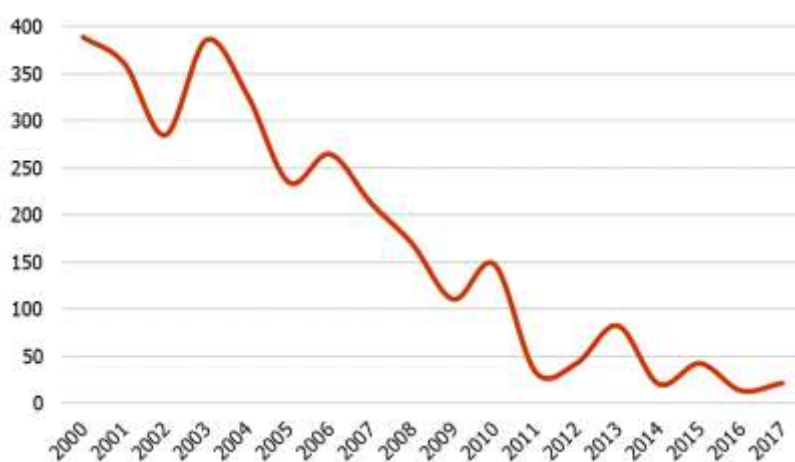
Fonte: Estatísticas de obras concluídas, INE

Figura 5 - Edifícios concluídos entre 2011 e 2017

Tendo em consideração o número de edifícios concluídos, os dados de que se dispõe confirmam a acentuada desaceleração da urbanização desde o início da presente década, que, contudo, começa a apresentar sinais de recuperação. De assinalar a manutenção da preponderância da construção nova face a outro tipo de obras, embora não se disponha no momento de indicadores suficientes para avaliar de que forma tem evoluído a reabilitação urbana no concelho. A recente aprovação da ARU de Alcochete a par da

definição do quadro de incentivos associados à reabilitação fazem antever um tendencial aumento das dinâmicas de reabilitação do edificado, porém, desconhece-se que representatividade estas virão a ter.

Quanto ao número de fogos, de acordo com o Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios (INE), entre 2011 e 2017, foram concluídos no concelho de Alcochete para habitação familiar 260 fogos em construções novas; este indicador registou um decréscimo progressivo a partir de 2006, com recuperação pontual e ligeira em alguns anos, o que permite afirmar que dificilmente o concelho voltará a assistir a uma dinâmica construtiva como aquela verificada entre 1997 e 2007, período em que foram concluídos 3.266 fogos (cerca de 37% do total de alojamentos de que o município dispõe atualmente).



Fonte: Estatísticas de obras concluídas, INE

Figura 6: Evolução do número de fogos concluídos em construções novas

Considerando agora os dados disponibilizados pela Autarquia, no que respeita a projetos de loteamento urbano e de conjuntos habitacionais a grande dinâmica verificou-se nos últimos anos do séc. XX e primeiros do séc. XXI, fruto de um período económico francamente favorável e das dinâmicas de mercado induzidas pela já tão referida melhoria da acessibilidade. De notar que desses inúmeros pedidos de licenciamento, a maioria obteve alvará de construção estando uma grande parte executados, tendo conferido aos centros urbanos onde se implementaram um maior grau de consolidação.

Relativamente à natureza do pedido e tipo de operação urbanística verifica-se a ocorrência de uma grande diversidade de situações: esclarecimentos relativos à viabilidade de construção e esclarecimentos acerca de índices e parâmetros urbanísticos; construção de muros, anexos, etc.; construção de moradias, edifícios de habitação coletiva e conjuntos habitacionais; instalação de centrais fotovoltaicas e de um ecoparque de campismo rural; entre outras.

Pode concluir-se que a ocupação nos aglomerados tem sido feita de forma relativamente disciplinada, sendo a maioria das intervenções urbanísticas enquadradas por planos de pormenor ou processos de loteamento, verificando-se um elevado grau de preenchimento dos perímetros urbanos delimitados pelo PDM em vigor.

7.2.1.5 Infraestruturas urbanas e qualidade do ambiente municipal

Em 2017, 91% da população se encontrava servida por rede de drenagem de águas residuais; os aglomerados concelhios encontravam-se servidos por rede de abastecimento de água, correspondendo a população não servida sobretudo a ocupação dispersa, e as perdas no sistema de abastecimento representavam 24% do volume captado.

No que se refere ao saneamento, os sistemas de Alcochete/São Francisco, Samouco e Fonte da Senhora/Passil e a articulação com as ETAR de Alcochete, Seixalinho, Afonsoeiro e Barroca d'Alva. É igualmente referido o esforço municipal de separação de sistemas pseudo-separativos, através da criação de redes separativas de águas pluviais nas zonas urbanas, reduzindo a entrada de caudais pluviais nas redes de águas residuais. Esta situação de referência reforça a necessidade, já contemplada nas diretrizes da AAE, de verificar previamente a capacidade das redes de abastecimento, saneamento e drenagem pluvial perante novas ocupações.

Quanto aos resíduos, em 2016 registaram-se 9 857 t de resíduos urbanos recolhidos, das quais 1 568 t por recolha seletiva.

7.2.1.6 Ambiente sonoro

A proposta de Plano integra a classificação e o zonamento acústico decorrentes do Mapa de Ruído, identificando zonas mistas, zonas sensíveis e zonas de conflito. Nas zonas de conflito, o Regulamento prevê a elaboração de Plano Municipal de Redução de Ruído e estabelece condicionamentos à implantação de novos usos sensíveis enquanto se verifique violação dos valores limite de exposição. Estas disposições constituem uma oportunidade de redução da exposição ao ruído; subsiste, porém, risco de agravamento associado ao crescimento do tráfego, à atividade económica e turística e a novas infraestruturas, devendo a execução do Plano demonstrar a compatibilidade acústica e acompanhar a evolução das zonas de conflito.

7.2.2 Análise de Tendências

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
Sem implementação do Plano	Forças	Fraquezas
	Alcochete foi um dos concelhos que mais cresceu em população, termos relativos; Alcochete mais jovem que a AML (>% de jovens e < % de idosos); As dificuldades de mobilidade estão associadas ao envelhecimento; Alcochete fez um percurso muito favorável ao nível da instrução da população; Sector primário residual mas de fundamental importância socioeconómica e ambiental; Sector secundário relativamente estável; Sector terciário em crescimento, sobretudo ao nível das empresas de armazenagem, transporte e logística. O sector do turismo em crescimento.	Freguesias com diferentes ritmos de crescimento demográfico; Menor número de empresas sedeadas no contexto da Península de Setúbal; Défices de profissionais altamente qualificados e de Quadros Médios; Estrutura etária dos agricultores envelhecida; Atividade agrícola exercida a tempo parcial; Inovação/Renovação agrícola condicionadas.
Com implementação do Plano	Oportunidades	Ameaças
	Reforço/criação de espaços de atividades económicas qualificados; Capacidade para aumento de área para espaços verdes e equipamentos; Compatibilização de usos e densificação dos perímetros existentes.	Algumas carências de mão-de-obra; Estrutura etária dos agricultores envelhecida.

7.2.3 Efeitos Esperados com a Proposta de Plano

Seguidamente apresenta-se a análise de Oportunidades e Riscos da Proposta de Revisão do PDMA, no que se refere ao **FCD2 – Atração e Fixação Humana**, à luz dos critérios de avaliação estabelecidos.

Quadro 10 – Efeitos esperados sobre o FCD2 – Atração e Fixação Humana: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1 Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete QE2 Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	(++) A criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, promoverá a resolução de conflitos urbanísticos. (++) A regeneração e requalificação urbana e paisagística, representam um contributo positivo para a atratividade e para a fixação de população.	(-) A regeneração urbana e o reforço de usos podem aumentar tráfego, ruído e pressão sobre redes de água, saneamento e resíduos se a capacidade instalada e as medidas de redução não forem asseguradas.
QE3 Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	(++) A potenciação do investimento turístico terá um forte contributo para o desenvolvimento económico do concelho e atratividade da população.	(-) O crescimento turístico pode aumentar sazonalmente a mobilidade, consumo de água, produção de resíduos urbanos e ruído, com maior sensibilidade nas áreas ribeirinhas e naturais.
QE4 Localização, iniciativa e inovação empresarial	(++) A regeneração e expansão de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade empresarial e industrial, constitui um fator muito importante para a atratividade, fixação de empresas e criação de emprego.	(-) A intensificação empresarial/industrial pode agravar emissões atmosféricas, ruído, tráfego, consumo de recursos e produção de resíduos; a localização e infraestruturção adequada reduzem, mas não eliminam, estes riscos.
QE5 Conetividade e mobilidade	(++) O reforço e beneficiação da rede rodoviária e o investimento no sistema de transportes públicos,, contribuirá para a atratividade do concelho.	(-) O reforço da rede rodoviária pode induzir tráfego, ruído e emissões. O efeito depende da articulação com transporte coletivo e mobilidade ativa, bem como da mitigação nas zonas acústicas sensíveis.
QE6 Rede de Governança e governabilidade	(+) O desenvolvimento de uma estratégia eficaz de marketing territorial, terá um efeito positivo na atração de empresas e da população.	(-) A insuficiente articulação entre município, operadores e entidades setoriais pode comprometer a resposta a conflitos acústicos, capacidade de redes e objetivos de mobilidade sustentável.

7.3 FCD 3 – IDENTIDADE CULTURAL E DINÂMICA ECONÓMICA

7.3.1 Situação Atual

7.3.1.1 Património Classificado

Foram identificados nove bens no conjunto do património classificado e em vias de classificação: um Monumento Nacional, três Imóveis/Sítios de Interesse Público, um imóvel em vias de classificação e quatro Imóveis/Monumentos de Interesse Municipal. A identificação e a numeração constam da Planta de Ordenamento - Valores Culturais e do Anexo I do Regulamento.

Como **Monumento Nacional**, no concelho de Alcochete apenas se encontra classificada a Igreja Matriz de Alcochete ou Igreja de São João Baptista, situada no centro da vila de Alcochete (Fotografia 9) pelo Decreto n.º 16-6-1910, DG 136, de 23 de junho de 1910. No século XV, em pleno período de afirmação da dinastia de Avis, Alcochete era uma vila ribeirinha próspera; dispunha de um paço real (muito provavelmente destruído aquando do terramoto de 1755) e era um dos mais importantes centros da Ordem de Santiago. A atual igreja Matriz é o mais singular produto dessa favorável conjuntura e data dos meados da centúria. O plano arquitetónico geral representa uma forma de arquitetura religiosa gótica tradicional, com um corpo com três naves separadas por arcarias longitudinais com teto de madeira. Na primeira metade do séc. XVIII o interior da Igreja foi dotado de intervenções de talha (retábulo-mor proto-barroco ainda do século XVII) e de azulejo (grandes painéis alusivos à vida de Cristo e de São João Baptista).

A Igreja Matriz dispõe de ZEP atribuída pela Portaria n.º 47/2014, de 21 de janeiro, e que abrange também a Capela de Nossa Senhora da Vida e a Igreja da Misericórdia de Alcochete, dada a elevada proximidade dos três imóveis, situados no centro histórico de Alcochete e *“definindo uma área significativa do núcleo antigo da povoação de origem medieval”*, relação reforçada pela fundação quinhentista de todos eles.

Como **Imóveis de Interesse Público** encontram-se classificados pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março a Igreja da Misericórdia de Alcochete e a Capela de Nossa Senhora da Vida.

A Igreja da Misericórdia de Alcochete (Fotografia 10), no núcleo antigo da vila Alcochete, é uma igreja maneirista de uma nave com cobertura de madeira, construída na segunda metade do século XVI. É um bom exemplo da espacialidade característica das igrejas da Misericórdia; inclui coro-alto profundo sobre o átrio, servindo de local de reunião à irmandade; possui a Bandeira de Misericórdia mais antiga que se conhece no país, atribuída ao Mestre de Abrantes. Encontra-se anexa uma torre de vigia do Tejo, de construção mais antiga.

A Capela da Nossa Senhora da Vida (Fotografia 11) destaca-se pela sua localização geográfica, praticamente

em cunha sobre o rio Tejo, formando um dos “vértices” da vila. Foi capela do hospital, descrito em documentação de 1512, e a configuração atual resulta da reconstrução de 1577 de iniciativa do Dr. Afonso de Figueiredo para sua sepultura e de sua mulher, Júlia de Carvalho. Trata-se de uma pequena capela com nave abobadada, exemplo também de arquitetura maneirista; tem o altar-mor e os altares colaterais em talha dourada e pintada. Na segunda metade do século XVIII recebeu um conjunto de azulejos em azul e branco, de moldura rococó enquadrando cenas alusivas à vida da Virgem.

Fotografia 9: Igreja Matriz de Alcochete



Fotografia 10: Igreja da Misericórdia de Alcochete



Fotografia 11: Capela da Nossa Senhora da Vida



Fonte: NRV.2019

Como **Sítio de Interesse Público** está classificada, pela Portaria n.º 591/2011, 27 de junho, a Olaria Romana do Porto dos Cacos, diploma que institui igualmente a sua ZEP.

A Olaria de Porto dos Cacos constitui um importante exemplar de um complexo industrial romano, que se julga ter iniciado a sua produção em meados do século I d.C.; o local foi descoberto em 1983 e alvo de trabalhos arqueológicos entre 1984 e 1990, pelo centro de Arqueologia de Almada; na época foi detetada a presença de fornos de produção de ânforas e de cerâmica comum, um alinhamento de ânforas e uma necrópole, descoberta que parece indiciar a existência nas imediações de um povoado com alguma relevância. Este é *“um dos mais importantes centros de produção oleira de época romana até agora identificados no território português, representando um valor patrimonial excecional pela qualidade e monumentalidade dos vestígios já revelados pela escavação, nomeadamente os fornos e diversas estruturas de apoio, um alinhamento de ânforas também sem paralelos conhecidos e as sepulturas de tipologia diversa”*.

A ZEP delimitada procura *“salvaguardar o contexto e o enquadramento do sítio arqueológico classificado, garantindo um futuro estudo arqueológico dos terrenos, salvaguardando, deste modo, uma zona riquíssima em vestígios arqueológicos e possibilitando o estudo e o registo dos vestígios existentes e dos que resultem de prospeções arqueológicas”*.

Como Imóveis/Monumentos de Interesse Municipal encontram-se identificados o Pórtico do antigo

Convento de São Francisco, o Fórum Cultural de Alcochete, o edifício da Rua Dr. Ciprião de Figueiredo n.º 24 a 30 e o Antigo Solar dos Netos / Paço de São João n.º 8 a 12. Esta atualização corrige a situação dos dois últimos imóveis, entretanto classificados como de interesse municipal.

O Pórtico do antigo Convento de São Francisco encontra-se classificado pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março. Corresponde ao único elemento construtivo do antigo Convento de São Francisco que resistiu à passagem do tempo (Fotografia 13), inserindo-se atualmente na área urbana da freguesia que adotou o nome desta importante Ordem religiosa. É um pórtico de três vãos, em arco redondo, assentes em pilares quadrangulares. É encimado por três frontões em bico de lados curvos, sendo os laterais rematados por pináculos e o central por uma cruz. Os tímpanos e os arcos apresentam revestimento azulejar setecentista figurado.

Fotografia 12: Olaria Romana de Porto dos Cacos



Fotografia 13: Pórtico do antigo Convento de São Francisco



Fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt

O Fórum Cultural de Alcochete encontra-se classificado pelo Aviso n.º 4845/2020, publicado no *Diário da República* n.º 58/2020, Série II de 2020-03-23. Corresponde a um exemplar representativo da arquitetura civil contemporânea. Localiza-se no centro da Praça da Cultura (freguesia de Alcochete) e destaca-se pela sua singularidade arquitetónica e pela sua implantação/relação com o espaço público envolvente. Possui três pisos, planta retangular, cobertura plana e apresenta uma estrutura mista que combina a alvenaria com elementos metálicos e grandes planos de vidro. A classificação engloba o imóvel e sua envolvente que inclui um poço e um tanque que se constituem como testemunhos da antiga ocupação agrícola desse espaço.

7.3.1.2 Património em vias de classificação

A Igreja de São Brás / Igreja paroquial do Samouco, encontra-se em vias de classificação, nos termos do Anúncio n.º 257/2020, de 11 de novembro. O edifício da Rua Dr. Ciprião de Figueiredo n.º 24 a 30 deixou de integrar esta categoria, encontrando-se classificado como Monumento de Interesse Municipal.

Igreja de São Brás/ Igreja paroquial do Samouco - Foi publicado no *Diário da República* n.º 220/2020, Série

II de 2020-11-11, o Anúncio n.º 257/2020 relativo à abertura do procedimento de classificação deste imóvel. Essa classificação abrange a Igreja, o adro fronteiro e o património móvel que integra. A Igreja localiza-se no Largo de São Brás, na freguesia do Samouco. Corresponde a um exemplar da “*Arquitetura religiosa quinhentista, barroca, rococó*” (DGPC). Possui planta longitudinal com nave única e cobertura em abóbada de canhão. Destacam-se e os azulejos quinhentistas (na capela-mor) e setecentistas (nave a nártex), os retábulos de talha joanina e rococó e os altares de talha dourada e lacados a madrepérola.

O Edifício localizado na Rua Dr. Ciprião de Figueiredo n.º 24 a 30 - encontra-se classificado como Monumento de Interesse Municipal pelo Aviso n.º 16941/2021, de 7 de setembro, sendo considerado na proposta de Plano como valor cultural municipal e sujeito ao respetivo regime de salvaguarda.

7.3.1.3 Património Arquitetónico inventariado

O património arquitetónico encontra-se maioritariamente concentrado nas vilas de Alcochete e do Samouco e integra exemplares de tipologias arquitetónicas (e funcionais) diferenciadas – arquitetura religiosa, arquitetura civil (privada ou pública), arquitetura industrial, estruturas de apoio diversas. Reconhece-se porém que a riqueza patrimonial não se esgotará neste conjunto, nem sempre sendo possível na escala e âmbito do PDM proceder à sua identificação e localização.

Os imóveis foram agrupados nas seguintes tipologias – arquitetura religiosa, arquitetura civil, arquitetura industrial e estruturas antrópicas de natureza diversa.

Destaca-se ainda a presença de dois **conjuntos urbanos** relevantes do ponto de vista patrimonial – o núcleo antigo de Alcochete e o núcleo antigo do Samouco – áreas que pela sua integração na envolvente, pelo seu valor histórico e cultural e pelas suas características de unidade arquitetónica, se destacam em relação às restantes, podendo desempenhar um papel relevante na alavancagem e dinamização cultural e turísticas destes aglomerados em particular e do concelho em geral.

O núcleo antigo de Alcochete constitui já uma unidade territorial perfeitamente reconhecida – se não veja-se o facto de constituir uma Área de Reabilitação Urbana – onde têm vindo a ser promovidas diversas ações de regeneração e qualificação urbana, afirmando-se como um dos elementos distintivos do concelho. Trata-se de uma área bastante bem preservada, caracterizada por uma malha urbana orgânica e por edificações que remontam ao período inicial do processo de urbanização da vila, onde habitações de arquitetura tradicional coabitam com solares e casas de arquitetura mais erudita. A delimitação deste conjunto pretende, acima de tudo, reforçar a sua importância como núcleo de elevado valor patrimonial (integra três imóveis classificados e muitos outros de elevado interesse) e cultural (aglomerado de grande relevância histórica e etnográfica).

Relativamente ao núcleo antigo do Samouco, apesar de possuir características distintas do ponto de vista da valia patrimonial tem um carácter identitário bastante forte, tendo-se por isso considerado a classificação do seu núcleo antigo, correspondente à área onde se deu a sua génese, procurando-se assim garantir a manutenção da unidade arquitetónica e morfológica. Este aglomerado é sem dúvida aquele que apresenta um maior grau de compactação e uma imagem urbana relativamente homogénea e coerente com o passado e com as suas particularidades morfo-tipológicas. A área delimitada é representada por um conjunto de pequenas casas, de arquitetura tradicional e humilde, que se desenvolvem em torno de um conjunto de pequenas praças e onde a Igreja de São Brás e o mercado, elementos centrais deste núcleo antigo, representam ainda hoje os principais focos de dinâmica da vila.

De referir por fim o trabalho que o município tem vindo a desenvolver de inventariação do espólio de **azulejos** presente nas fachadas de diversos edifícios, destacando-se a diversidade presente no núcleo antigo de Alcochete.

7.3.1.4 Património Arqueológico inventariado

Foram inventariados 44 sítios/ocorrências de património arqueológico, de cronologias que abrangem desde o Paleolítico e Neolítico aos períodos romano, medieval, moderno e contemporâneo. Entre estes inclui-se a Olaria Romana do Porto dos Cacos, classificada, mas a avaliação não se limita a este sítio: todo o inventário arqueológico constitui informação relevante para a localização e apreciação de intervenções com potencial afetação do subsolo ou dos contextos patrimoniais.

A salvaguarda do património arqueológico deve atender ao conjunto das formas de proteção previstas na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, designadamente às disposições dos artigos 75.º e 79.º, não se restringindo ao princípio da conservação pelo registo científico. Sempre que a natureza da intervenção o justifique, a avaliação prévia, prospeção, acompanhamento ou escavação arqueológica deve observar o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, e a articulação com a entidade competente em matéria de património cultural. Esta exigência é incorporada nas diretrizes de seguimento e nos indicadores do FCD3.

7.3.1.5 Atividade turística

Em 2019, o ramo do Alojamento, Restauração e similares integrava 164 empresas, o que representa um aumento de 18% em relação a 2011. Integra 8,3% das empresas, gera 7,5% dos postos de trabalho e corresponde a 0,9% do volume de negócios e a 2,6% do VAB concelho (Quadro 12).

Significa assim, um reforço da representatividade desta atividade na estrutura produtiva do concelho e nesse contexto, e em todos os indicadores, destaca-se o peso da Restauração e similares.

Quadro 6 - Indicadores das empresas de Alojamento, restauração e similares no Concelho (2019)

Alojamento, Restauração e Similares	Empresas (nº) / %	Pessoal ao serviço (nº) / %	Volume de negócios (€) / %	VAB (€) / %
Total	164	409	14.016.339	4.989.653
Alojamento	25 (15%)	36 (8,9%)	3,8	6,0
Restauração e Similares	139 (85%)	373 (91,1%)	96,2	94,0

Fonte: INE

Essas unidades de restauração e bebidas concentram-se na Vila de Alcochete, existindo ainda, mas com muito menor expressão também nas freguesias do Samouco e S. Francisco.

O Registo Nacional de Turismo³ identifica a presença, e em 2021, de 35 unidades de **Alojamento Turístico** (mais 10 unidades do que em 2019) distribuídas pelas seguintes modalidades:

- 5 Empreendimentos Turísticos com capacidade para 736 camas/utente;
- 30 Unidades de Alojamento Local com capacidade para camas/utente.

Quadro 7: Alojamento Turístico no Concelho (2021)

Empreendimentos Turísticos	Estabelecimentos (nº)	Capacidade (nº)
Hotel	1	64
Hotel Apartamento	1	148
Hotel Rural	1	54
Turismo de Habitação	1	18
Apartamento Turístico	1	452
Total ET	5	736
Alojamento Local		Nº utentes
Apartamento	17	91
Estabelecimento de Hospedagem	1	1
Moradia	12	70

³ RNT. Abril 2021

Empreendimentos Turísticos	Estabelecimentos (nº)	Capacidade (nº)
Total AL	30	162
Total	35	898

Fonte: TdP/RNT/SIGTUR (abril.2021)

Segundo essa fonte (SIGTUR/abril 2021) existem ainda 3 pedidos/projetos em aprovação para a construção de 3 hotéis, que preveem o aumento da capacidade de alojamento para 141 utentes.

Todas estas unidades se localizam na freguesia de Alcochete exceto uma unidade de Alojamento Local que se localiza na freguesia de S. Francisco.

Os Empreendimentos turísticos apesar da sua menor representatividade em termos de número (14% do total de alojamentos) disponibilizavam em abril de 2021, 82% da capacidade de alojamento turístico do concelho. O Hotel Alfoz corresponde ao alojamento mais antigo do concelho (1996).

A primeira unidade de Alojamento local surge em 2013. Em abril de 2021 estas unidades representam 86% do total do alojamento, mas dada a pequena dimensão que caracteriza estas unidades, são apenas responsáveis por 18% dessa capacidade de alojamento.

Quadro 8: Indicadores de ocupação do alojamento turístico (2011-2019)

Indicadores	2011	2019
Dormidas nos estabelecimentos Hoteleiros (nº)	7.419	38.767
Dormidas por local de residência (nº):		
Portugal	*	24.046
Estrangeiro	*	14.721
Estada média (nº))	1,7	2,2
Taxa de ocupação-cama (%)	31,6	42,3

Nota: (*) Dados não disponíveis

Fonte: INE

Embora atualmente não vocacionados para a prática turística identifica-se o potencial de acolhimento associado ao Centro de Estágio e Albergue da Juventude (CEAJA) que corresponde a um equipamento municipal destinado a acolher jovens para a prática desportiva, com capacidade para 68 pessoas. Da mesma forma a Academia do Sporting, com as valências que integra (e além da prática profissional a que está destinada) poderá eventualmente desenvolver a prática do alojamento e vir a constituir-se como um

importante equipamento para a promoção do Turismo associado à prática desportiva.

Uma abordagem da **procura turística** (INE) revela-nos que, e em 2019, os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 38.767 dormidas, o que corresponde a um acréscimo de 31.348 dormidas em relação a 2009.

O turista tradicional é português (62%) e sobretudo da Região de Lisboa e apenas 38% das dormidas se referem a turistas estrangeiros, sobretudo espanhóis e ainda, franceses e alemães.

A estada média na hotelaria aumentou para 2,2 noites, aproximando-se dos valores da Área Metropolitana de Lisboa (2,3). A Taxa de ocupação também aumentou, situando-se nos 42,3%, abaixo do registado para a Área Metropolitana de Lisboa (56,8).

Trata-se assim essencialmente, de um turismo de visita e de curta duração que se tem revelado fundamental não só para a dinamização e consolidação da oferta de alojamento e da restauração mas também, para o surgimento de empresas de apoio a essa atividade turística e recreativa e crescente investimento em espaços e equipamentos.

Também a oferta ao nível dos estabelecimentos de **restauração e similares**, se concentra na Vila de Alcochete. O concelho é reconhecido pela sua qualidade gastronómica.

Cumpre-se assim, um dos objetivos da estratégia “*Alcochete 2030*” que identifica 3 eixos fundamentais de desenvolvimento, entre os quais Eixo 3 - “*Alcochete espaço de fruição e lazer dos residentes e dos visitantes da região e da cidade de Lisboa*”.

Quanto a outros serviços de atividade turística, o Registo Nacional de Turismo⁴ identifica a presença, em 2021, de 4 Agências de **Viagens e Turismo** localizadas na freguesia de Alcochete.

Identifica ainda, 14 **Agentes de Animação Turística** - 10 localizados na freguesia de Alcochete, 2 em São Francisco e 2 no Samouco -, cuja atividade se distribui por inúmeras modalidades com destaque para as relacionadas com o turismo náutico (passeios marítimo-turísticos, pesca turística, *surf*, *bodyboard*, *windsurf*, *paddle boarding*) turismo da natureza (observação de cetáceos, *birdwatching* e pedestrianismo/percursos de descoberta) e turismo cultural (rotas temáticas, artesanato e gastronomia/vinho).

A **Câmara Municipal** de Alcochete organiza ainda um conjunto significativo de atividades relacionadas com

⁴ RNT.Abril 2021

percursos pedestres (ex.: trilhos dos salineiros), canoagem e passeios fluviais - a autarquia dispõe de uma embarcação tradicional -.

7.3.1.6 Espaços e infraestruturas de apoio à atividade turística

Estes espaços têm vindo a ganhar importância no contexto concelhio pela oportunidade que criam não só ao nível da melhoria do espaço público e aumento da oferta de equipamentos de recreio e lazer (com benefícios também para a população residente) mas também pela atratividade que criam no território permitindo um aumento de visitantes.

Esses espaços/equipamentos referem-se essencialmente aos seguintes:

- Frente ribeirinha da Vila de Alcochete;
- Museus (Núcleo Sede, Núcleo de Arte Sacra);
- Outros equipamentos culturais (Fórum Cultural);
- Polo de Animação Ambiental do Sítio das Hortas e Pinhal das Areias;
- Praias fluviais (Alcochete e Samouco);
- Infraestruturas de apoio ao recreio náutico (Alcochete, Sítio das Hortas, Samouco);
- Espaços verdes (Parque Desportivo e de Lazer do Valbom, Jardim da Av. D. Manuel I, Jardim do Largo Almirante Gago Coutinho e fora do núcleo urbano, o espaço verde do Freeport);
- Infraestruturas Desportivas (polidesportivos, piscinas, campos de futebol, Academia do Sporting Clube de Portugal);
- Outros espaços: *Freeport*.

Destaca-se ainda a presença de espaços de identidade e referência do concelho, que se pretende que venham a recuperar as atividades tradicionais de Alcochete:

- O Espaço de Ocupação Turística referente às “Secas do Bacalhau”;
- Salinas e o complexo de Salinas do Samouco;
- Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Herdade da Barroca d’Alva e a Herdade de Rio Frio (tauramaquia/tradição equestre).

Estes espaços apesar de reunirem já um conjunto de intenções necessitam de ser concretizados.

7.3.1.7 Recursos e Produtos Turísticos

O concelho apresenta um vasto património histórico-cultural e uma grande sensibilidade ambiental e paisagística com presença de importantes ecossistemas que se poderão constituir como importantes recursos turísticos.

Esse património constitui-se como um valioso recurso turístico, destacando-se:

- O Património natural e paisagístico
 - O Estuário do Tejo que se encontra classificado com diversos estatutos de conservação a nível nacional e internacional;
 - Um conjunto de outros valores naturais (montado, salinas, arrozais, sapal);
 - Locais com interesse paisagístico (sapal das Hortas, Ermida de Santo António da Ussa, Porto dos Cacos);
 - Pontos de vistas panorâmicas (monte do Pontão, São Francisco) e percursos de interesse paisagístico;
 - Todos os restantes recursos associados ao Rio Tejo onde se inclui naturalmente a navegação e as praias fluviais.
- O património histórico-cultural, onde se inclui:
 - O Património Arquitetónico (Monumento Nacional, Imóveis e Sítios de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal);
 - Os núcleos antigos de Alcochete e Samouco;
 - Um conjunto vasto de outros imóveis e estruturas representativas da arquitetura religiosa, civil e industrial, representativos da memória coletiva local, como as salinas do Samouco, entre outros;
 - O Património Arqueológico (Igreja de Santa Maria de Sabonha, Porto dos Cacos, Quinta da Praia, Sítio da Conceição e outros testemunhos arqueológico);
 - O Património Imaterial (a Tauromaquia, e eventualmente as Festas do Barrete Verde e das Salinas e do Círio dos Marítimos de Alcochete);
 - O Património Gastronómico;
 - Outros valores culturais:
 - As festas/feiras e romarias locais que festejam as atividades tradicionais: as Festas do Barrete Verde e das Salinas, a Festa Brava, a Festa do Círio dos Marítimos, as Festas de Confraternização Camponesa, as Festas em honra de São João Baptista, as Festas Populares do Samouco, a Feira Quinhentista e a Feira da Fogaça;
 - O artesanato.

Atendendo à **Estratégia Turismo 2027** (ET2027), esses recursos constituem-se como “*Ativos Estratégicos*” (diferenciadores e qualificadores) fundamentais para a “*sustentabilidade e a competitividade do destino (...)*” Alcochete.

A partir dessa oferta turística e desses recursos constituem-se os seguintes produtos turísticos para o concelho de Alcochete:

- Turismo de Natureza e Ecoturismo:
- Turismo Cultural (ex.: Tauromaquia, artesanato, festas e romarias, museus e espaços de

identidade);

- Turismo Religioso;
- Turismo Gastronómico e Enoturismo;
- Turismo Náutico;
- Turismo Desportivo;

A identidade e o património natural, paisagístico e histórico-cultural do concelho de Alcochete constituem-se assim, como parte fundamental e integrante da estratégia de desenvolvimento turístico e de lazer que se tem vindo a implementar e se pretende reforçar no território concelhio.

A proposta de Plano reforça a identificação dos valores culturais, mas a eficácia da proteção do património arqueológico depende da aplicação preventiva das medidas de salvaguarda a todas as operações suscetíveis de afetar ocorrências inventariadas ou áreas com potencial arqueológico. Assim, os efeitos positivos associados à valorização cultural e turística coexistem com riscos residuais de afetação física, alteração de contexto e aumento de pressão de visitação, que devem ser controlados na execução do Plano.

7.3.2 Análise de Tendências

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
Sem implementação do Plano	Forças	Fraquezas
	Património cultural como um dos principais fatores de atração turística. Património arquitetónico e arqueológico de referência regional.	Degradação do património edificado.
Com implementação do Plano	Oportunidades	Ameaças
	Aposta estratégica regional na indústria do turismo como alavanca de desenvolvimento. Articulação concertada entre as componentes patrimonial e turística que promova o desenvolvimento cultural.	Agravamento dos custos de manutenção e preservação. Desinteresse por parte dos proprietários na reabilitação do património arquitetónico. Abandono dos elementos patrimoniais identificados e consequente degradação da imagem do concelho.

7.3.3 Efeitos Esperados com a Proposta de Plano

Seguidamente apresenta-se a análise de Oportunidades e Riscos da Proposta de Revisão do PDMA, no que se refere ao FCD3 – Identidade Cultural e Dinâmica Económica, à luz dos critérios de avaliação estabelecidos.

Quadro 11 – Efeitos esperados sobre o FCD3 – Identidade Cultural e Dinâmica Económica: (-, --) Riscos; (+, ++) Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1 Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete QE2 Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	(++) As medidas de regeneração e requalificação da frente ribeirinha de Alcochete e as ações de requalificação ambiental e paisagística, contribuirão para a atratividade turística do município.	(-) Obras de regeneração e requalificação podem afetar património arquitetónico ou arqueológico quando impliquem escavação, alteração de imóveis/contextos ou aumento de pressão de utilização, exigindo avaliação e salvaguarda prévias.
QE3 Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	(++) Estão previstas inúmeras medidas de incentivo à atividade turística, que passam pela concretização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva e de Rio Frio, pela valorização patrimonial do sítio arqueológico "Canto das Adegas/ Porto dos Cacos, etc.	(-) O desenvolvimento turístico em áreas de elevado valor cultural, natural ou paisagístico pode gerar pressão sobre sítios, paisagem e capacidade de carga; deve ser condicionado à compatibilidade ambiental e patrimonial.
QE4 Localização, iniciativa e inovação empresarial	(+) A diversificação económica pode apoiar a reabilitação, reutilização e valorização de património e atividades tradicionais, quando integrada em modelos de intervenção compatíveis com os valores culturais.	(-) Novas atividades económicas e infraestruturas podem afetar ocorrências arqueológicas ou a envolvente de bens culturais, devendo ser precedidas de verificação de compatibilidade e, quando aplicável, trabalhos arqueológicos.
QE5 Conetividade e mobilidade	(+) A melhoria da acessibilidade e da mobilidade sustentável pode ampliar o acesso ao património cultural e aos recursos turísticos sem depender exclusivamente do transporte individual.	(-) Aumento de tráfego e visitação pode pressionar núcleos históricos e espaços patrimoniais, exigindo gestão de acessos, estacionamento e capacidade de carga.
QE6 Rede de Governança e governabilidade	(++) A articulação entre município, Património Cultural, I.P., agentes locais e setor turístico favorece a proteção, conhecimento e valorização integrada do património.	(-) Falhas de articulação institucional ou de atualização do inventário podem conduzir a decisões sem informação patrimonial suficiente.

7.4 FCD 4 – RISCOS, ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

7.4.1 Situação Atual

7.4.1.1 Consumos energéticos

No concelho de Alcochete o abastecimento de energia elétrica encontra-se assegurado a toda a população.

Nos quadros seguintes é representada a evolução do consumo doméstico, agrícola e industrial, assim como do número de consumidores por cada tipo de consumo.

Quadro 9: Evolução do número de consumidores entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete

Sector	Consumidores																Tx. Var.
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2000-2016
Doméstico	5373	5736	6852	7119	7551	7932	8188	8338	8489	8802	8860	8738	8589	8542	8669	9313	73,3
Agrícola	502	501	502	504	499	482	462	449	424	385	375	266	219	155	131	132	-73,7
Industrial	197	183	198	189	200	178	169	155	147	114	124	125	78	66	69	148	-24,9

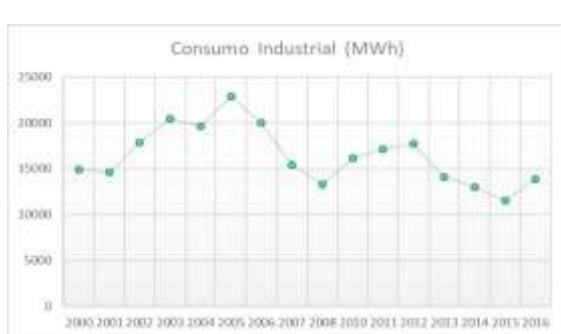
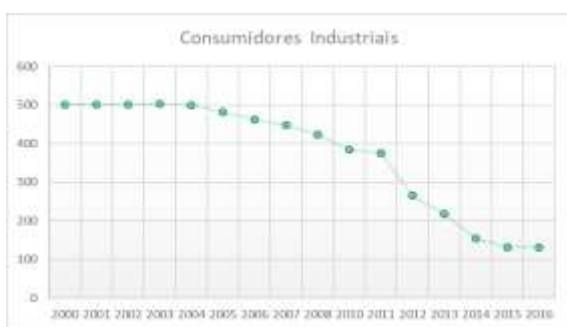
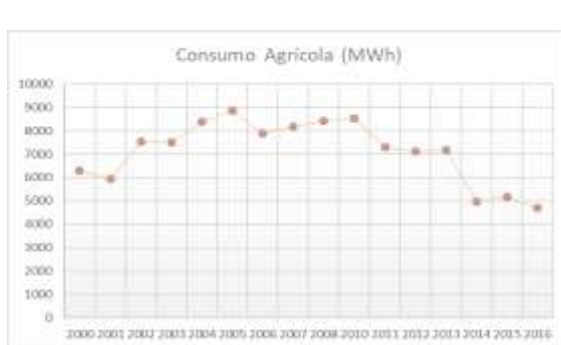
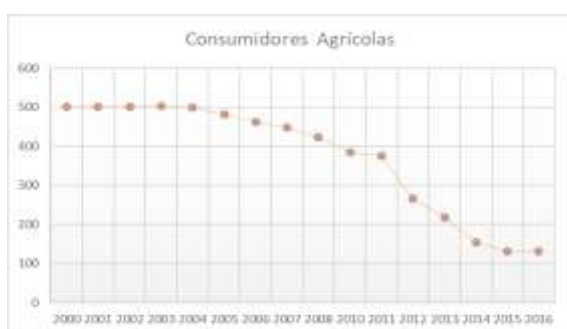
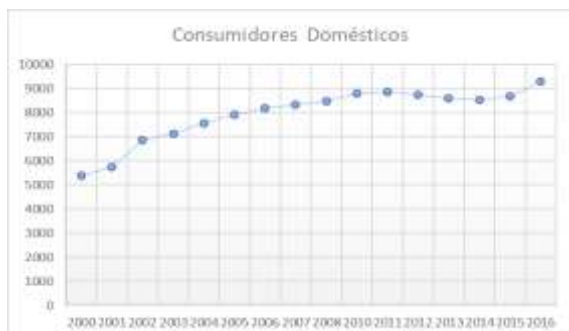
Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Quadro 10: Evolução do consumo e eletricidade entre 2000 e 2016, no concelho de Alcochete

Sector	Consumo (MWh)																Tx. Var. 2000-2016
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Doméstico	11504	12426	14587	15452	17510	19636	20648	22092	21799	25112	23432	22676	21174	21093	21845	23900	107,8
Agrícola	6302	5927	7524	7509	8385	8849	7881	8171	8421	8545	7298	7124	7186	4955	5159	4706	-25,3
Industrial	14933	14656	17875	20457	19641	22863	20024	15418	13290	16170	17102	17741	14104	13000	11514	13910	-6,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

De seguida a demonstração gráfica relativa ao quadro anterior de evolução de número de consumidores e consumo:



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Para o sector doméstico, a análise dos quadros permite verificar que nos últimos anos tendencialmente houve um aumento expressivo e relativamente equilibrado (o crescimento do consumo é de certa forma semelhante ao aumento do número de consumidores), tanto do número de consumidores como do consumo de energia elétrica, facto explicável se se atender ao crescimento urbano que o concelho observou. Porém, o referido equilíbrio já não se verifica nos consumos agrícolas e industriais em que há um decréscimo substancial e de certa forma contínuo do número de consumidores. Relativamente aos consumos agrícolas e industriais vão flutuando com tendência a diminuir de forma reduzida, mas nada

relacionada com a abrupta redução do respetivo número de consumidores, levando assim a uma subida da taxa de consumo por consumidor.

7.4.1.2 Perigos Naturais

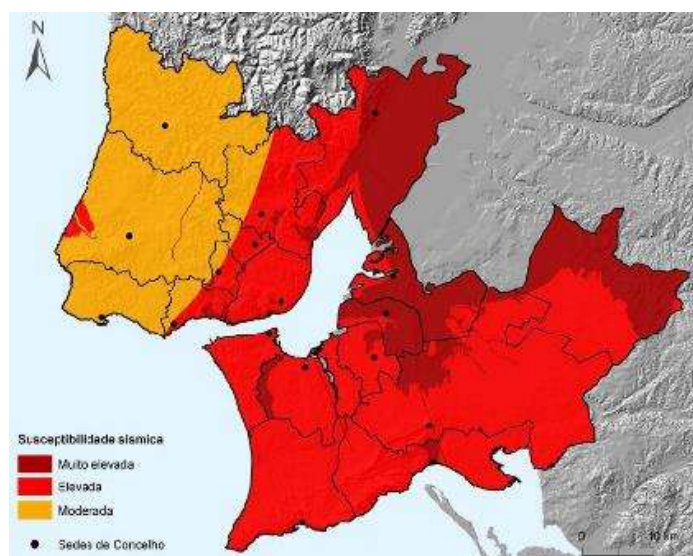
Sismos

A distribuição espacial das intensidades sísmicas máximas, com base na sismicidade histórica, mostra que a AML se situa nas zonas de maior intensidade sísmica de Portugal continental (intensidade Mercalli modificada X a VIII). A perigosidade sísmica é elevada devido, não só à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais como o de 1 Novembro de 1755, mas também, à falha (ou zona de falhas) do Vale Inferior do Tejo, onde o concelho de Alcochete se insere, sendo de destacar a falha do Pinhal Novo – Alcochete, uma vez que corresponde a uma estrutura tectónica ativa, capaz de gerar sismos de magnitude superior a 6, com ciclos sísmicos médios muito longos, da ordem dos 3000 a 11000 anos, de acordo com os *Estudos de Identificação e Caracterização de Riscos Município de Alcochete* (Município, EM, SA, 2015).

Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da AML é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, associada à grande concentração de população, de infraestruturas e de atividades económicas.

O concelho de Alcochete, tal como o de Vila Franca de Xira e o do Montijo, apresenta uma suscetibilidade sísmica elevada com base na análise efetuada no PROT AML.

Figura 7 - Suscetibilidade sísmica na AML



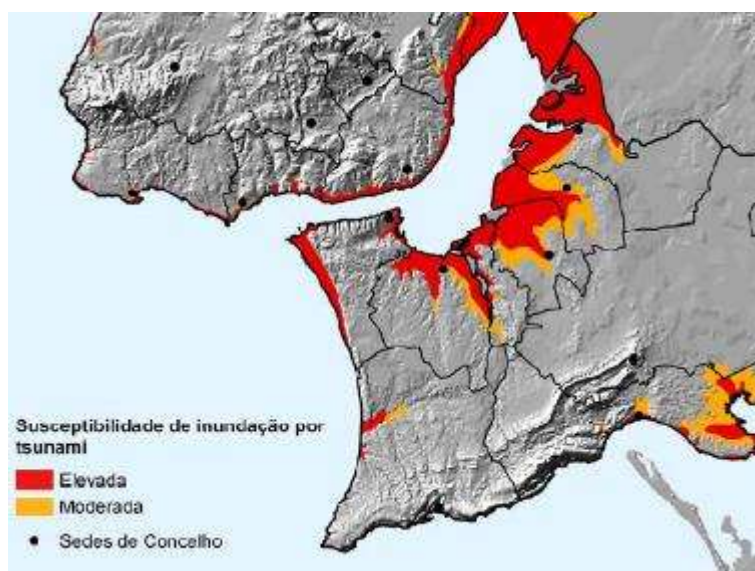
Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Proteção Civil – novembro/2010, CCDRLVT

Tsunamis

A AML possui, de acordo com estudos específicos e modelações efetuadas, uma suscetibilidade elevada à inundação por tsunami em 6,6% do território da AML, constituindo pontos críticos as costas baixas arenosas e os estuários do Tejo e do Sado, com destaque para as zonas ribeirinhas dos concelhos de Alcochete, Moita, Barreiro, Almada e Seixal.

No concelho de Alcochete, atendendo a que os principais centros urbanos se localizam na faixa ribeirinha, esta problemática assume particular relevância, sendo expetável que, em caso de ocorrência de um fenómeno desta natureza (probabilidade baixa) os danos sejam muito elevados e com graves consequências para pessoas e bens.

Figura 8: Suscetibilidade de inundação por tsunami na AML



Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Proteção Civil – novembro/2010, CCDRLVT

Instabilidade de Vertentes

As áreas suscetíveis à instabilidade de vertentes na AML encontram-se essencialmente no sector NW da AML e no sector Sul, correspondente à Cadeia da Arrábida. Estas áreas distribuem-se pelos terrenos da Orla Sedimentar Ocidental, especialmente nas formações detríticas do Jurássico Superior e do Cretácico. Por conseguinte, conclui-se que a uma escala regional o concelho de Alcochete não apresenta instabilidade de vertentes.

Refira-se que cerca de 65% das zonas potencialmente instáveis, que representam uma fração praticamente inexpressiva do território do concelho (cerca de 0,023% do concelho), tem uma suscetibilidade fraca a nula de ocorrerem movimentos de massa de vertentes. As restantes zonas do concelho de Alcochete potencialmente instáveis (35%) apresentam uma suscetibilidade à instabilidade de vertentes média, não

tendo sido identificadas situações de forte ou muito forte suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa de vertentes.

Grande parte das zonas de potencial instabilidade está associada aos taludes artificiais do IP7/A12, cujo perfil foi definido de forma a garantir as condições de estabilidade e de segurança exigidas no âmbito da exploração de vias rodoviárias, devendo provavelmente ser alvo de monitorização periódica para acompanhamento e avaliação da evolução das mesmas e, em caso de necessidade, proceder às necessárias intervenções de estabilização.

As restantes zonas de suscetibilidade à instabilidade de vertentes ocorrem sobretudo em algumas das margens dos cursos de água que atravessam o concelho e em situações pontuais de taludes naturais ou artificiais com maior inclinação, não apresentando em nenhuma situação condições geológicas ou geomorfológicas que potenciem movimentos de massa de vertentes de dimensões particularmente significativas.

No extremo Norte do concelho, na zona de confronto com o estuário do Tejo, encontram-se dos taludes mais declivosos (entre 20° e 25°). Embora estes taludes estejam sujeitos à ação erosiva da água de precipitação e de escorrência superficial, a suscetibilidade à ocorrência de uma situação de instabilidade é relativamente restrita e de reduzido risco. Refira-se ainda que estes taludes se encontram protegidos, em toda a extensão do sopé, por uma estrutura de retenção que impede a ondulação de exercer pressão hidráulica e abrasiva e, consequentemente, despoletar movimentos de massa de vertente associados à erosão da ondulação.

Em resumo, no concelho de Alcochete não foram identificadas vertentes com características geológicas e geomorfológicas de particular sensibilidade ou suscetíveis de evoluir no sentido de um movimento de massa de vertente de grandes dimensões e que justifiquem a sua delimitação cartográfica no âmbito da caracterização dos riscos naturais concelhios, de forma a proteger os sistemas e processos biofísicos e garantir a prevenção desses mesmos riscos.

Áreas sujeitas a inundações

As inundações provocadas pelas cheias na bacia do rio Tejo causam, muitas vezes, avultados prejuízos, que se estendem às demais zonas envolventes e sobretudo ribeirinhas. É um rio ciclicamente sujeito a cheias de grande impacto no tecido socioeconómico.

Na AML, as cheias podem ser desencadeadas ou por períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respetivas descargas (cheias progressivas), ou por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas (cheias rápidas).

Segundo o PROT AML, a localização ribeirinha faz de Alcochete um concelho suscetível à ocorrência de cheias progressivas, frequentes no rio Tejo, sendo a par da Moita e de Vila Franca de Xira, onde se registam as situações mais desfavoráveis associadas à ocorrência deste fenómeno.

O concelho de Alcochete, sendo uma zona ribeirinha, encontra-se vulnerável às variações do estuário do Tejo em situações de tempestade e forte precipitação, conjugada com período de maré cheia, que muitas vezes leva à propagação da onda de cheia, originando situações de cortes de diversas estradas e alagamento de campos agrícolas.

Na sequência do estudo desenvolvido para a elaboração do sistema da REN “Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos” conclui-se que no concelho de Alcochete este risco está associado, naturalmente, ao rio Tejo, mas também à ribeira Vale de Palmela, à vala da Amieira e à ribeira Vale dos Vinte e Um.

Em relação ao rio Tejo a área sujeita a inundação abrange a praia do Samouco e edificações envolventes, as salinas do Samouco, a praia dos Moinhos e edificações envolventes, a Avenida D. Manuel I e a zona confinante ao Largo Barão de Samora Correia e jardim do Rossio e a zona do Sapal das Hortas.

No que se refere às outras linhas de água, as áreas inundáveis abrangem somente zonas agrícolas com exceção feita para a zona da Barroca d’Alva onde algumas edificações poderão ser afetadas com a subida do nível da água.

Nos Estudos de Caracterização de julho de 2021, a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias, baseada na proposta de REN de 2019, abrangia 1 418,18 ha, correspondentes a 11,05% do território municipal. Este valor é utilizado apenas como referência da caracterização então disponível, devendo a avaliação e o seguimento do Plano atender à delimitação da REN e à cartografia de risco que se encontrem vigentes.

7.4.1.3 Perigos Tecnológicos

Acidentes industriais

Este perigo encontra-se associado à presença de estabelecimentos industriais com potencial para desencadear acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (produtos químicos e combustíveis, por exemplo). No concelho de Alcochete há a registar a unidade instalada na área da antiga fábrica de explosivos (Maxampor), associada ao desmantelamento de armamento, bem como uma outra unidade industrial, que embora em território do vizinho concelho do Montijo se encontra na área de fronteira com Alcochete, pelo que, naturalmente, em caso de acidente as repercussões se farão sentir sobre toda a área de vizinhança.

Relativamente ao risco de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas, na Maxampor, O Estudo de Caracterização do Risco conclui ter associado um risco baixo, decorrente da baixa probabilidade de ocorrência e do baixo grau de gravidade associado.

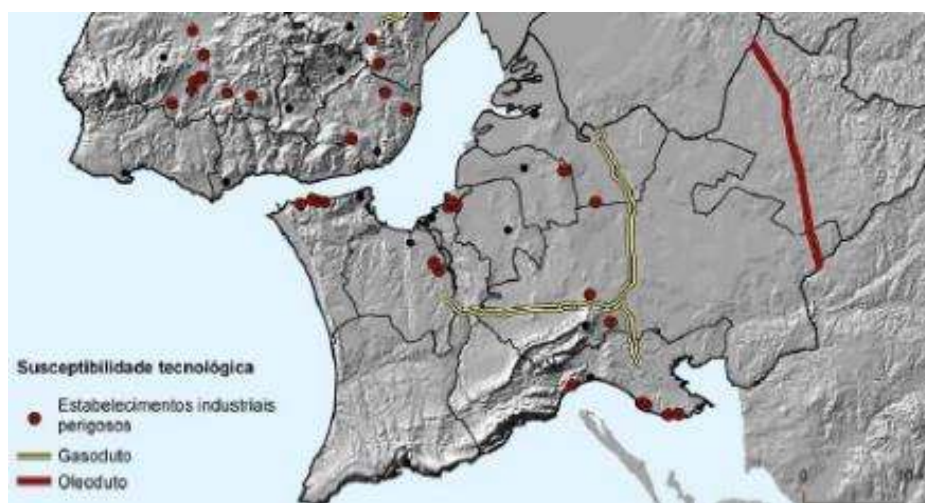
Acidentes com substâncias perigosas

O concelho de Alcochete é atravessado por um gasoduto de alta pressão, ao longo do qual se processa o transporte de gás natural em estado gasoso. Os acidentes potenciais associados a esta infraestrutura decorrem de possibilidade de ocorrência de fugas de gás, provocadas por uma enorme diversidade de fatores – por exemplo, perfuração em escavações; interferências de dragagens, arrastamentos de terrenos e/ou amarrações; corrosão; acidentes rodoviários ou ferroviários; movimentos de massa; sismo, etc.

Os riscos associados ao atravessamento do concelho por esta conduta, segundo enunciado no PROTAML, incluem: asfixia provocada pelo gás na ausência de ignição; incêndio originado pela ignição do gás e sua regressão ao ponto de fuga; elevados níveis de radiação térmica associados a uma chama ancorada no orifício da fuga; e sobrepressão resultante da explosão, se esta ocorrer.

Há ainda que assinalar a ocorrência de acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas, associado sobretudo às principais vias nacionais e regionais, onde se registam maiores fluxos de tráfego de mercadorias. Este é contudo um risco de difícil enquadramento ao nível do ordenamento do território uma vez que a ausência de dados (vias com maior procura, períodos preferenciais de utilização, etc.) torna impossível avaliar a expressão territorial dos riscos associados.

Figura 9 - Perigos Tecnológicos na AML



Fonte: PROTAML, Diagnóstico Sectorial: Riscos e Protecção Civil – Novembro/2010, CCDRLVT

À parte a questão do transporte do gasoduto as situações que poderão ter associado um maior risco são os percursos que as viaturas de transporte de explosivos realizam após carregadas nas instalações Maxampor,

porém, o Estudo de Caracterização do Risco sistematiza desta forma o risco associado ao transporte de substâncias perigosas:

Quadro 11 - Risco associado ao transporte de substâncias perigosas

Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
	População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Média-baixa	Reduzido	Moderado	Residual	Reduzido	Baixo

Fonte: Estudo de caracterização do risco

7.4.1.4 Perigos Ambientais

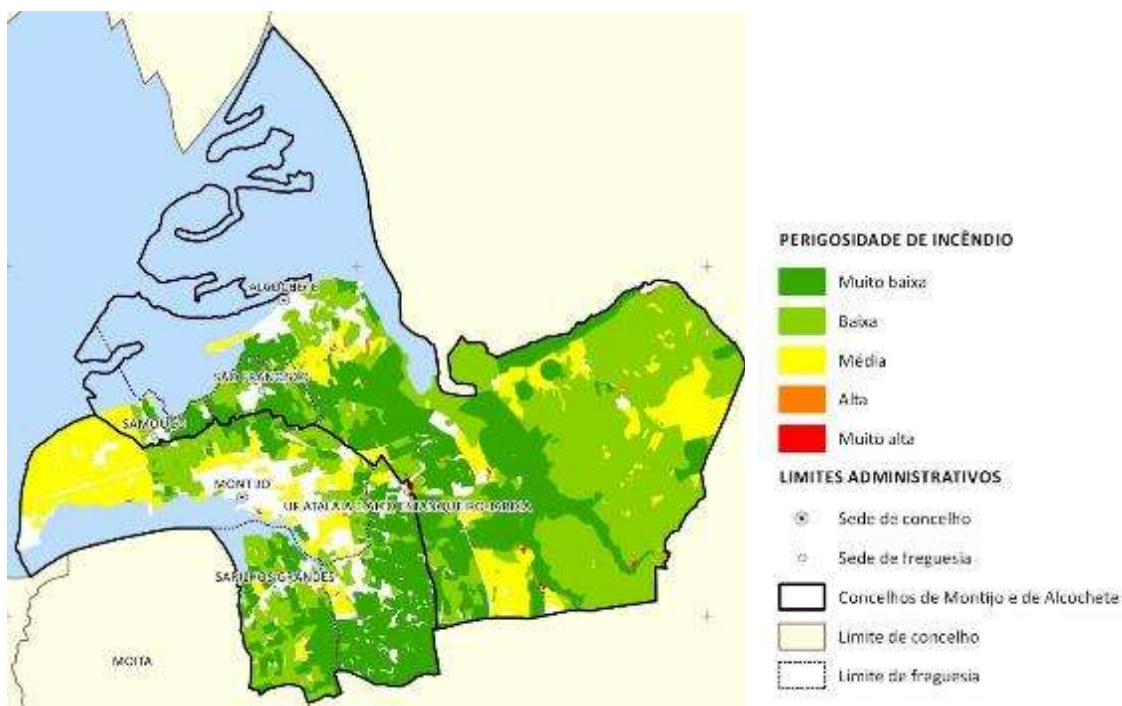
Incêndios Florestais

Embora se registre uma reduzida suscetibilidade à ocorrência deste fenómeno na AML, sobretudo em comparação com outras áreas do território nacional, este não deverá ser descurado, atendendo a que é o maior risco que os espaços florestais enfrentam, com graves consequências, quer ambientais, quer socioeconómicas.

Os Estudos de Caracterização de julho de 2021 recorreram, para a caracterização deste perigo, ao Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PIMDFCI) Montijo-Alcochete 2015-2019, cuja atualização/revisão se encontrava então em curso. Esta informação deve ser entendida como referência histórica da situação de base. Para efeitos de execução e seguimento da presente revisão do PDM, devem ser considerados o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), a cartografia de perigosidade aplicável e os demais instrumentos vigentes à data de cada decisão.

Na caracterização constante dos Estudos de 2021, suportada no PIMDFCI 2015-2019, a perigosidade de incêndio florestal era média na quase totalidade do concelho, com áreas residuais de perigosidade alta ou muito alta, e o risco era maioritariamente baixo a muito baixo. Estes resultados constituem uma referência histórica, devendo qualquer decisão territorial ser confrontada com a cartografia e o enquadramento legal de gestão do fogo rural vigentes no momento da sua concretização.

Figura 10 - Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Alcochete



Fonte: PIMDFCI de Montijo e Alcochete, CIMDFCI - julho de 2015

Contaminação de aquíferos e de cursos de água

Conforme diagnostica o PROT-AML a região possui “quatro sistemas aquíferos, três detríticos (T1 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; T3 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; T7 - Aluviões do Tejo) e um cársico na Orla Ocidental (O28 – Pizões-Atrozela)”, sendo que o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sobre o qual se encontra o concelho de Alcochete (à semelhança da generalidade da Península de Setúbal), se destaca pela importância estratégica nacional que possui uma vez que integra 53% das reservas de águas subterrâneas extraíveis em Portugal continental. É também esta a principal origem do abastecimento de água a importantes aglomerados, unidades industriais e à agricultura, muito embora a elevada vulnerabilidade dos “sedimentos terciários não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial”.

De acordo com os estudos hidrogeológicos realizados no âmbito da delimitação da REN do concelho de Alcochete, as características geológicas e hidrogeológicas do concelho, nomeadamente a permeabilidade dos terrenos aflorantes e a capacidade que os meios geológicos possuem para propagar uma substância contaminante, refletem-se na significativa vulnerabilidade à poluição de grande parte da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, nomeadamente no aquífero superficial livre.

A aplicação do Índice de Suscetibilidade ao aquífero superior livre abrangido pelo concelho de Alcochete, evidencia o seguinte:

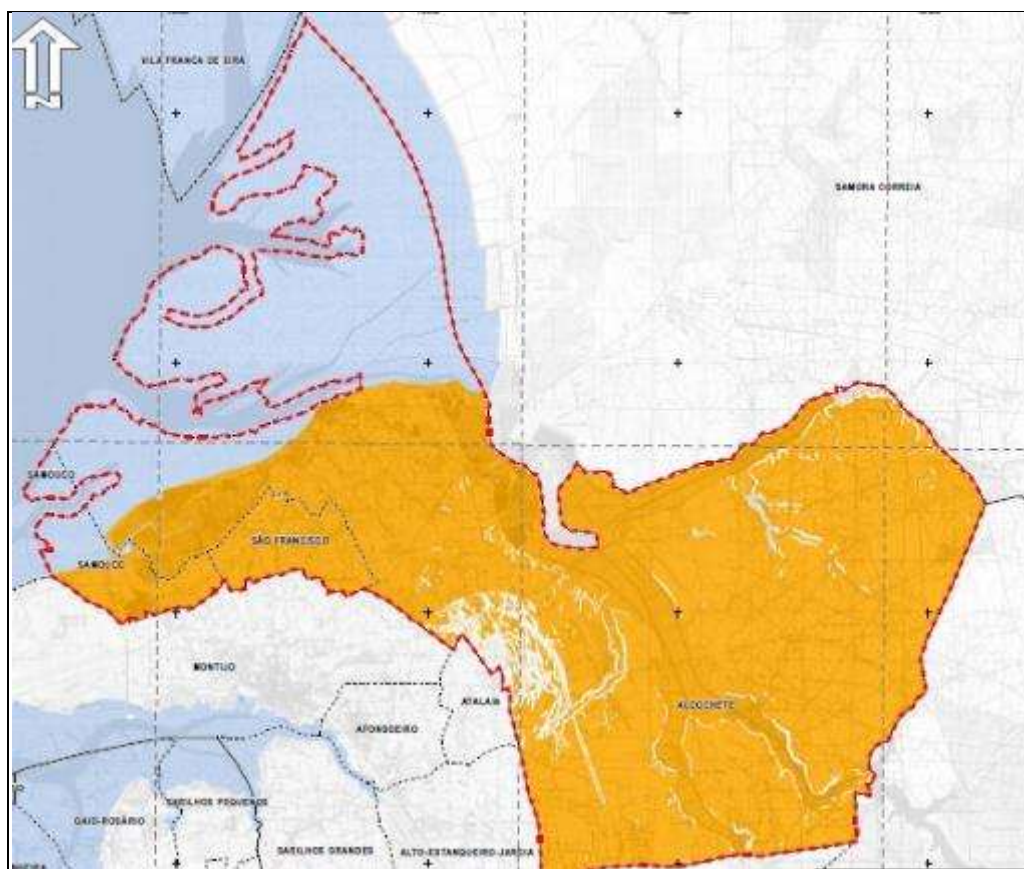
- 67% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição muito elevada;
- 28% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição elevada;
- 4% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição moderada a alta;
- 1% do concelho possui uma suscetibilidade à poluição moderada a baixa;
- 0,02% possui uma suscetibilidade à poluição baixa.

Estes resultados são a expressão dos seguintes aspetos:

1. o nível freático encontra-se relativamente pouco profundo em grande parte do concelho, sendo muito reduzida a espessura da zona não saturada. Deste modo, o contacto de uma substância contaminante com a zona saturada é feito de forma relativamente rápida;
2. o material que constitui o aquífero superficial é essencialmente arenoso, poroso e permeável, favorecendo a circulação de contaminantes em profundidade com elevadas velocidades de propagação de poluentes;
3. a topografia (relevo é pouco acentuado) facilita a infiltração de poluentes – 93% da área do concelho de Alcochete possui declives inferiores a 5%.

Desta forma, e aplicando o Índice de Suscetibilidade, identificam-se na Figura seguinte, as áreas estratégicas de proteção e recarga do aquífero superficial da massa de água subterrânea Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sobre o qual se desenvolve o concelho de Alcochete. Estas áreas correspondem às Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, delimitadas na proposta da REN (2019) e representam 47,08% da área do concelho de Alcochete.

Figura 11 - Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPR)



Fonte: Proposta de Delimitação da REN para o Município de Alcochete, Maio de 2019

Estes resultados são consonantes com a análise desenvolvida no âmbito do PROT-AML que, embora utilizando uma metodologia e uma escala de trabalhos diferentes do presente trabalho, concluem que o concelho de Alcochete apresenta uma suscetibilidade à contaminação dos aquíferos elevada a extremamente elevada em grande parte do seu território – no referido plano a suscetibilidade à contaminação dos aquíferos elevada a extremamente elevada representa 50% a 75% da área do concelho.

7.4.1.5 Segurança de pessoas e bens e efeitos territoriais dos riscos

À data dos Estudos de Caracterização (julho de 2021), era registada a inexistência de Plano Municipal de Emergência, tendo a caracterização de riscos recorrido, designadamente, ao Estudo de Caracterização e Identificação de Riscos do Município de Alcochete (2015) e ao diagnóstico do PROTAML. Esta referência é de natureza temporal e não permite concluir, por si só, sobre a situação vigente em 2026. Assim, a execução e o seguimento do Plano devem verificar os instrumentos de emergência e proteção civil efetivamente vigentes e assegurar a articulação permanente com o Serviço Municipal de Proteção Civil e a ANEPC.

A avaliação do FCD4 passa a considerar expressamente os efeitos da proposta de Plano sobre os riscos naturais, mistos e tecnológicos e sobre a segurança de pessoas e bens. A proposta de Plano prevê mecanismos relevantes de prevenção: nas zonas ameaçadas pelas cheias restringe usos sensíveis, caves e ações que agravem o risco e condiciona intervenções à demonstração de inexistência de alternativa, de não agravamento da vulnerabilidade e de compatibilidade com o risco; no domínio climático promove retenção e reutilização de águas pluviais, permeabilidade, libertação de linhas de água e áreas de risco de inundação/tsunami e soluções de proteção perante fenómenos extremos. Estes mecanismos reduzem a exposição potencial, desde que aplicados cumulativamente com os regimes setoriais e a informação de risco atualizada.

Relativamente aos riscos tecnológicos, a presença de infraestruturas gasistas e de estabelecimento industrial abrangido por regime de prevenção de acidentes graves exige que novas operações urbanísticas e alterações de uso na envolvente sejam avaliadas quanto à compatibilidade territorial, exposição de populações e acessibilidade de meios de socorro. A articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, ANEPC, Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Setúbal, Plano de Emergência Externo de Alcochete e demais instrumentos aplicáveis deve acompanhar a execução do Plano. Em matéria de incêndio rural, a avaliação e a execução devem observar o SGIFR e a cartografia e condicionantes vigentes, evitando a utilização de referências desatualizadas.

7.4.2 Análise de Tendências

A análise SWOT que se segue pretende diagnosticar as tendências existentes (Forças e Fraquezas), caso não seja levado a cabo a revisão do PDM, identificando-se igualmente um conjunto de Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação do Plano, associadas ao FCD em análise.

Análise SWOT		
Sem implementação do Plano	Forças	Fraquezas
	Identificação de infraestruturas vulneráveis em caso de cheias, inundações e tsunamis. Integração no Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas.	Não é evidente a preocupação efetiva com as alterações climáticas.
Com implementação do Plano	Oportunidades	Ameaças
	Articulação da revisão do PDM com o Serviço Municipal de Proteção Civil e com os instrumentos de emergência e proteção civil aplicáveis e vigentes.	Riscos de inundação em aglomerados populacionais, localizados em Zonas ribeirinhas. Perigo de incêndios e a destruição da floresta autóctone.

7.4.3 Efeitos Esperados com a Proposta de Plano

Seguidamente apresenta-se a análise de Oportunidades e Riscos da Proposta de Revisão do PDMA, no que se refere ao **FCD4 – Riscos, Energia e Alterações Climáticas**, à luz dos critérios de avaliação estabelecidos.

Quadro 11 – Efeitos esperados sobre o FCD4 – Riscos, Energia e Alterações Climáticas: (-, --) Riscos; (+, ++ Oportunidades; (0) Sem relação

Questão Estratégica	Oportunidades	Riscos
QE1 Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete QE2 Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos	(++) Os regimes das zonas ameaçadas pelas cheias e das alterações climáticas reforçam a prevenção de inundações e fenómenos extremos, promovendo permeabilidade, drenagem, retenção e segurança de pessoas e bens. (+) Medidas de eficiência energética e soluções de baixo carbono contribuem para mitigação climática.	(-) A intensificação de usos na frente ribeirinha mantém exposição residual a cheia, inundações, tsunamis e fenómenos extremos; qualquer operação deve demonstrar não agravamento do risco e da vulnerabilidade.
QE3 Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais	(++) A conservação da EEM, coberto vegetal, linhas de água e áreas agrícolas/florestais favorece regulação hídrica, adaptação climática e redução de vulnerabilidades quando acompanhada por gestão ativa.	(-) Incêndio rural, seca, erosão e fenómenos extremos podem intensificar-se com as alterações climáticas; práticas inadequadas ou abandono aumentam a perigosidade e a exposição.
QE4 Localização, iniciativa e inovação empresarial	(+) A localização concentrada e devidamente infraestruturada das atividades económicas facilita o controlo de emissões, consumo de energia e gestão de riscos tecnológicos.	(-) Atividades industriais, armazenamento/uso de substâncias perigosas e infraestruturas gasistas mantêm risco tecnológico; novos usos incompatíveis ou aumento da exposição populacional devem ser evitados.
QE5 Conetividade e mobilidade	(+) O reforço do transporte coletivo, mobilidade ativa e eficiência da rede pode reduzir emissões e dependência energética quando evita indução adicional de tráfego.	(-) Novas infraestruturas e aumento do tráfego podem incrementar emissões, ruído e exposição a acidentes, exigindo avaliação integrada de segurança e mobilidade.
QE6 Rede de Governança e governabilidade	(++) A governança articulada com SMPC, ANEPC, APA e restantes entidades permite atualizar informação de risco, planos de emergência, medidas de prevenção e resposta, e acompanhar a eficácia das ações de adaptação.	(-) A desatualização de cartografia, planos de emergência ou referências legais pode reduzir a eficácia preventiva; a atualização deve ser contínua.

8 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

As diretrizes foram revistas e priorizadas em função dos pareceres recebidos e dos efeitos identificados na proposta de 2026. Considera-se prioridade alta a medida cuja não implementação pode comprometer a prevenção de impactes significativos, a segurança de pessoas e bens ou o cumprimento de regimes de salvaguarda. O horizonte "contínuo" corresponde à aplicação durante toda a vigência do Plano; as medidas prévias devem ser verificadas no âmbito de cada operação ou decisão territorial relevante.

Para que a proposta de revisão do PDMA apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverá ser adotado um conjunto de medidas de planeamento e gestão, complementares às propostas apresentadas no Plano, que permitam minimizar ou eliminar os efeitos negativos identificados, de forma a assegurar um bom desempenho ambiental, de acordo com os objetivos de sustentabilidade.

As medidas de planeamento e gestão são apresentadas seguidamente para cada FCD.

Quadro 12 - Medidas de Planeamento e Gestão

FCD	Medida de planeamento/gestão	Prioridade	Horizonte	Responsável / articulação
FCD1 Valorização dos Sistemas Naturais	Garantir a aplicação efetiva da EEM, Rede Natura 2000, RNET e regimes hídricos, evitando perda/fragmentação de habitats e recuperando galerias ripícolas degradadas.	Alta	Contínuo	CMA; ICNF; APA; CCDR LVT
	Integrar boas práticas agrícolas: proteção contra nitratos, eficiência hídrica, gestão de efluentes pecuários, plásticos agrícolas e restantes resíduos não urbanos.	Alta	Curto prazo e contínuo	CMA; CCDR LVT; APA; setor agrícola
	Avaliar a compatibilidade e capacidade de carga de novas iniciativas turísticas em áreas naturais/paisagísticas sensíveis.	Alta	Prévia a cada operação	CMA; ICNF; Turismo de Portugal
	Erradicar depósitos ilegais de resíduos e acompanhar a recuperação de áreas degradadas.	Média/Alta	Curto prazo; anual	CMA; entidades gestoras
FCD2 Atração e Fixação Humana	Implementar medidas de redução de ruído nas zonas de conflito e elaborar/atualizar o Plano Municipal de Redução de Ruído nos termos do quadro legal aplicável.	Alta	Curto prazo	CMA; entidades responsáveis por fontes de ruído; APA
	Verificar, antes da concretização de novas áreas urbanas/económicas/turísticas, a capacidade das redes de abastecimento, saneamento, águas pluviais e resíduos urbanos.	Alta	Prévia a cada operação	CMA; SIMARSUL; entidades gestoras
	Promover recolha seletiva, prevenção, reutilização e reciclagem de RU em alinhamento com as metas do PERSU 2030.	Alta	Contínuo	CMA; entidade gestora
	Priorizar transporte coletivo, rede pedonal e ciclável e soluções de mobilidade ativa, articuladas com ENMAC e planeamento metropolitano.	Média/Alta	Curto/médio prazo	CMA; IMT; AML; operadores

FCD	Medida de planeamento/gestão	Prioridade	Horizonte	Responsável / articulação
	Promover habitação a custo moderado/controlado, reabilitação e consolidação urbana, evitando dispersão e sobrecarga de infraestruturas.	Alta	Médio prazo	CMA; entidades de habitação
FCD3 Identidade Cultural e Dinâmica Turística	Garantir que intervenções suscetíveis de afetar património arqueológico são precedidas da avaliação/prospecção necessária e acompanhadas por medidas de salvaguarda legalmente adequadas.	Alta	Prévia a cada operação	CMA; Património Cultural, I.P.
	Manter atualizado o inventário e a cartografia dos valores culturais, incluindo as 44 ocorrências arqueológicas constantes do Regulamento de 2026.	Alta	Anual / sempre que haja nova informação	CMA; Património Cultural, I.P.
	Compatibilizar a valorização turística e económica com a conservação de bens culturais, núcleos históricos e respetivas envolventes.	Alta	Contínuo	CMA; Turismo de Portugal; agentes locais
FCD4 Riscos, Energia e Alterações Climáticas	Exigir demonstração de não agravamento do risco e da vulnerabilidade em operações localizadas em zonas ameaçadas pelas cheias ou outras áreas de perigosidade.	Alta	Prévia a cada operação	CMA; APA; SMPC
	Atualizar a análise de risco e articular a execução com os planos de emergência e proteção civil aplicáveis, incluindo risco sísmico, inundação/tsunami e riscos tecnológicos.	Alta	Anual e após atualização de instrumentos	CMA/SMPC; ANEPC; APA
	Assegurar aplicação do SGIFR, da cartografia vigente de incêndio rural e das condições de segurança e acessibilidade dos meios de socorro.	Alta	Contínuo	CMA/SMPC; ANEPC; ICNF
	Avaliar a compatibilidade de novos usos e operações na envolvente de infraestruturas gasistas e estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves.	Alta	Prévia a cada operação	CMA; ANEPC; operadores; entidades competentes
	Implementar as medidas de adaptação climática do Regulamento: retenção/reutilização de pluviais, permeabilidade, vegetação, redução de ilhas de calor, libertação de linhas de água e melhoria da drenagem.	Alta	Curto/médio prazo e contínuo	CMA; APA; promotores
	Promover eficiência energética, energias renováveis e redução de emissões em edifícios, iluminação, mobilidade e atividades económicas.	Média/Alta	Contínuo	CMA; entidade competente em energia; operadores

9 ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

As orientações para a implementação de um Plano de Controlo inseridas na fase de seguimento ou de monitorização do processo da AAE, pretendem acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Por forma a acompanhar os efeitos da execução do PDM no território e avaliar o desempenho da estratégia definida, foi definido um quadro de metas que o Município pretende alcançar para cada indicador de sustentabilidade, não só as definidas em documentos estratégicos, mas também as assumidas pela própria Autarquia para o período de vigência do Plano.

Na Quadro 21 apresentam-se os indicadores de sustentabilidade que servirão de base à implementação do Plano de Controlo, durante o período de execução do Plano.

Na Declaração Ambiental a emitir serão apurados os valores de base, bem como as metas a atingir, para todos os indicadores identificados.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados das ações previstas no Plano de Controlo (designadamente as ações de monitorização) deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável (Câmara Municipal de Alcochete), e divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à APA.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo dinâmico ao longo do tempo. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

Quadro 13 - Indicadores por FCD

FCD	Indicador	Unidade	Valor de referência	Meta / critério de avaliação	Fonte e periodicidade
FCD1 - Valorização de sistemas naturais	Artificialização/impermeabilização nova em áreas de EEM, Rede Natura 2000 e zonas húmidas	ha e %	Situação cartografada na data de entrada em vigor do Plano	Não aumentar a artificialização incompatível	CMA/ICNF/APA - anual
	Área de galeria ripícola/ecossistemas degradados objeto de recuperação	ha	Ano 0: inventário municipal a consolidar	Tendência crescente de área recuperada	CMA/APA/ICNF - anual
	Ações/ocorrências associadas a nitratos, efluentes pecuários, plásticos agrícolas e RNU	n.º	Ano 0: registo das ocorrências conhecidas	Redução de ocorrências e 100% das situações identificadas com encaminhamento	CMA/CCDR LVT/APA - anual
	Consumo/eficiência hídrica em intervenções agrícolas/turísticas monitorizadas	m³ e/ou índice	Ano 0: dados disponíveis por setor	Melhoria progressiva da eficiência; cumprimento das condições aplicáveis	CMA/APA/operadores - anual
FCD2 - Atração e fixação humana	População servida por abastecimento de água e drenagem/tratamento de águas residuais	%	Estudos de Caracterização: abastecimento - 99% da população (2017; 100% dos aglomerados); drenagem de águas residuais - 91% (2017). Atualizar no ano de entrada em vigor.	Manter/atingir níveis de serviço compatíveis com as metas setoriais	CMA/entidades gestoras/ERSAR - anual
	Zonas de conflito acústico e população/área exposta acima dos limites	n.º; ha; %	Mapa de Ruído/zonamento acústico que acompanha o Plano	Redução da exposição; 100% das zonas de conflito com medidas programadas	CMA - anual após atualização do mapa
	Desempenho da recolha seletiva e valorização de resíduos urbanos	kg/hab; %	Estudos de Caracterização: 9 857 t de RU recolhidos em 2016, incluindo 1 568 t de recolha seletiva; atualizar no ano de entrada em vigor.	Evolução em linha com PERSU 2030 e instrumentos municipais	CMA/entidade gestora - anual
	Extensão de rede pedonal/ciclável e utilização de modos ativos/coletivos	km; %	Ano 0: rede e repartição modal disponíveis	Tendência crescente	CMA/IMT/AML - bienal/anual conforme dado
	Habitação a custo moderado/controlado e reabilitação concretizada	n.º fogos	Ano 0: parque/programas municipais	Tendência crescente e execução dos objetivos programáticos do Plano	CMA - anual
FCD3 - Identidade	Bens classificados e em vias de classificação acompanhados e salvaguardados	n.º	9 bens identificados no Anexo I do Regulamento de 2026	100% abrangidos por acompanhamento e sem perda de valor por execução do Plano	CMA/Património Cultural, I.P. - anual
	Sítios/ocorrências arqueológicas	n.º e %	44 ocorrências no Anexo	100% do inventário	CMA/Património

FCD	Indicador	Unidade	Valor de referência	Meta / critério de avaliação	Fonte e periodicidade
	inventariadas com cartografia atualizada		I do Regulamento de 2026	atualizado e integrado na informação de apoio à decisão	io Cultural, I.P. - anual
	Operações suscetíveis de afetar património arqueológico com avaliação/salvaguarda prévia	%	Ano 0: registo municipal dos procedimentos	100% das operações relevantes	CMA/Património Cultural, I.P. - anual
	Projetos de valorização/reabilitação do património cultural e núcleos históricos	n.º	Ano 0: inventário municipal	Tendência crescente, sem efeitos adversos significativos	CMA - anual
FCD4 - Riscos, Energia e alterações climáticas	Operações em áreas de perigosidade com análise de risco/vulnerabilidade e demonstração de não agravamento	%	Ano 0: procedimentos do primeiro ano de vigência	100% das operações relevantes	CMA/SMPC/APA - anual
	Ocorrências de riscos naturais/mistos com consequências territoriais e área afetada	n.º e ha	Média/valor dos registos oficiais disponíveis no início da vigência	Sem tendência de agravamento da exposição; análise das causas e medidas após cada ocorrência significativa	SMPC/ANEPC/CMA - anual
	Operações na envolvente de fontes de risco tecnológico com análise de compatibilidade	%	Ano 0: registo municipal	100% das operações relevantes	CMA/ANEPC/operadores - anual
	Intervenções que incorporam medidas de adaptação climática (retenção, permeabilidade, vegetação, drenagem)	n.º e ha	Ano 0: registo municipal	Tendência crescente e integração sistemática nos projetos aplicáveis	CMA - anual
	Consumo de energia/emissões e incorporação de renováveis no âmbito municipal	kWh; t CO2e; %	Valor oficial mais recente disponível no ano de entrada em vigor	Trajetória de redução/eficiência coerente com PNEC 2030 e RNC 2050	CMA/entidade competente em energia - anual

10 QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

Neste ponto, apresentam-se as diretrizes e medidas que configuram boas práticas no que se refere à Governança.

O conceito de governança abrange um *“conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”* (Partidário 2007).

O quadro de governança prende-se, entre outros aspetos, com a criação de uma rede interrelacionada de instituições e organizações, governamentais e não-governamentais, incluindo painéis de cidadãos ou outras formas de organizações deliberativas de cidadãos. Através dos princípios de responsabilidade, transparência, integridade, eficiência e liderança este quadro contribuirá para um desempenho efetivo e eficiente da AAE, ao longo dos seus vários ciclos.

Neste contexto, é importante, neste domínio, identificar os mecanismos de Articulação e Cooperação Institucional, Participação Pública e Transparência de Processos, contribuindo-se, deste modo, para a constituição de um quadro de governança para a implementação e acompanhamento da revisão do PDMA.

No quadro seguinte, apresenta-se um quadro de governança para a ação, identificando as entidades e respetivas responsabilidades, ou seja, quem precisa de fazer o quê, quer para a realização bem-sucedida da estratégia, quer para a articulação institucional, transparência de processos, participação e comunicação dos atores chave e da população em geral.

Quadro 14 – Quadro de governança

Entidades / grupos	Diretrizes de governança
Câmara Municipal de Alcochete / Serviço Municipal de Proteção Civil	Coordenar a execução do Plano e o seguimento da AAE; manter informação territorial, ambiental e de risco atualizada; integrar as medidas do RA nos procedimentos municipais; elaborar e divulgar anualmente os resultados de avaliação e controlo; articular planeamento, proteção civil, ruído, património, mobilidade, habitação e redes urbanas.
Administração central/regional e entidades setoriais APA; CCDR LVT, I.P.; ICNF; DGS; ANEPC; Património Cultural, I.P.; IMT; IP; SIMARSUL; INE; entidades competentes em energia/geologia e resíduos	Disponibilizar informação atualizada e apoiar a verificação de compatibilidade com regimes e políticas setoriais; participar na avaliação de efeitos e na atualização de medidas quando se observem alterações significativas; articular as competências de proteção ambiental, saúde, riscos, património, mobilidade e infraestruturas.
Representantes dos setores económicos e operadores de serviços	Adotar boas práticas ambientais; fornecer dados necessários ao seguimento; prevenir resíduos, emissões, ruído e consumos excessivos; garantir segurança e compatibilidade das atividades; colaborar em medidas de eficiência hídrica/energética, mobilidade, economia circular e proteção do património e biodiversidade.

Entidades / grupos	Diretrizes de governança
População, associações, ONG e demais interessados	Participar nas consultas e no acompanhamento do Plano; comunicar ocorrências e conflitos ambientais; adotar comportamentos responsáveis no uso da água, energia, resíduos e mobilidade; contribuir para a valorização dos valores naturais, culturais e paisagísticos e para a prevenção de riscos.

11 CONCLUSÕES

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM foi suportado na análise de quatro FCD: Valorização dos sistemas naturais; Atração e fixação humana; Identidade cultural e dinâmica económica; Energia e alterações climáticas.

No processo de AAE foram tidos em consideração os objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDM, assentes em 6 objetivos estratégicos, designadamente QE1. Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete; QE2. Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos; QE3. Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais; QE4. Localização, iniciativa e inovação empresarial; QE5. Conetividade e mobilidade; e QE6. Rede de Governança e governabilidade.

No decurso da avaliação de cada FCD foi verificada a consideração dos objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico no processo de revisão do PDMA, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Durante o processo de AAE, constatou-se que a revisão do PDM contribui de forma muito significativa para a sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, nomeadamente através da contenção da edificação dispersa, da qualificação de espaços industriais e empresariais infraestruturados, da melhoria das condições de saneamento básico e da promoção e preservação do património natural e construído.

Espera-se ainda que a presente proposta de revisão do PDMA, venha a promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal, capazes de produzir efeitos positivos na economia local, atraindo e fixando mais investimentos, gerando mais emprego e mais qualificado, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, não introduzindo desequilíbrios, ambientais e paisagísticos, no sistema biofísico, que assumam significado relevante.

Salienta-se que a proposta de orientações de seguimento apresentada no Relatório Ambiental para cada FCD assenta numa lógica de sustentabilidade que permitira ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta dos efeitos da execução do Plano.

Evidencia-se, ainda, a importância do acompanhamento da implementação do PDM, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.

BIBLIOGRAFIA

APA (2007) - Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica.

APA (2013) - Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica.

APA (2020) - ‘Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, datada de abril 2020.

APA (2020) - ‘Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, datada de abril 2020.

CCDR LVT (2019) - O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas - Contributo para os PDM.

DGT (2020) - Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT

DGT (2020) - Guia - PDM, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais’, publicado em dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT)

DGOTDU (2008), “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Município de Alcochete/ NRV (2021), “1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete. Estudos de Caracterização”, julho de 2021.

Município de Alcochete/ NRV (2022), “1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete. Relatório da Proposta”.

Município de Alcochete/ NRV (2022), “1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete. Regulamento”.

Município de Alcochete/ NRV (2022), “1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete. Programa de Execução. Plano de Financiamento”.

APA (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica.

INE. Censos 2021 - resultados para o município de Alcochete.

Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro - Lei de Bases do Clima.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho - Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, na redação em vigor.

Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro - Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Câmara Municipal de Alcochete (2026). 1.ª Revisão do PDM de Alcochete - Regulamento, versão de 21 de julho de 2026.

ANEXO 1 - TABELA DE PONDERAÇÃO DE PARECERES SOBRE O RALATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR

ANEPC

Parecer	Apreciação Equipa Técnica										
5. Avaliação Ambiental Estratégica No que diz respeito ao Relatório Ambiental, observa-se o descritor Riscos Naturais e Tecnológicos incluído no Fator Crítico de Decisão 4. Riscos, Energia e Alterações climáticas (REAC), contudo, a descrição/pertinência (pág.20) é direcionada para a eficiência energética e adaptação e mitigação as alterações climáticas. Quadro 4 – Fatores Críticos para a Decisão e respetiva relevância <table border="1"> <thead> <tr> <th>FCD</th><th>Descrição/Pertinência</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Valorização dos Sistemas Naturais</td><td>Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas, como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado.</td></tr> <tr> <td>2. Atração e Fixação Humana</td><td>Habituação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial.</td></tr> <tr> <td>3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica</td><td>Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.</td></tr> <tr> <td>4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas.</td><td>Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.</td></tr> </tbody> </table>	FCD	Descrição/Pertinência	1. Valorização dos Sistemas Naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas, como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado.	2. Atração e Fixação Humana	Habituação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial.	3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.	4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas.	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.	Acolhido. O FCD4 foi reformulado, passando a integrar explicitamente os riscos naturais, mistos e tecnológicos e a segurança de pessoas e bens, para além da energia e das alterações climáticas.
FCD	Descrição/Pertinência										
1. Valorização dos Sistemas Naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas, como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado.										
2. Atração e Fixação Humana	Habituação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial.										
3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.										
4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas.	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.										
No capítulo 6.4. FCD4. REAC é apresentada uma caracterização dos riscos existentes no concelho, não sendo, no entanto, apresentada avaliação ou ponderação dos efeitos do plano sobre os mesmos.	Acolhido. O capítulo 6.4 passou a avaliar os efeitos da proposta de Plano sobre os riscos, identificando oportunidades, riscos e condições de não agravamento da perigosidade, exposição e vulnerabilidade.										
No QRE apresentado não constam todos os instrumentos (estratégias, políticas, planos e programas) com as orientações relativas aos riscos naturais e tecnológicos presentes no território em análise.	Acolhido. O Quadro de Referência Estratégico (QRE) foi revisto e reforçado com instrumentos específicos de proteção civil, gestão de riscos e fogos rurais.										

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Exemplo - Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, Plano Nacional para a Gestão Integrada de Fogos Rurais adotado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45-A/2020, de 16 de junho; Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Setúbal	Acolhido. Foram incluídos no QRE a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Setúbal e o Plano de Emergência Externo de Alcochete.
A segurança de pessoas e bens, não é identificada nas Questões Estratégicas, e não são apresentados objetivos de sustentabilidade com medidas destinadas a mitigação dos riscos identificados.	Acolhido no âmbito da AAE. A segurança de pessoas e bens foi explicitada como objetivo e critério de avaliação do FCD4 e integrada nos indicadores e medidas. Mantêm-se as Questões Estratégicas definidas pela proposta de Plano.
Exemplos de objetivos - Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações. Desenvolver e aplicar um sistema integrado de riscos, que permita a identificação e a abordagem das áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, adaptativa e reativa	Acolhido. Foram introduzidos no FCD4 objetivos de promoção da segurança, saúde e bem-estar das populações e de redução da exposição e vulnerabilidade territorial aos riscos.
Tendo por base as orientações constantes do caderno técnico Prociv 6 – Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na vertente da Proteção Civil, recomenda-se incluir no Relatório Ambiental as seguintes orientações: ☐ Considerar de uma forma individualizada os riscos naturais mistos e tecnológicos como Fatores Críticos Decisão ou Fatores Ambientes (FA); ☐ Incluir no quadro de referência estratégico a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, o Plano Nacional para a Gestão Integrada de Fogos Rurais adotado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45-A/2020, de 16 de junho, Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Setúbal; Plano de emergência Externo de Alcochete; ☐ Descrever/identificar: potenciais efeitos ambientais introduzidos pelas propostas do plano ao nível da segurança de pessoas e bens (nomeadamente, agravamento, mitigação ou sem efeitos); ☐ Ponderar efeitos significativos, a nível dos riscos naturais e tecnológicos provocados pela implantação do plano;	Acolhido. O FCD4 foi reforçado com avaliação individualizada dos riscos e da segurança de pessoas e bens, atualização do QRE, análise dos efeitos climáticos e tecnológicos, consideração do gasoduto e do estabelecimento abrangido pelo regime Seveso, análise de alternativas, medidas prioritárias e indicadores de monitorização da vulnerabilidade e eficácia das medidas.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
☑ Apresentar ponderação dos efeitos das alterações climáticas e da necessidade de introdução de medidas de adaptação face a intensificação dos fenómenos extremos/ aumento da perigosidade e exposição; ☑ Reforçar as métricas de avaliação apontadas, com vista a acautelar todos os riscos existentes, (exemplo: ocorrências riscos/ Projetos com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º e localização/área abrangida)); ☑ Incluir no quadro14 – indicadores por FC a “segurança de pessoas e bens; ☑ Incluir no quadro 15. Diretrizes, a consideração dos riscos tecnológicos dada a presença do gasoduto e da U.I. Maxam (Seveso); ☑ Prever propostas alternativas em função da ponderação dos FCD riscos naturais tecnológicos e mistos; ☑ Reforçar as diretrizes e medidas de prevenção, precaução e mitigação dos riscos; ☑ Prever a monitorização dos efeitos e da eficácia das medidas a implementar.	
6. Orientações e recomendações adicionais ☑ Atualização e reforço da análise de risco nos estudos de caraterização e peças desenhadas associadas;	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização de julho de 2021 já incluem um capítulo autónomo de Riscos e Proteção Civil, suportado no Estudo de Caracterização e Identificação de Riscos do Município de Alcochete (2015) e no diagnóstico do PROTAML, abrangendo riscos naturais, tecnológicos e ambientais. O RA reformulado reforça a avaliação estratégica destes riscos. Mantém-se, contudo, necessária a atualização das referências, cartografia e instrumentos de 2021 nas peças próprias do Plano sempre que existam elementos mais recentes.
☑ Reforçar a articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil Municipal e com a informação constante dos planos de Protecção civil aplicáveis (PEPCD de Setubal, Plano Emergência Externo de Alcochete, Plano Especial Emergência de Protecção Civil para o Risco Sísmico AML e concelhos limítrofes.	Acolhido. Os Estudos de Caracterização de 2021 registavam, à data, a inexistência de Plano Municipal de Emergência e recorriam a outros estudos e instrumentos de risco. A segunda revisão do RA deixa de pressupor a existência de um plano municipal específico e determina a articulação com o Serviço

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
	Municipal de Proteção Civil, a ANEPC e os instrumentos de emergência e proteção civil efetivamente aplicáveis e vigentes.
- Rever e corrigir informações e referências legislativas revogadas associadas aos riscos e /ou planos de emergência e proteção civil (Exemplo no Relatório de proposta -1ª Revisão do PDM de Alcochete – Relatório de Proposta ponto 3.1.2.5 Perigosidade de incêndio alta e muito alta, pág.21 e informações referentes ao PMEPC de Alcochete)	Acolhido parcialmente. No RA, as referências relativas a riscos e fogos rurais foram enquadradas como informação histórica quando provenientes dos Estudos de 2021, passando a execução do Plano a remeter para o SGIFR, cartografia e instrumentos vigentes. Os Estudos de Caracterização mantêm referências datadas, designadamente ao PIMDFCI 2015-2019, pelo que a sua atualização documental deve ser assegurada se integrarem a versão final do processo.
- Assegurar o cumprimento do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais (SGIFR) aprovado pelo DL n.º 82/2021 de 13 outubro e integrar as normas e disposições no regulamento do plano	Acolhido. O RA passou a considerar o SGIFR e o Decreto-Lei n.º 82/2021, na redação em vigor, no enquadramento e nas medidas do FCD4. A integração normativa específica no Regulamento constitui matéria própria da proposta de Plano.
- Assegurar o cumprimento do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios aprovado pelo decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro, na sua redação atual, Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios aprovado pela Portaria n.º 1532/2008, de 29 dezembro, na sua atual redação e demais portarias complementares acautelando nesta fase: i. critérios de segurança relativos as condições exteriores de segurança e acessibilidade a edifícios e recintos; ii. disponibilidade de água para abastecimento e prontidão dos meios de socorro, dando preferência a colocação de marcos de água; iii. área de estacionamento especial de reserva para as viaturas de socorro.	Acolhido parcialmente. O RA reforçou as medidas relativas à segurança, acessibilidade e prontidão dos meios de socorro no FCD4. Os requisitos técnicos específicos de segurança contra incêndio em edifícios e recintos aplicam-se nos termos da legislação própria e não são reproduzidos exaustivamente no RA.

APA

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
No capítulo 2, Objetivos e metodologia da AAE, importa referir que a consulta pública e a elaboração da Declaração Ambiental fazem ainda parte da 2ª fase da AAE, sendo a 3ª fase relativa ao seguimento da AAE, que prevê a elaboração anual de relatórios de avaliação e controlo. Assim, deve retificar-se o referido na página 5.	Acolhido. A metodologia foi corrigida, passando a consulta pública e a Declaração Ambiental a integrar a 2.ª fase e ficando a 3.ª fase reservada ao seguimento, avaliação e controlo da AAE.
Da mesma forma a Figura 1 – Faseamento de elaboração da 1.ª Revisão do PDMA e da AAE deve ser retificada, uma vez que o objetivo da fase de seguimento não é “monitorização do plano”, como referido, mas da AAE do plano, que são dois processos diferentes com objetivos distintos.	Acolhido no texto metodológico. O RA distingue expressamente o seguimento da AAE da monitorização da execução urbanística do PDM, clarificando os objetivos próprios de cada processo.
Verifica-se que toda a caracterização do objeto de avaliação está baseada em dados de 2011; julga-se que o RA poderia ser atualizado com os dados do Censos 2021, disponíveis no site do INE.	Acolhido parcialmente. O RA foi atualizado com os Censos 2021 quanto à população residente. Os Estudos de Caracterização, datados de julho de 2021, mantêm parte da caracterização demográfica, habitacional e da mobilidade baseada nos Censos 2011 e em dados intercalares até 2017/2019. A segunda revisão do RA explicita esta limitação, identifica esses dados como séries históricas e prevê a sua atualização quando existam valores equivalentes mais recentes.
Foram definidos quatro FCD na presente AAE, que se consideram bem justificados no Quadro 4, a saber: 1. Valorização dos Sistemas Naturais 2. Atração e Fixação Humana 3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica 4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas Contudo, os FCD não têm a mesma designação em todo o documento (ex. FCD 4 no Quadro 4 e 5), aspeto a uniformizar na revisão do RA.	Acolhido. As designações dos quatro FCD foram uniformizadas ao longo da versão reformulada do RA.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Concorda-se globalmente com o Quadro de Referência Estratégico (QRE) apresentado. No entanto, julga-se que devia ser considerado adicionalmente o seguinte instrumento da política climática nacional: Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho. O Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2016) encontra-se revogado pela RCM que aprovou o PNEC, pelo que pode ser retirada esta referência.	Acolhido. O RNC 2050 foi incluído no QRE e a referência ao PNAEE 2016 foi retirada, passando a avaliação energética e climática a articular-se com os instrumentos atualmente considerados no QRE.
Importa ainda referir que o PENSAAR 2020 encontra-se em revisão. Com o fim do período temporal deste plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, incluindo no seu âmbito de aplicação não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais, mas também a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030). A nova estratégia terá como objetivo assegurar a sustentabilidade do setor a longo prazo, constituindo-se como o instrumento norteador das políticas para o ciclo urbano da água, nomeadamente na resposta aos desafios que se colocam por força das alterações climáticas.	Acolhido. O QRE foi atualizado com o PENSAARP 2030, integrando o abastecimento de água, águas residuais e águas pluviais no enquadramento estratégico da AAE.
No que respeita ao quadro 8, que sistematiza os critérios de avaliação, os objetivos ambientais e de sustentabilidade e os indicadores, por FCD, relembra-se que os indicadores devem apresentar unidade de medida e fonte de informação.	Acolhido. Os indicadores do quadro de critérios de avaliação passaram a apresentar unidade de medida e fonte de informação.
Deve proceder-se à correção da designação de 'Resíduos Sólidos Urbanos' (RSU) para 'Resíduos Urbanos' (RU), atendendo ao previsto na legislação atualmente em vigor em matéria de resíduos.	Acolhido. A terminologia foi atualizada para «Resíduos Urbanos (RU)». Os Estudos de Caracterização de 2021 ainda utilizam a designação «Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)» em vários trechos, pelo que essa terminologia deverá também ser atualizada caso os Estudos integrem a versão final consolidada do Plano.
O capítulo 7 do RA apresenta um conjunto de diretrizes de seguimento. Uma vez que no Quadro 13 é apresentado um elevado número de medidas de planeamento e gestão, sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas/ calendarizadas, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/ monitorização da AAE.	Acolhido. As medidas de planeamento e gestão foram revistas e passaram a incluir prioridade, horizonte temporal e entidades responsáveis/articulação. Foi também reforçada, ao longo da avaliação e nas conclusões, a articulação entre a AAE e a proposta de Plano de 2026.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Recorda-se que o Relatório do PDM deve demonstrar de forma clara a articulação da proposta de revisão do PDM com a AAE realizada e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano.	
A página 94 do RA refere que “na Declaração Ambiental a emitir serão apurados os valores de base, bem como as metas a atingir, para todos os indicadores identificados”. No entanto, esse apuramento deveria ser já apresentado na próxima versão do RA para consulta pública. Nessa mesma página são apresentados os indicadores de sustentabilidade que servirão de base à implementação do Plano de Controlo, durante o período de execução do Plano. Considera-se que o número de indicadores apresentado é excessivo (40 indicadores), devendo haver ainda um esforço de síntese. O programa de seguimento deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. A experiência mostra que Planos que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE. Relembra-se que os indicadores usados na avaliação e análise tendencial não têm de ser obrigatoriamente os mesmos do plano de monitorização. Para além disso faltam as unidades de medida, as metas e as fontes de informação para cada indicador. Os indicadores apresentados devem encontrar-se associados a valores de referência (correspondentes ao posicionamento do município), determinantes para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação da Revisão do PDM, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, o que terá de se verificar nas fases seguintes do procedimento de AAE.	Acolhido parcialmente. O programa de seguimento foi reduzido para 18 indicadores e estruturado com unidade, valor de referência, meta/critério, fonte e periodicidade. Quando os elementos disponíveis não permitem fixar um valor de base documentado, prevê-se a sua consolidação no ano 0 de execução do Plano.
Embora na página 4 seja referido que “No RA são apresentadas as razões que justificam as opções e alternativas escolhidas para atingir os objetivos propostos, e descritas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação da 1.ª Revisão de PDM”, verifica-se que o relatório não apresenta um estudo de alternativas.	Acolhido parcialmente. Foi incluída uma justificação sobre a não consideração de alternativas.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Uma das grandes mais valias da aplicação do instrumento de AAE é a identificação de opções alternativas de desenvolvimento, pelo que a avaliação ambiental da 1ª Revisão do PDM de Alcochete deveria ser focalizada na preparação da melhor opção possível numa ótica de sustentabilidade, não se limitando ao estudo por comparação com a “alternativa zero”, ou seja, com o cenário de evolução na ausência desta Revisão do PDM. Este aspeto pode ainda ser apresentado na próxima versão do RA a desenvolver.	
De acordo com as Boas Práticas existentes em matéria de AAE, recomenda-se que na próxima versão do RA, a desenvolver, sejam identificadas explicitamente as autoridades ambientais e de saúde a consultar, bem como o público-alvo e as ONG que eventualmente se poderão pronunciar sobre este Relatório.	Acolhido. O capítulo de envolvimento público e institucional identifica explicitamente as autoridades ambientais e de saúde, outras entidades setoriais relevantes, o público-alvo, associações e organizações não governamentais.
Existem ainda alguns lapsos que importa corrigir: - O quadro 3 aparece depois do quadro 7	Acolhido. A situação editorial foi corrigida na segunda revisão do RA.
- Na página 30 consta a seguinte frase: “proceder-se-á à avaliação ambiental e de sustentabilidade da proposta da Alteração do Plano, procedendo-se à adaptação do Relatório Ambiental desenvolvido no âmbito da 1.ª Revisão do PDMM”. Uma vez que este RA não diz respeito a uma alteração, mas a uma primeira revisão, e que não se trata do PDMM mas do PDMA, importa corrigir este lapso.	Acolhido. A referência incorreta a «Alteração do Plano» e «PDMM» foi eliminada, sendo a avaliação reportada à 1.ª Revisão do PDM de Alcochete (PDMA).
Por fim, juntamente com o RA deverá ser apresentado um Resumo Não Técnico (RNT), como previsto legalmente. Este deve ser um documento autónomo, sintético, não excedendo as 20 páginas (excluindo cartografia, se necessário). A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos.	Comentário de natureza procedimental. Foi apresentado o RNT em conformidade.
- Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e também na elaboração do RNT.	Acolhido. Os comentários das entidades foram incorporados na versão reformulada do RA, designadamente nos FCD, QRE, análise de alternativas, diretrizes e programa de seguimento.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
- Salienta-se que a ponderação dos contributos das ERAE deve constar no RA a desenvolver, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.	Acolhido. O RA passou a incluir uma síntese da ponderação dos pareceres e o presente Anexo 1 explicita, comentário a comentário, a respetiva apreciação pela equipa técnica.
- Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública.	Tomado conhecimento. A versão final do RA deverá incorporar igualmente os resultados da consulta pública e de eventuais consultas institucionais subsequentes.
- Os resultados das consultas institucional e pública deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.	Tomado conhecimento. Os contributos das consultas deverão ser refletidos na proposta de Plano sempre que sejam materialmente pertinentes, matéria a assegurar na consolidação final das peças do PDM.
- Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA a disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.	Tomado conhecimento. A elaboração, assinatura, envio e disponibilização da Declaração Ambiental constituem uma fase posterior à aprovação do Plano e encontram-se enquadradas na metodologia do RA.
- Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão do Plano em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE.	Tomado conhecimento. Trata-se de uma recomendação a concretizar no ato de publicação/aprovação do Plano, não implicando alteração específica ao conteúdo do RA.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.	Acolhido. O capítulo de seguimento estabelece avaliação e controlo dos efeitos ambientais com periodicidade mínima anual, divulgação dos resultados e remessa à APA, incluindo verificação da eficácia das medidas e correção de efeitos negativos imprevistos.
- Mais se informa que toda a informação relevante sobre a AAE encontra-se sistematizada no site da APA no seguinte link:	Tomado conhecimento. As orientações e notas técnicas da APA em matéria de AAE foram consideradas como referência metodológica na reformulação do RA.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica Conclusão do parecer emitido sobre o relatório ambiental Face ao exposto, concorda-se, na generalidade, com o RA analisado, considerando-se que a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no presente parecer relativo à apreciação do RA da 1ª Revisão do PDM de Alcochete, encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão do RA a sujeitar a discussão pública. Deverá ser elaborado um Resumo Não Técnico, como previsto no Regime Jurídico de AAE. Salienta-se que a ponderação dos contributos das entidades deve constar em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados. Relembra-se que deve ser clara a articulação da proposta de Revisão do PDM com a AAE realizada. De acordo com o definido no RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de Revisão do PDM e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do Plano deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano. No seguimento do exposto emite-se parecer favorável condicionado à consideração das questões apontadas acima.	
2. Parecer sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)- ERIP Apreciado o pedido formulado no que diz respeito à pronúncia pela APA, enquanto Entidade Representativa de Interesses a Ponderar, nos termos do RJIGT em vigor, e no seguimento da análise do PDM e dos instrumentos legais aplicáveis foi apreciada a proposta de plano que será distinguida em função das diferentes competências da APA, nomeadamente Recursos Hídricos e Prevenção de Acidentes Graves.	Acolhido no essencial. A versão reformulada integra as recomendações substantivas da APA, incluindo atualização do QRE e dos dados demográficos, ponderação de pareceres, priorização de medidas e revisão do programa de seguimento. As obrigações relativas ao RNT, consulta pública e Declaração Ambiental serão concretizadas nas fases procedimentais próprias. Tomado conhecimento. As matérias ambientais relevantes para a proposta de Plano, designadamente recursos hídricos e riscos tecnológicos, foram consideradas nos FCD1, FCD2 e FCD4. A apreciação detalhada da proposta enquanto ERIP não constitui, por si só, alteração autónoma do RA.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
2.1 Estudos de Caracterização e Diagnóstico Ao longo do presente parecer são identificadas algumas falhas de caracterização e diagnóstico que devem ser revistos. Para maior apoio à decisão sugere-se a revisão do diagnóstico através do método de análise SWOT, com a exposição das pressões sobre os recursos hídricos e as possíveis oportunidades de correção.	Acolhido parcialmente. O RA mantém a análise tendencial/SWOT e reforça as pressões, oportunidades e riscos associados aos recursos hídricos. Os Estudos de Caracterização de julho de 2021 contêm já capítulos específicos sobre recursos hídricos, uso do solo, infraestruturas e riscos; a atualização de detalhe e de dados posteriores a 2021 permanece matéria das peças próprias do Plano.
Importa referir que os Estudos de Caracterização e Diagnóstico deveriam ter sido apresentados à APA-ARHTO, para apreciação, numa fase prévia à elaboração da proposta de revisão do PDM e não na fase final. Considera-se que os ECD se apresentam bastante completos. No que respeita aos recursos hídricos considera-se, porém, que os mesmos deveriam ser complementados nas seguintes matérias: a) Usos do Solo A identificação dos usos do solo contribui para a perceção da situação atual em termos de ocupação, bem como para a definição de áreas de risco de erosão hídrica do solo e risco de contaminação dos sistemas aquíferos, devendo ser analisados os seguintes aspetos: A apresentação de uma caracterização e avaliação da ocupação atual do solo. A identificação de constrangimentos existentes.	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização já apresentam a ocupação do solo com base na COS2018 e identificam usos urbanos, agrícolas, florestais, industriais, infraestruturas, extração de inertes e áreas de deposição de resíduos. O RA utiliza esta base na avaliação estratégica e articula-a com a proposta de 2026. A atualização cartográfica e a identificação exaustiva de constrangimentos mantêm-se nas peças próprias do Plano.
b) Recursos Hídricos Superficiais Com vista à determinação do estado dos recursos hídricos superficiais, bem como dos riscos para pessoas e bens existentes, deverão ser analisados os seguintes aspetos: A apresentação de um enquadramento na bacia hidrográfica e sub-bacias hidrográficas, com respetiva caracterização, designadamente no que diz respeito ao grau de impermeabilização;	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização incluem a rede hidrográfica principal, hidrogeologia, zonas ameaçadas pelas cheias e análise de riscos; o RA considera estes elementos nos FCD1 e FCD4. Não se encontra, contudo, nos Estudos disponibilizados, uma caracterização completa por sub-bacias e do grau de impermeabilização nos termos detalhados solicitados, pelo que esta componente permanece parcialmente atendida.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Foi realizada no âmbito da REN a identificação da rede hidrográfica de base considerando-se porém que importava fazer uma caracterização desta, contemplando toda a rede existente, nomeadamente a ponderação dos cursos de água a serem reabilitados, repostos, recuperados ou substituídos por traçado alternativo (quando não estiver devidamente fundamentado o seu “desaparecimento”, de modo a assegurar a drenagem de todo o território). Avaliação das condições de escoamento, com identificação e caracterização de troços e pontos críticos da rede hidrográfica, designadamente áreas degradadas da secção de escoamento e dos taludes, descontinuidades, pontes, estrangulamentos (secção de vazão de passagens hidráulicas, etc); Identificação e caracterização dos principais usos associados às águas superficiais; Identificação e caracterização, caso existam, das estruturas de defesa e regularização de caudais, assim como das estruturas hidráulicas, designadamente no que se refere ao seu estado de conservação e eficácia; A identificação e caracterização de todas as lagoas, lagos, albufeiras, pauis, etc., presentes na área em estudo; A identificação e caracterização das áreas de interesse ecológico, classificadas ou não, nomeadamente no que se refere ao seu estado de conservação e constrangimentos existentes; Identificação e caracterização da vegetação ripícola, a qual deverá constar nos estudos de caracterização e diagnóstico;	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização identificam a rede hidrográfica e os principais sistemas hídricos, mas não evidenciam de forma completa o inventário de todos os troços/pontos críticos, estruturas hidráulicas, estados de conservação e necessidades de reabilitação solicitados. O RA reforçou as medidas de proteção e recuperação ecológica, mantendo-se a caracterização hidráulica de detalhe nas peças próprias do Plano.
Foi realizada, também no âmbito do processo de revisão da REN, a identificação, caracterização e avaliação do risco de ocorrência de cheias e inundações, considera-se porém que importaria ainda complementar, no âmbito do PDM as seguintes questões:	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização identificam as zonas ameaçadas pelas cheias com base na proposta de REN de 2019, abrangendo 1 418,18 ha (11,05% do concelho), e descrevem as áreas potencialmente afetadas. A segunda revisão do RA integra esta informação como referência histórica e avalia os efeitos da proposta de

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
- A informação sobre as cotas de cheias para o período de retorno de 100 anos em diferentes pontos ao longo dos cursos de água. - Face aos riscos identificados deverão ser identificadas medidas e áreas críticas de intervenção de regularização, construção de bacias de retenção, limpeza, eliminação de barreiras ao escoamento, entre outras. Identificação e caracterização da quantidade e qualidade dos cursos de água identificando necessidades de intervenção.	2026, remetendo a decisão e o seguimento para a delimitação da REN e cartografia de risco vigentes.
c) Qualidade dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos Deverá, ainda, ser apresentada uma caracterização do estado das massas de água superficiais e subterrâneas, nomeadamente: da qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas existentes, para os diferentes usos; identificada(s) a(s) fonte(s) poluidora(s), pontuais e difusas, e natureza da poluição provocada, incluindo os riscos de contaminação dos solos e potencial contaminação dos aquíferos, caso existam, (p. ex. áreas industriais, zonas urbanas abandonadas e/ou degradadas). Verifica-se que, na fig. 56 dos ECD, foram localizadas em planta as AEPRAs identificando-se ainda uma suscetibilidade à contaminação dos aquíferos elevada e extremamente elevada de 50% a 75% da área do concelho. Importaria ainda cruzar esta suscetibilidade com a ocorrência de atividades com risco de contaminação ou ocorrência de fontes poluidoras sobre estas áreas, salientando-se o aumento da probabilidade de ocorrência de contaminação de águas subterrâneas, decorrente da sobreposição dos dois fatores.	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização apresentam informação relevante sobre recursos hídricos subterrâneos e fontes de pressão: 67% do concelho com suscetibilidade muito elevada à poluição do aquífero superficial e 28% elevada, além de potenciais pressões associadas a atividades agropecuárias, nitratos, fossas e extração de inertes. O RA integra esta base e reforça os indicadores; a atualização do estado das massas de água e o cruzamento cartográfico sistemático com todas as fontes de poluição dependem de informação mais recente/específica.
d) Zonas Protegidas De acordo com a Lei da Água, constituem zonas protegidas: As zonas designadas por normativo próprio para a captação de água destinada ao consumo humano;	Acolhido ao nível estratégico. O FCD1 considera a RNET, Rede Natura 2000, zonas húmidas e demais regimes de proteção relevantes, com medidas de salvaguarda e monitorização. A delimitação e caracterização de detalhe das zonas protegidas integram as peças territoriais do Plano.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
- As zonas vulneráveis e as zonas designadas como zonas sensíveis e respetiva área de influência; - As zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora selvagens e a conservação das aves selvagens em que a manutenção ou o melhoramento do estado da água seja um dos fatores importantes para a sua conservação, incluindo as Zonas de Proteção Especial (ZPE), as Zonas Protegidas e os sítios RAMSAR;	
e) Zonas Costeiras/Estuarinas As zonas costeiras ou estuarinas são áreas que apresentam uma elevada sensibilidade e dinâmica, às quais se associa a necessidade de salvaguarda de valores naturais e de pessoas e bens, sendo identificados e caracterizados os sistemas naturais em presença (dunas, sapais, etc);	Acolhido ao nível estratégico. O RA caracteriza e avalia a sensibilidade do estuário, sapais, salinas e restantes sistemas húmidos, considerando os riscos de pressão urbanística e turística. A caracterização cartográfica de detalhe deve ser assegurada nos Estudos de Caracterização.
f) Infraestruturas i) Drenagem e tratamento de águas residuais De modo a garantir, de acordo com a Lei da Água, a proteção da água, e a sua utilização sustentável, na caracterização/diagnóstico deverão ainda ser: - Identificados os equipamentos de drenagem e tratamento de águas residuais existentes, tais como estações elevatórias, estações de tratamento e sua caracterização, designadamente no que se refere à evolução da população servida, níveis de tratamento, existência de equipamentos de reserva, qualidade do serviço (p.e. falhas de serviço) entre outros aspetos; - Caracterização socioeconómica e perspetivas evolutivas com base nos cenários de evolução da população municipal, em particular dos usos da água e da ocupação geradora de efluentes e consequente capacidade das infraestruturas existentes; - Caracterizadas as potencialidades e vulnerabilidades em presença, designadamente, distância das ETAR a habitações, tipologia das redes de drenagem (separativas/unitárias), percentagem de água tratada reutilizada, etc;	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização já descrevem os subsistemas de drenagem, as ETAR e a organização da gestão, indicando, como referência, 91% da população servida por rede de drenagem de águas residuais em 2017. A revisão do RA passou a explicitar esta situação de base e mantém um indicador de cobertura e uma medida de verificação prévia da capacidade das redes. Os valores deverão ser atualizados com dados oficiais à entrada em vigor do Plano.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Identificados os pontos de descarga e caracterizados os usos e características dos meios recetores dos efluentes.	
ii) Sistemas de recolha e encaminhamento de águas pluviais; De modo a garantir, de acordo com a Lei da Água, a proteção da água, e a sua utilização sustentável, na caracterização/diagnóstico deverão ser: · Identificados e caracterizados os equipamentos de recolha e encaminhamento de águas pluviais existentes em áreas urbanas, vias públicas, incluindo caracterização do sistema unitário ou separativo, falhas no sistema, possível ocorrência de águas pluviais contaminadas, identificação de áreas não servidas por sistema de recolha de águas pluviais, qualidade do serviço (p.e. falta de capacidade do sistema para escoamento de eventos de precipitação com tempos de retorno de 10, 20, 50 ou 100 anos) entre outros aspetos; · Quantificação e avaliação do potencial aproveitamento das águas pluviais para regas, lavagens de ruas, entre outros.	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização referem o esforço municipal de separação dos sistemas pseudo-separativos e a criação de redes separativas de águas pluviais nas zonas urbanas. Contudo, não apresentam de forma completa o inventário e caracterização de todos os equipamentos, áreas não servidas, falhas de capacidade e verificação para diferentes períodos de retorno solicitados. O RA incorpora medidas de retenção/reutilização, permeabilidade e verificação da capacidade da drenagem pluvial.
Atendendo a que no presente parecer são identificadas alterações a efetuar na delimitação de algumas tipologias de REN Bruta, nomeadamente “águas de transição e respetivos leitos e margens e faixas de proteção”, “zonas ameaçadas pelas cheias” e “sapais”, alerta-se para que estas alterações deverão ser refletidas nas peças desenhadas relativas aos estudos de caracterização e diagnóstico, nomeadamente “PDMA_EC_04_ErHidricSolo-ZAC”, “PDMA_EC_05_Val_Naturais”. Em cada capítulo descrito deverá ser apresentada a caracterização dos conteúdos referidos e, no final de cada capítulo, deverá constar uma breve síntese e análise da situação de referência apresentada por forma a facilitar a elaboração de um diagnóstico prospetivo e base programática para a elaboração da proposta de modelo de desenvolvimento territorial do PDM em revisão.	Acolhido parcialmente. Os Estudos de Caracterização utilizam a proposta de delimitação da REN de 2019, incluindo as zonas ameaçadas pelas cheias. O RA avalia a versão atual da proposta do Plano e reforça as salvaguardas associadas. A incorporação das alterações específicas à REN referidas no parecer deve ser confirmada nas peças cartográficas finais, não sendo possível demonstrá-la apenas com os Estudos de Caracterização de 2021.

CCDR LVT

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
O Relatório Ambiental (RA) é apresentado em cumprimento do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho de 2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio. O RA procede ao enquadramento legal da AAE, descreve os objetivos e metodologia da AAE; apresenta o objeto de avaliação; identifica e descreve os FCD e os elementos estratégicos estruturantes (Questões Estratégicas, Objetivos estratégicos, Quadro de Referência Estratégico, Questões Ambientais, Critérios e Indicadores para a AAE Avaliação); procede à Avaliação Ambiental Estratégica do Modelo Territorial por Fator Crítico de Decisão; e finaliza com um Plano de Controlo com indicadores de monitorização do Plano, um Quadro de Governança do Plano e Conclusão.	Tomado conhecimento. A estrutura geral do RA foi mantida, tendo sido objeto de reformulação e atualização nos aspetos identificados nos pareceres e na proposta de Plano de 2026.
É apresentada a convergência entre as QE do PDM de Alcochete com os FCD, no quadro 5 do RA. O QRE enquadra a Avaliação Ambiental do plano tendo por referência os objetivos e/ou metas estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade num conjunto de documentos estratégicos relevantes que fixam políticas, programas e/ou planos de índole internacional, nacional e regional bem como sectorial, no quadro 6 do RA, sendo referido que este foi atualizado devido ao tempo decorrido entre a apresentação do RFCD (1ª fase da AAE) e o RA.	Acolhido. Mantém-se a articulação entre Questões Estratégicas, FCD e QRE, tendo o QRE sido atualizado e ampliado para refletir instrumentos estratégicos atuais e relevantes para a AAE.
É apresentada a convergência entre o QRE com as QE do PDM, no quadro 7 do RA. Sendo destaca-se a afinidade dos objetivos estratégicos da Revisão do PDM com os seguintes instrumentos do QRE: PNPOT, PROT AML, DQA, PNA 2015, PGRH 5A e a ET27. São apresentadas as Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD, no quadro 3 do RA.	Acolhido. Foi reforçada a análise de coerência entre o QRE, as Questões Estratégicas e os FCD, mantendo-se a identificação dos fatores ambientais relevantes em cada FCD.
A avaliação por FCD considera a avaliação dos objetivos por critérios e indicadores, sendo desenvolvida a análise de tendências de evolução (SWOT- evolução prevista – com plano Oportunidade e Ameaças /Forças e Fraquezas - sem plano) e de efeitos esperados (oportunidades e riscos) por FCD; FCD1 – Valorização dos Sistemas Naturais, critérios de avaliação: Valorização dos sistemas húmidos, Valorização dos sistemas naturais não húmidos, Serviços dos ecossistemas.	Acolhido. A avaliação por FCD foi atualizada com base na proposta de 2026, revendo critérios, indicadores, oportunidades, riscos, medidas de planeamento e gestão e programa de seguimento.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
- FCD2 – Atração e Fixação Humana, critérios de avaliação: Habitação, Vivência urbana e serviços de proximidade, Mobilidade Qualidade do ambiente municipal; - FCD3 – Identidade Cultural e Dinâmica Económica , critérios de avaliação: Atividades económicas valorizadoras da identidade municipal, Pólos de empregabilidade, Manutenção e valorização do património cultural; - FCD4 – Riscos, Energia e Alterações Climáticas, critérios de avaliação: Eficiência energética nos transportes, edificação e atividades económicas, Aproveitamento de FER, Adaptação e mitigação às alterações climáticas. Por fim, são apresentadas as diretrizes de seguimento com a definição de medidas de planeamento e gestão por FCD e de indicadores de monitorização por FCD.	
SÍNTESE: O RA responde globalmente aos objetivos do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho de 2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, apresentando uma estrutura adequada. No entanto, analisado o seu conteúdo, identificam-se algumas lacunas e imprecisões, nomeadamente:	Acolhido. As lacunas identificadas na síntese do parecer foram analisadas individualmente e deram origem às alterações indicadas nos pontos seguintes.
Muito embora se reconheça que o QRE foi atualizado, verifica-se, contudo, que não contempla documentos estratégicos relevantes pela suas atualidade e âmbito, com destaque para: o RNC 2050 e o PERNU 2030, com consequências ao nível da Avaliação, aspeto particularmente preocupante no atual contexto;	Acolhido. O QRE passou a incluir o RNC 2050 e o PERNU 2030, entre outros instrumentos atualizados com relevância para os FCD.
Tendo em conta o ponto anterior, verifica-se que a Avaliação não contempla devidamente as problemáticas atuais associadas à atividade agrícola e florestal, como por ex.: os resíduos não urbanos, as pecuárias, os plásticos agrícolas, a poluição por nitratos, a eficiência hídrica, entre outros aspetos;	Acolhido. O FCD1 passou a considerar explicitamente resíduos não urbanos, plásticos agrícolas, efluentes pecuários, poluição por nitratos e eficiência hídrica, com medidas e indicadores específicos.
A avaliação dos FCD aparenta incidir ao nível da estratégia e objetivos, não refletindo o conhecimento integral da Proposta de Plano, não analisando em particular a componente referente à identificação dos valores do património natural e paisagístico enquanto Valores Culturais e Naturais, sendo	Acolhido. A avaliação foi revista à luz da proposta de Plano de 2026, reforçando no FCD1 a proteção dos valores naturais e paisagísticos e

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
insuficiente a avaliação dos riscos resultantes das atividades humanas e em particular do turismo sobre as áreas de maior sensibilidade ecológica;	a avaliação dos efeitos das atividades agrícolas, florestais e turísticas sobre áreas ambientalmente sensíveis.
A caracterização da população não reflete os resultados dos últimos Censos, encontrando-se desatualizada;	Acolhido parcialmente. O RA atualiza a população residente com os Censos 2021. Atendendo a que os Estudos de Caracterização de julho de 2021 ainda assentam, em várias componentes demográficas, habitacionais e de mobilidade, nos Censos 2011 e dados intercalares, a segunda revisão do RA explicita a natureza histórica desses elementos e a necessidade de atualização dos indicadores detalhados quando existam dados mais recentes.
Não é apresentada a avaliação dos FCD face ao QRE;	Acolhido. O RA passou a explicitar a coerência dos FCD face ao QRE e reforçou a articulação entre os instrumentos estratégicos, as Questões Estratégicas e a avaliação por FCD.
O FCD 3 apresenta diferentes designações (Identidade Cultural e Dinâmica Económica / Turística);	Acolhido. A designação foi uniformizada para «FCD3 – Identidade Cultural e Dinâmica Económica».
A “Qualidade do Ambiente Municipal” constitui um dos critérios de avaliação do FCD “Atração e fixação humana”, com o qual o município pretende avaliar as questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano e rural, nomeadamente ao nível do saneamento, gestão de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído bem como da prevenção dos riscos tecnológicos. Para tal, e sem fazer qualquer referência à situação acústica atual, às metas pretendidas, aos efeitos esperados com a implementação do plano, às unidades de medida e às metodologias a utilizar, o RA define como indicador a “evolução da qualidade do ar, ruído e água”. Entre as oportunidades identificadas como um contributo positivo para a atratividade e fixação da população, promotoras da resolução de conflitos urbanísticos, destaca-se a “criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial”, a “potenciação do investimento turístico”, a “regeneração e expansão de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade empresarial e industrial”, o “reforço e beneficiação da rede rodoviária”. Sem que seja identificada a contribuição do plano para a melhoria ou agravamento da qualidade do	Acolhido no RA, condicionado à articulação com o Mapa de Ruído atualizado. O FCD2 passou a avaliar especificamente o ambiente sonoro com base no zonamento acústico e nas disposições da proposta de 2026, incluindo efeitos do tráfego e das atividades económicas/turísticas, medidas de redução e indicadores de exposição. Os Estudos de Caracterização de 2021 apenas identificam o Mapa de Ruído como elemento que acompanha o PDM, não permitindo, por si só, validar a situação acústica atual.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
ambiente sonoro, o RA refere que “caso se venham a identificar zonas onde os valores limites legais sejam excedidos, originando zonas de conflito, deverão ser aplicadas as medidas de redução previstas no Plano de Redução do Ruído ou, na sua ausência, as medidas regulamentadas na Lei Geral do Ruído”. Para além de se tratar de uma medida de planeamento e gestão de carácter puramente teórico e aplicação geral, desgarrada das características específicas do território e da proposta, a sua aplicabilidade também não se encontra garantida uma vez que se afigura não existir Plano Municipal de Redução de Ruído e as únicas medidas regulamentadas no Regulamento Geral do Ruído aplicáveis à fase de planeamento municipal terão de ser garantidas no âmbito do procedimento de elaboração da proposta.	
• Verifica-se que a gestão de resíduos é referida no FCD2 e para o Critério de Avaliação – Qualidade do ambiente municipal - Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano e rural, nomeadamente ao nível do saneamento, gestão de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído bem como da prevenção dos riscos tecnológicos, sendo estabelecidos os seguintes indicadores – Fontes de poluição e taxa de investimento na recuperação dos passivos ambientais; Variação da população servida por sistema de abastecimento, sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU. Os indicadores escolhidos não refletem as metas estabelecidas no PERSU 2020+, o único diploma que consta do QRE (Quadro 1 – Quadro de Referência Estratégico para o PDMA). Em nenhum dos documentos que integram a revisão do PDM é feita qualquer referência à existência de passivos ambientais.	Acolhido parcialmente. O QRE e os indicadores de resíduos foram atualizados e articulados com o PERSU 2030. Os Estudos de Caracterização não identificam formalmente passivos ambientais, mas assinalam áreas industriais em atividade ou abandonadas, áreas de extração de inertes e áreas de deposição de resíduos. A segunda revisão do RA passa, por isso, a acompanhar «áreas degradadas/loais potencialmente contaminados» e apenas utiliza a designação «passivo ambiental» quando exista identificação formal.
No Quadro 13 - Medidas de Planeamento e Gestão são indicadas as medidas de planeamento e gestão para cada FCD, concordando-se com as medidas assinaladas e que se transcrevem • Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos eventualmente existentes. • Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos. • Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.	Acolhido. As medidas de gestão de resíduos foram reforçadas, incluindo prevenção, reutilização, reciclagem, recolha seletiva, erradicação de depósitos ilegais e alinhamento com o PERSU 2030, com indicadores de acompanhamento.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
Contudo, estas medidas não refletem integralmente as obrigações a que as Câmaras estão sujeitas, atentos ao quadro legislativo em matéria de gestão de resíduos, Considera-se que este é o momento para que as autarquias alinhem a sua política com as orientações governativas em termos de gestão de resíduos.	
Considera-se, assim, que o Relatório Ambiental deve ainda ser melhorado, devendo atender às questões acima identificadas.	Acolhido. O RA foi reformulado nos aspetos assinalados pela CCDD LVT, designadamente QRE, atividades agrícolas/florestais, recursos hídricos, turismo em áreas sensíveis, ambiente sonoro, resíduos, população e seguimento.

Direção-Geral do Património Cultural

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
2.3.2. O RA não verte corretamente as disposições do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de Maio, uma vez que a transcrição correta da alínea (e) n.º 1 do art.º 6.º do diploma legal considera o «(...) património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico (...)», e não apenas o património arquitetónico (cf. Capítulo 5.3 – Fatores Ambientais, pp. 25-26). Por esta razão, como veremos seguidamente, todas as considerações apresentadas no RA sobre este fator ambiental são lacunares e/ou omissas. Com efeito, se por força da disposição legal atrás referida, o FCD 3 reconhece o património cultural como um “Fator Ambiental” (cf. Quadro 3 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD, p. 26). os critérios de avaliação não incluem o património arqueológico nos respetivos indicadores, fazendo apenas menção ao património classificado e em vias de classificação.	Acolhido. A redação dos fatores ambientais foi corrigida para «património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico», e o património arqueológico passou a integrar expressamente os critérios, indicadores, avaliação e medidas do FCD3.
2.3.3. No que concerne à caracterização da situação de referência do FCD 3 (cf. pp. 66-77), constata-se as seguintes situações:	Acolhido. A caracterização do FCD3 foi atualizada quanto aos imóveis entretanto classificados e passou a reconhecer as diferentes formas legais de

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
(a) A identificação do património classificado e em vias de classificação (pp. 66 a 69) deverá ser atualizada, atendendo ao seguinte: (i) O imóvel identificado com o nº 8, sito na Rua Dr. Ciprião de Figueiredo nº 24 a 30, como estando em vias de classificação, encontra-se já classificado como Monumento de Interesse Municipal, conforme Aviso n.º 16941/2021, de 07/09/2021. (ii) O imóvel identificado com o nº 18 “Antigo Solar dos Netos / Paço de São João” na lista de imóveis com interesse patrimonial, sito no Largo da Misericórdia e Rua João Facco Viana, nº 8 a 12, encontra-se classificado como Monumento de Interesse Municipal, conforme Aviso n.º 12769/2022, de 27/06/2022, e Declaração de Retificação n.º 971/2022, de 18/11/2022 (retificou a categoria de classificação, de IIM para MIM). Datando o Relatório de abril de 2022, embora o imóvel nº 18 que foi classificado em data posterior pudesse não estar corretamente identificado, o com o nº 8, classificado em 2021, já deveria estar corrigido. (b) O RA não verte corretamente as disposições da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, respeitantes ao património arqueológico uma vez que, ao contrário do indiciado pela redação do texto, a legislação não define apenas uma forma de proteção dos bens arqueológicos. Em primeiro lugar, importa esclarecer que subjaz ao princípio da «conservação pelo registo científico», a obrigatoriedade legal da realização de trabalhos arqueológicos, encontrando se os respetivos procedimentos regulamentados na legislação de desenvolvimento - Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos. Em segundo lugar, assinala-se que a legislação prevê ainda as formas de salvaguarda de bens arqueológicos consubstanciadas no artigo 75.º n.ºs 2 a 5.º e no artigo 79.º n.º 2.º da Lei n.º 107/2001.	salvaguarda do património arqueológico, incluindo a Lei n.º 107/2001 e o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014).
2.3.4. No contexto referido no ponto anterior, considera-se que o RA não aborda de forma correta a questão da adequabilidade das medidas que o plano propõe, tendo em vista assegurar a salvaguarda do património arqueológico do concelho, atendendo aos seguintes aspetos:	Acolhido. Os Estudos de Caracterização de 2021 já continham um inventário de património arqueológico em anexo e respetiva cartografia, destacando Porto dos Cacos pela sua relevância mas não esgotando aí o património arqueológico municipal. O RA reformulado passou a considerar o inventário arqueológico de

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
(a) Apresenta uma visão redutora do património arqueológico do concelho de Alcochete, quando identifica apenas o sítio arqueológico do Porto dos Cacos (Quadro 11, página 11); (b) Remete para outros IGT's (planos de pormenor e planos de urbanização) a definição de medidas de salvaguarda do património arqueológico, vertendo de forma incorreta as disposições do RJIGT sobre esta matéria; (c) Não verte corretamente as disposições da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, respeitantes ao património arqueológico, uma vez que não considera todas as formas de proteção previstas no diploma legal.	forma abrangente, atualizado pela proposta de 2026, e a prever verificação prévia de afetações e medidas de avaliação, prospeção, acompanhamento ou escavação quando aplicável.
2.3.5. Do exposto considera-se ser de emitir parecer desfavorável à AAE.	Acolhido quanto aos fundamentos do parecer. As lacunas que sustentaram a pronúncia desfavorável foram objeto de correção e reforço no FCD3, nos indicadores e nas medidas de salvaguarda do património cultural e arqueológico.

IMT

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
3.4. Relativamente ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica: Embora o IMT, I.P. não integre o conjunto das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), foi considerada uma entidade relevante com Responsabilidades Representativas de Interesse a Ponderar (ERIP), consultadas no âmbito do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), prevista no regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, pelo que e após apreciação do Relatório Ambiental, apresentado no âmbito da AAE, considera que face ao âmbito e aos objetivos estratégicos da	Acolhido parcialmente. O QRE foi atualizado com o RNC 2050, PNI 2030, ENMAC 2020-2030, Lei de Bases do Clima, PAMUS-AML e PEDUS, reforçando-se a mobilidade sustentável na avaliação e no seguimento. O PRR não foi autonomizado no QRE, atendendo ao seu horizonte temporal e à aplicabilidade ao período de vigência do Plano.

Parecer	Apreciação Equipa Técnica
presente revisão, deverá o quadro de instrumentos de referência estratégica, contemplar os seguintes planos e programas estratégicos: - O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) - aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, que traça o rumo para a descarbonização profunda da economia nacional até 2050, enquanto contributo para o acordo de Paris e em consonância com os esforços mais ambiciosos em curso a nível internacional. - Plano de Recuperação e Resiliência 2026 (PRR), com um prazo de conclusão até 31 de dezembro de 2025; - O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) - que estabelece o planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras. - A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030) - aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto, que contribui para a descarbonização da mobilidade favorecendo opções de deslocação mais sustentáveis, como a utilização da bicicleta. - Lei de Bases do Clima, [Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro (artigos 47.º a 50.º)]. - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa (PAMUS-AML); - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alcochete (PEDUS)	